UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Kairós: o Momento da Partida na História de Vida de Mulheres
Olímpicas Brasileiras

Júlia Frias Amato

São Paulo
2018

JÚLIA FRIAS AMATO

Kairós: o Momento da Partida na História de Vida de Mulheres
Olímpicas Brasileiras

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Estudos Socioculturais e Comportamentais da Educação Física e Esporte

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Katia Rubio

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

Amato, Júlia Frias

Kairós: o Momento da Partida na História de Vida de Mulheres Olímpicas Brasileiras / Júlia Frias Amato – São Paulo: [s.n], 2018. 165p.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

Orientadora: Prof.^a Dra. Katia Rubio.

1. Kairós 2. Jogos Olímpicos 3. Mulheres

Nome: AMATO, Júlia Frias

Título: Kairós: o Momento da Partida na História de Vida de Mulheres Olímpicas Brasileiras

Dissertação apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

*A todas as mulheres com quem vivi
momentos sublimes durante esta trajetória.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Katia Rubio, por me dar a oportunidade de participar do Grupo de Estudos Olímpicos – EEFE-USP e me proporcionar ensinamentos que vão além da academia.

À toda minha família, pelo apoio e incentivo durante essa jornada. Meus pais, Léa e Luís, e minha irmã, Mariana, por acompanharem de perto a construção dessa ideia e contribuírem tanto para o meu crescimento pessoal. Também ao meu amor de longa data, Fernando Lage, por todo o amparo nos momentos difíceis e encorajamento para conseguir concluir essa etapa.

Aos membros do Grupo de Estudos Olímpicos, em especial ao Dhenis Rosina, Gabriela Gonçalves e Rafael Veloso, companheiros de disciplinas, relatórios, qualificações; amigos de conversas, risadas, choros, angústias e alegrias. Além dos outros membros, tão importantes quanto, como Neilton Junior, Luciana Angelo, Sérgio Giglio, Natália Quitilio, Nina Cardoso, Carlos Rey Perez, William Douglas, Maria Alice Zimmermann, Isaías Nobrega, Gislane Melo, Juliana Cabral, Marcos Nishida e Birigui. Nossas reuniões recheadas com cafês-da-manhã ou almoços certamente nos proporcionaram discussões mais ricas e saborosas.

Às minhas amigas da Patota, meus sócios na Flow Psicologia do Esporte, Yan Cintra e Marta Minopoli, e aos amigos Maias pelo apoio e compreensão das minhas ausências quando precisava me dedicar a pesquisa.

À algumas das tantas psicólogas da minha vida, Gina, Ana Rios e Fabiana Kurbhi por me proporcionaram reflexões, olhares e escutas de meus próprios sentimentos e também dos outros, na minha vida pessoal e profissional.

Por fim, às atletas e pós-atletas olímpicas brasileiras que me ensinaram através de suas histórias de vida, sobre as diferentes possibilidades de ser mulher.

AMATO, J. F. Kairós: o Momento da Partida na História de Vida de Mulheres Olímpicas Brasileiras. 2018. 165 f. Dissertação de Mestrado – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

RESUMO

No Brasil, muitas crianças e jovens têm a oportunidade de conhecer diferentes modalidades esportivas. Por vezes esse contato desperta um encanto pelo esporte, sendo a ele dada uma importância e um significado tão grande que faz com que eles prefiram-no às atividades comuns para outras pessoas da mesma idade, como brincadeiras, convívio familiar ou escolar. Em busca de melhores condições de treinamento e desenvolvimento, esses futuros atletas, muitas vezes tem que se distanciar de seu núcleo familiar ainda de forma precoce. Este trabalho buscou investigar como as mulheres olímpicas brasileiras, medalhistas de modalidades coletivas, reconhecem o momento que marca o início de sua especialização esportiva, exclusivamente aquelas que em sua história consta a marca do distanciamento familiar e da saída de casa. A metodologia do trabalho se ancora nas narrativas biográficas, considerada uma modalidade de história oral. Para tanto, a partir das narrativas biográficas, relacionamos esta marca do início com a figura mítica de Kairós, o deus do tempo oportuno.

Palavras-chave: mulheres olímpicas; Kairós; mito do herói; narrativa biográfica; oportunidade.

AMATO, J. F. Kairos: the moment of departure in the life story of Brazilian Olympic women. 2018. 165p. Master's Dissertation – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

ABSTRACT

In Brazil, many children have the opportunity to learn about different sports. This contact often awakens an attraction for its practice and it's given a great importance that makes them choose sport over other activities common to other people of the same age, such as child's plays, family and school contact. As they search for better conditions for sport development, these new athletes often have to distance themselves from their family at an early age. This work sought to investigate how Brazilian Olympic women, medalists of collective modalities, recognized the moment that marks the beginning of their sporting career, especially those athletes that had to leave their homes. The methodology is anchored in the biographical narratives, considered a modality of oral history. From the biographical narratives of these women, we relate the beginning of their sporting careers with the mythical figure of Kairos, the god of opportune time.

Keywords: Olympic women; Kairos; hero's journey; biographical narrative; opportunity.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: -----	28
Tabela 1: -----	29

LISTA DE SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
AAU	União Atlética Amadora
ACLU	União Americana pelas Liberdades Cívicas
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CND	Conselho Nacional de Desportos
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
EEFE	Escola de Educação Física e Esporte
FE-USP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FINA	Federação Internacional de Natação
FIS	Federação Internacional de Esqui
FSFI	Federação Esportiva Feminina Internacional
GEO	Grupo de Estudos Olímpicos
IAAF	Associação Internacional de Federações de Atletismo
MVP	Most Valuable Player
NBA	National Basketball Association
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica
SISNEP	Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
USFSA	Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques
USP	Universidade de São Paulo
WNBA	Women National Basketball Association

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	18
2.1 Objetivo	18
2.2 História Oral, História de Vida e Narrativas Biográficas	18
2.3 A escuta das narrativas	23
2.4 Procedimentos de coleta e o grande acervo de histórias	25
2.5 Seleção e procedimento de análise	28
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	31
3.1 Mito do Herói – a partida	31
3.2 Kairós, o deus do tempo oportuno	35
3.2.1 O conceito de <i>kairós</i>	39
3.2.2 As divindades do tempo: <i>chronos</i> e <i>kairós</i>	41
3.3 As Mulheres e os Jogos Olímpicos	45
3.3.1 Os Jogos Olímpicos da Antiguidade	45
3.3.1.1 Mulheres gregas e as atividades atléticas	45
3.3.1.2 A exclusão na Antiguidade	48
3.3.2 Os Jogos Olímpicos da Era Moderna	55
3.3.2.1 O Corpo, as Construções Sociais e o Esporte	55
3.3.2.2 A inclusão na Era Moderna	64
3.3.3 Mulheres Olímpicas Brasileiras	99
3.3.3.1 As práticas esportivas no Brasil	99
3.3.3.2 As mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos	108
3.3.3.3 O profissionalismo e os processos migratórios	115
4. ENTRE A MEMÓRIA E A RECRIAÇÃO	119
4.1 Apresentação das atletas e pós-atletas	119
4.1.1 Basquetebol	119
4.1.2 Futebol	126
4.1.3 Voleibol	137
4.2 Kairós entre as olímpicas	147
5. DE KAIRÓS A CHRONOS: A NECESSIDADE DO TEMPO DA REALIZAÇÃO	150
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	164

1. INTRODUÇÃO

De que vale uma ideia? É pergunta repetida.
Pouco, se ela vive numa cabeça escondida.
Mas quando alguém decide uma ideia compartilhar
ninguém poderá dizer aonde ela irá chegar.

Ruth Rocha.

Esta frase do livro “Nicolau Tinha Uma Ideia” pode ser transportada de uma história infantil para as reflexões que precedem o momento de uma boa ideia.

Pois bem, para se chegar até esta boa ideia, as vezes nos leva um tempo que não sabemos bem ao certo o quanto vai levar, mas no momento que ela surge, parece que sempre esteve por perto, entrelaçada em nossa vida. Mas para isto precisamos de tempo... tempo para nos distanciar, pensar e compreender como aconteceu esse encontro.

O meu foi mais ou menos assim...

A minha ideia começou em 6 de novembro de 1988 na cidade de São Paulo. Com apenas 20 dias de vida mudei com minha família para Poços de Caldas-MG, onde morei até os 6 anos. A memória sempre foi algo de grande importância para mim; consigo me lembrar de muitas histórias que vivi e facilmente volto a elas quando vejo alguma coisa na rua, escuto algum barulho ou sinto algum cheiro. As experiências que tive naquela pequena cidade estão muito vivas e ainda me recordo do quintal de casa, do caminho para a escola, dos amigos, da professora de balé e, principalmente, das temíveis aulas de natação. Fui a última das netas do meu avô paterno, Vicente Amato, a aprender a nadar, sendo ele um antigo campeão de natação.

Este fato é curioso porque aos 11 anos, já de volta a São Paulo, morando em Cotia, ingressei em uma equipe competitiva de natação. Para a surpresa de todos e orgulho do meu avô, me tornei uma excelente nadadora sendo campeã paulista e brasileira de categoria. Não tinha as melhores notas na escola, até porque sempre tive que conciliar os estudos com os treinos e lembro-me de ser acordada, mais de uma vez, pela minha mãe por estar dormindo na escrivaninha em cima da lição de casa. Em 2005, devido a uma lesão no ombro e por me sentir desmotivada, decidi parar de nadar... não seria uma transição fácil, afinal estaria abrindo mão de uma ideia que

estava construindo há um tempo e havia sacrificado muitas coisas para alcançá-la. Mas ainda não era o momento de entendê-la.

Passei então a ser uma adolescente “normal” e a me dedicar somente a escola, já que logo teria que escolher uma área para cursar na faculdade. Quando criança queria ser detetive, não me lembro muito bem o motivo dessa escolha, mas isso me fez refletir bastante durante os últimos momentos do colegial. Durante toda minha vida tive contato com muitas psicólogas, começando pela minha mãe, depois com as madrinhas, minha e da minha irmã, vizinhas e amigas de família. Para começar a pensar sobre “o que queria ser quando crescesse” mergulhei em um processo de orientação profissional. Pensei em fazer Educação Física e alguns outros cursos, talvez tentando me aproximar novamente do esporte, mas lentamente me encaminhei para a Psicologia.

Na época do vestibular, almejava passar na Universidade de São Paulo (USP), afinal era a universidade que meu pai havia feito e mesmo com todo o entusiasmo dele em me apresentar o campus, a prova de matemática da 2ª fase me parou por ali. Talvez não fosse a hora, mas fui aprovada na Universidade Presbiteriana Mackenzie e na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Após uma semana de dúvida intensa e algumas trocas de ideias com algumas das tantas psicólogas da minha vida, inclusive minha madrinha Gina, que era professora na PUC, tive o que considero meu primeiro momento decisivo, ou *turning point*, e optei pelo Mackenzie. Após ter vivido um encontro apaixonado que dura até os dias de hoje, esta escolha parece ter sido na medida certa.

No verão de 2009, no meu 3º ano de graduação, tive outro encontro decisivo, e que dali uns anos iria se tornar o meu caminho profissional. Em um dia de verão, depois de uma de surf me deparei com um quadro na parede no Pirata Surf Club que fazia menção a uma psicóloga do esporte. A partir daquele momento em encantei com a possibilidade de poder juntar o esporte e a Psicologia; ainda mais em um ambiente que me ensina tanto sobre os momentos oportunos na convivência com suas ondas.

Nesse mesmo ano fiz um curso introdutório sobre Psicologia do Esporte e ao final do 4º ano da graduação comecei a pensar sobre um tema para o Trabalho de Conclusão de Curso que teria que realizar no ano seguinte. Naquele momento fazia parte de um grupo de estudos sobre psicologia analítica e durante conversas e trocas de ideias, pensamos na relação entre Psicologia do Esporte e mitologia, mais precisamente com o Mito do Herói. O tema parecia perfeito, mas para a minha

surpresa e ingenuidade essa ideia já havia sido desenvolvida na tese de doutorado da Prof.^a Katia Rubio na Faculdade de Educação da USP. Optei então por deixar a mitologia de lado, mas continuar com a temática da Psicologia do Esporte.

Esta seria minha primeira experiência com o universo da pesquisa e logo me encantei. Então, realizei um estudo sobre cooperação e competição em ambiente de treinamento de uma equipe de natação, com o viés no psicodrama, área específica do meu orientador, o Prof. Altivir João Volpe. Neste mesmo ano, durante um momento com minha madrinha, contei a ela sobre meu interesse pela Psicologia do Esporte e despretensiosamente ela me perguntou se eu conhecia a Katia Rubio e que tinha seu telefone pessoal. Tudo isso parecia muito favorável, mas para mim, falar ao telefone nunca foi tarefa simples, principalmente naquela época, mas algo mais forte me chamava. Então, no que seria mais um momento decisivo, comecei a participar das reuniões semanais do Grupo de Estudos Olímpicos (GEO) e a me envolver com o projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros” da Prof.^a Katia Rubio na Escola de Educação Física e Esporte (EEFE).

No início de 2012, em meu primeiro ano de formada, ingressei no curso de especialização, de duração de dois anos, em Psicologia do Esporte no Instituto Sedes Sapientiae. No segundo ano iniciei as práticas de atividade profissional nas áreas de reabilitação, projeto social e alto rendimento, e pude ter mais um momento decisivo na carreira ao me agarrar à oportunidade de participar da criação da consultoria Flow Psicologia do Esporte.

Como minha segunda experiência de pesquisa, a monografia da pós-graduação, juntei o meu crescente interesse pelos atletas olímpicos brasileiros e os trabalhos intensos do GEO durante os Jogos Olímpicos de Londres, e realizei um estudo sobre as habilidades psicológicas utilizadas por atletas do atletismo na prova do decatlo, com orientação da Prof.^a Dr.^a Simone Sanches. Essa experiência de pesquisa junto com as atividades realizadas no GEO me fez refletir mais uma vez sobre o desejo de ser detetive quando criança e penso que, de certa maneira, o ofício de pesquisador tem muitas semelhanças com o de um detetive.

No ano de 2014, isto ficou bastante claro quando iniciamos no GEO a elaboração da Enciclopédia Olímpica Brasileira, processo que durou mais de um ano, e que foram necessárias muitas pesquisas para encontrarmos o paradeiro de alguns de nossos heróis e heroínas olímpicas. Nesse mesmo ano, as primeiras produções acadêmicas viriam a partir da organização do “IV Seminário de Estudos Olímpicos –

Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos”, onde lançamos o livro, de mesmo nome, onde escrevi um capítulo junto com mais dois colegas intitulado Memórias Cruzadas: histórias que reescrevem o esporte olímpico brasileiro (NÓBREGA JUNIOR, I.S.; AMATO, J. F.; CARDOSO, R., 2014).

Ainda em 2014, sob os intensos trabalhos do GEO para entrevistar os atletas olímpicos brasileiros para o projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, comecei a pensar sobre o projeto de mestrado. Durante uma entrevista com uma atleta, o momento da ideia me confrontou e me foi revelada. Esta atleta que me fez perceber algo que sempre me intrigava nas narrativas dos olímpicos: qual era e como aconteceu esse momento decisivo, que fizesse com que estes atletas, quando jovens se mudassem de cidade ou até mesmo de estado em busca de algo que somente saberíamos que daria certo depois desse distanciamento.

Com essa ideia na cabeça, mas ainda no seu tempo de amadurecimento, em 2015 ingressei no programa de mestrado na EEFÉ-USP com orientação da Prof. Dr.^a Katia Rubio. E nesse momento, com o encerramento desta jornada, entendo que essa boa ideia se desenrolou no tempo certo, me ensinando lições valiosas sobre o tempo e como o percebemos. Um processo que se traduziu como uma dança entre Chronos e Kairós a todo momento.

O momento de uma ideia

No Brasil, muitas crianças e jovens têm a oportunidade de conhecer diferentes modalidades esportivas, seja na escola, na rua, em clubes ou até mesmo pela televisão. Muitas vezes esse contato desperta um encanto pelo esporte, sendo a ele dada uma importância e um significado tão grande que faz com que eles prefiram-no às atividades comuns para outras pessoas da mesma idade, como brincadeiras, convívio familiar ou escolar. Em busca de melhores condições de treinamento e desenvolvimento, esses futuros atletas, muitas vezes tem que se distanciar de seu núcleo familiar ainda de forma precoce.

Em sua obra, Rubio (2001) compara essa busca com o mito do herói, dada a semelhança que estes atletas guardam com estas figuras míticas na realização de seus feitos incomuns. O chamado do atleta para a prática esportiva se assemelha ao chamado do herói pela aventura, como sugerido por Campbell (1997) na fórmula da unidade nuclear do monomito (separação-iniciação-retorno). De acordo com Rubio (2001) o caminho que o atleta percorre para desenvolver sua identidade de herói

envolve etapas comuns ao mito, como: o chamado para a prática esportiva, que, em muitos casos, significa deixar a casa dos pais e enfrentar novo mundo; sua chegada ao clube representa a iniciação, propriamente dita, um caminho de provas que envolvem persistência, determinação, paciência e um pouco de sorte; a coroação dessa etapa é a participação na seleção nacional, seja qual for a modalidade, um lugar reservado aos verdadeiros heróis, onde há o desfrute dessa condição; e, finalmente, há o retorno, muitas vezes negado, pois devolve ao herói a sua condição mortal.

Segundo Campbell (1997) o primeiro estágio da jornada mitológica, denominado “chamado para a aventura”, implica uma convocação do destino para que o herói transfira seu centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida e, por vezes cheia de perigos. Para atletas brasileiros, o início da carreira esportiva marcado pelo deslocamento físico para outra cidade ou estado é bastante comum, principalmente para aqueles que residem fora dos grandes centros esportivos (RUBIO, 2001; 2015; 2017).

Ao alcançarem o ápice de sua carreira enquanto atletas, disputar os Jogos Olímpicos, podemos pensar que o chamado para a prática esportiva e o distanciamento precoce de seu núcleo familiar, foi o primeiro passo para o que seria o início de sua jornada enquanto atleta. Somente a partir desse distanciamento, é possível ter esta compreensão, mas quando jovens, sem saber aonde poderia levar esta oportunidade, esses atletas se sentiram impulsionados à uma atitude pouco provável para alguém em sua idade, sair de casa. A harmonia entre a vontade de ser atleta e a possibilidade de alcançar essa condição em outro lugar, muitas vezes surge a partir de uma oportunidade. Esta envolve um conjunto de fatores, levando o jovem atleta a um momento crítico, em que ele terá que fazer uma escolha, podendo ter uma mudança de vida significativa.

Nesse sentido, a figura mítica de Kairós, o deus do tempo oportuno, se fez presente por um breve momento. Por ele ter sido percebido e agarrado a tempo, conseguimos embarcar em uma jornada exploratória de seus múltiplos aspectos e dimensões. Por ser também um conceito muito explorado na antiga cultura grega, *kairós* pode ser entendido como uma experiência, um momento breve e decisivo, que marca um ponto de mudança na vida dos seres humanos ou no desenvolvimento do universo (KELMAN, 1962; PANOFSKY, 1962).

Seguindo por este caminho, nos aproximamos da temática feminina em relação ao contexto esportivo. A participação de mulheres no cenário esportivo

mundial se deu de forma lenta durante todo o século XX. Um ponto importante referente a essa questão é a resistência por parte do idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o Barão Pierre de Coubertin, à ideia da participação feminina nas competições olímpicas devido a sua visão vitoriana de papéis sociais. No Brasil, a inserção nesse meio também ocorreu progressivamente, principalmente por haver leis que impediam a participação de mulheres em práticas esportivas na década de 1960. O fato de haver um intervalo de 64 anos entre a primeira participação olímpica feminina em Los Angeles-1932, e a conquista da primeira medalha em Atlanta-1996 não é mera casualidade, mas sim resultado de um processo que envolve ideologia, políticas públicas e representações sociais. Com o decorrer das gerações de mulheres atletas, observa-se que pouco a pouco o espaço no campo competitivo foi sendo conquistado, sem que isso representasse apoio institucional concreto ou políticas públicas de desenvolvimento de talento (ARAÚJO, 2011; MATHIAS, 2011; RUBIO, 2011). O início da participação feminina no esporte brasileiro se deu a partir de esforços individuais mais do que coletivos, permanecendo dessa forma por várias décadas. Somente nos anos de 1980 as modalidades coletivas passaram a participar das edições dos Jogos Olímpicos, com a estreia da equipe de voleibol.

A importância da conquista das mulheres por seu espaço dentro do ambiente esportivo durante o século XX e sua ascensão no Brasil, principalmente ao longo das últimas décadas em modalidades coletivas como voleibol, basquetebol, futebol e handebol, sugere que o caminho percorrido das atletas olímpicas brasileiras em sua trajetória atlética se assemelha a jornada mitológica do herói. A partir do novo papel que a mulher tem desempenhado no esporte moderno de alta performance e a obtenção de resultados expressivos, como a conquista de 137 medalhas olímpicas¹ em seis edições dos Jogos Olímpicos, é de importante relevância estudar e discutir o movimento de construção da identidade da mulher atleta brasileira, considerando que esta é uma construção recente, bem como a evolução do esporte feminino no país.

Dessa forma, este trabalho buscou investigar como as mulheres olímpicas brasileiras, medalhistas de modalidades coletivas, reconhecem o momento que marca o início de sua especialização esportiva, exclusivamente aquelas que em sua história consta a marca do distanciamento familiar e da saída de casa.

¹ A contagem dessas medalhas é feita por atleta e não por modalidade, ou seja, é a partir de todas as atletas que as ganharam, e não como é feito pelo quadro de medalhas tradicional, onde se contabiliza apenas uma medalha nos esportes coletivos.

2. METODOLOGIA

2.1 Objetivo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como as mulheres olímpicas brasileiras, medalhistas de modalidades coletivas, reconhecem o momento que marca o início de sua especialização esportiva.

2.2 História Oral, História de Vida e Narrativas Biográficas

Este trabalho surgiu a partir da pesquisa “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros” de autoria da Prof.^a Dr.^a Katia Rubio. Esta pesquisa teve início há quase duas décadas e ainda se mantém, promovendo conhecimentos e reflexões sobre o universo do esporte olímpico brasileiro através de seus protagonistas, os atletas (RUBIO, 2001; 2006; 2011; 2014b; 2014c; 2015; 2017). Durante essa trajetória, a pesquisa seguiu um percurso metodológico a partir das histórias de vida, uma forma particular de história oral, até chegar às narrativas biográficas.

Segundo Queiroz (1988), a história oral é um termo amplo que envolve grande quantidade de informações sobre fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se queira complementar. Conforme a autora, a história oral, considerada uma técnica qualitativa por excelência, se tornou um meio de acesso para o conhecimento de processos históricos e psicossociais ao longo do século XX.

De acordo com Meihy e Holanda (2007), a história de vida é obtida por meio de entrevista e a partir dessa é possível colher as experiências de um único indivíduo ou de diferentes pessoas que compõe uma mesma coletividade, além de colher tradições e mitos, narrativas de ficção ou crenças existentes no grupo. Para tanto, considera-se que tudo que se narra oralmente é história, seja ela história de alguém, de um grupo, real ou mítica.

A história de vida opera com elementos registrados na memória e o ato de narrar essas memórias, com suas facilidades e limitações, agrega uma dimensão humana na busca pela compreensão de fenômenos sociais, colocando o narrador no centro do processo de interpretação de suas experiências, ou seja, a história de vida busca a fidelidade das experiências e interpretações do ator social sobre seu mundo (RUBIO, 2001; 2003). A metodologia em história de vida permite resgatar experiências, fatos e processos de construção de identidades culturais, já que o sujeito,

inserido em um dado momento histórico, torna-se parte integrante do próprio processo de construção histórica e de uma identidade coletiva, podendo assim revelar detalhes que nos aproximam do entendimento desses processos (BOSI, 2001; POLLAK, 1989).

Para Rubio (2006) a história de vida não é ditada pelo ritmo cronológico dos acontecimentos e a linguagem se torna um elemento privilegiado na construção e circulação do significado e acesso ao imaginário das instituições. Assim sendo, a história de vida em forma de relato assume um viés por onde o ator social constrói a narrativa de sua existência no tempo, formado por elementos significativos e associando-a a acontecimentos históricos de sua trajetória na modalidade esportiva. Nesse sentido, a história de vida se distingue da história oral por se constituir como relato de um único narrador sobre sua existência através do tempo, buscando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitindo a experiência que adquiriu. Surgem dessa narrativa os eventos considerados significativos na trajetória de vida pessoal ou do grupo ao qual pertence, sendo função do pesquisador perceber o que ultrapassa o caráter individual do que é relatado e o que está inscrito na coletividade a qual o narrador se insere (RUBIO, 2003).

Com isso, a busca inicial pelas histórias de vida dos atletas e pós-atletas² olímpicos brasileiros deu-se pelo entendimento de que era preciso permitir que eles pudessem organizar suas narrativas compostas, tanto por componentes objetivos, como datas, trajetória em equipes, principais conquistas, participação olímpica, como por componentes de ordem pessoal e subjetivos, carregados de afetividade e emoções diversas. A partir da associação dessas duas instâncias, começamos a ter as pistas para o entendimento da complexidade da pessoa (RUBIO, 2014b).

A aproximação com a “história das mentalidades” de Le Goff (2003) se deu a partir da necessidade de compreender a complexidade das narrativas e de seus contextos. Para o autor, a mentalidade é um conceito impreciso, sendo a imprecisão seu principal atrativo. Le Goff (2003) aponta que a falta de limites levou os historiadores das mentalidades a buscar uma aproximação com outras ciências

² Termo usado por Rubio (2012) para se referir aos atletas que viveram a transição de carreira, deixando de ser atletas competitivos de nível olímpico e no presente desempenham novos papéis sociais. A autora entende que o atleta não perde o vínculo com o seu passado, e por isso a impossibilidade de ser designado como um ex-atleta.

humanas, como a demografia, a etnografia, a sociologia e a psicologia, para entender os diversos aspectos, tanto individuais, quanto coletivos.

Segundo Rubio (2014b; 2016), essas aproximações ganharam contornos claros a partir do contato com as narrativas de atletas e pós-atletas de modalidades, períodos históricos e contextos sociais diferentes, distinguindo-os por suas histórias pessoais. Entretanto, ao mesmo tempo os aproximando em relação às questões que marcavam suas histórias, como dificuldades ou impedimentos em competições, por questões de ordem política ou institucional.

De acordo com Bosi (2001), toda memória pessoal é também social, familiar e grupal, e por isso ao recuperá-la é possível captar os modos de ser do indivíduo e da sua cultura. Segundo Halbwachs (2006), não há apenas uma memória individual, mas também uma memória do grupo que existe para além do indivíduo, uma vez que o ponto de referência para recordar e localizar essas lembranças parte dos contextos sociais que servem como base para a reconstrução da memória. Ou seja, a memória individual é formada a partir de referências da memória coletiva dos grupos nos quais o indivíduo está inserido, sendo um ponto de vista que sempre se modifica conforme as relações mantidas entre o indivíduo e os diversos meios.

Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto (HALBWACHS, 2006, p.78-79).

Segundo Rubio (2014b), no processo de organização da narrativa dos atletas e pós-atletas, surgem as lembranças de personagens, como pessoas próximas, familiares ou profissionais, que tiveram influência no seu desejo pelo esporte ou na busca de melhores condições de vida e de treinamento. Além da convivência com outros atletas, cujas carreiras se cruzaram em determinado momento, indicando a necessidade de contextualizar essas situações para compreender os episódios marcantes de suas vidas e resultados. Ainda de acordo com a autora, principalmente em modalidades coletivas, isso se torna mais evidente pelo fato de muitas vezes os atletas e pós-atletas narrarem suas memórias sobre um mesmo evento, apontando para a subjetividade que envolve a construção e elaboração desse conteúdo, ainda que vivido coletivamente.

Nesse sentido, cada pessoa carrega uma verdade sobre uma situação ocorrida e, “mais do que verdades universais, o trato com as narrativas sugere verdades parciais, individuais ou mesmo momentâneas, afirmadas na intensidade das memórias que emergem sobre o tema em questão” (RUBIO, 2014b, p.109).

O método de história oral busca uma verdade relativa ao indivíduo, um relato fidedigno de suas experiências e representações, e não uma verdade absoluta dos fatos. Conforme Bosi (2004), as rupturas do discurso não são vazios, mas “trabalhos da memória”, onde a fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade do personagem. O terreno de construção da narrativa abrange os campos da super-realidade (ideias, sensações, impressões, fantasias), da atemporalidade (do que não é afetado ou limitado pelo tempo) e do mito (do desejo de fazer da própria história uma experiência de caráter exemplar e cheia de significados).

Conforme Halbwachs (2006), a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Nesse sentido, Pollack (1992) acrescenta que, além da memória ser um fenômeno construído, suas flutuações são em função do momento em que esta está sendo processada e manifestada. Rubio (2014b) entende por fenômeno construído “a expressão verbalizada de um fato ressignificado pelo narrador, posto que se refere a algo já ocorrido e presentemente revivido por meio da fala, na qual ganha nova forma tanto descritiva quanto afetiva” (p.111).

A partir de sua trajetória, cada atleta ou pós-atleta carrega uma interpretação sobre suas vivências, atribuindo diferentes significados a essas experiências. O convite para a reflexão de sua história, “Por favor, me conte sua história de vida”, leva a pessoa a um recolhimento introspectivo que favorece a criação de imagens e lembranças, permitindo a reconstrução da memória (RUBIO, 2014b; 2016).

Segundo Rubio (2014b) a construção da narrativa considera os dados relevantes da trajetória do narrador, dando uma ideia do que foi sua vida e do que ele é nesse momento. Para a autora:

Essa atitude reflexiva permite a reexperimentação de situações passadas não apenas do ponto de vista do desenrolar dos fatos, mas pela ressignificação de episódios marcantes para o narrador, que se permite inverter (ou subverter) a narrativa obedecendo a uma cronologia própria da afetividade implicada no evento ocorrido, dando ao seu texto um contexto. (p.112)

O percurso metodológico, inicialmente pelas histórias de vida, se tornou algo mais complexo, no momento em que questões relacionadas à formação da identidade e ao cenário político geral e específico passaram a compor as narrativas coletadas. Os processos migratórios, a discriminação de gênero, raciais ou de identidade sexual, situações de assédio moral e sexual, exigiram outros referenciais de análise para o entendimento desses cenários (RUBIO, 2014b).

Com isso, foi adotada a postura do sociólogo Stuart Hall (2000; 2001), na qual não há a isenção do pesquisador no processo da pesquisa, principalmente nas Ciências Humanas. O pesquisador, estando intimamente implicado com sua pesquisa, altera continuamente seu campo de observação conforme interage com ele. Nesse sentido, estar diante dos fenômenos sociais, descrevê-los e analisá-los, significa atuar (RUBIO, 2014b).

Com isso, chegou-se as narrativas biográficas, entendidas por Rubio (2014b, p.115) “como discursos individuais que oferecem uma compreensão do sujeito que narra, do mundo e das próprias experiências acumuladas na trajetória da existência”. O exercício das narrativas biográficas envolve:

O esforço da busca de imagens e lembranças do passado de alguém que transforma essas informações em verbalização, ou escrita, promovendo, assim, a recriação ou transcrição de uma história. Nessa dinâmica estão implicados o exercício da memória, a ação do recordar, a captura do tempo e a transposição para uma forma de linguagem. Se no passado a oralidade era a via principal das produções narrativas, a linguagem escrita se apropriou dessa construção e, depois, se desdobrou em diferentes estilos, fosse poético, romanesco, informativo e, porque não, deformativo (RUBIO, 2014b, p.113).

Para Rubio (2014b), as representações verbais da memória permitem a recriação da história do sujeito, favorecendo a elaboração de construções identitárias. As narrativas dos atletas e pós-atletas, marcadas pelas diferenças temporais e geográficas, mantém um laço que une os narradores de diferentes modalidades e em momentos históricos distintos, a sua condição de ser atleta. Ainda que esta tenha sofrido profundas transformações ao longo do século XX, a unidade relacionada à busca pela excelência, ao caráter competitivo e a submissão a um sistema marcado pela hierarquização e força das instituições que viabilizam sua vida, se mantêm.

Nesse sentido, ainda segundo a autora, a memória social do esporte olímpico brasileiro é constituída pelas relações estabelecidas com as lembranças de todos que

participaram do processo de construção da carreira desses atletas, seja na escola, em clubes e também os profissionais que tiveram alguma influência na trajetória dos que participaram dos Jogos Olímpicos (RUBIO, 2014b).

Para tanto, as narrativas permitem ao pesquisador a recriação dessa biografia, ampliando seu conteúdo para um entendimento de uma esfera maior com seu grupo social, com a modalidade e os resultados obtidos, e com o esporte olímpico de uma forma mais ampla (RUBIO, 2014b).

2.3 A escuta das narrativas

No projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, a entrevista feita com os atletas e pós-atletas é, como definido por Bosi (2001): “um momento para recordar e repensar o passado a partir de imagens e ideias de hoje” (p.55). Como foi o início no esporte, as primeiras vitórias, as derrotas, mudanças de cidades ou até mesmo de estados, convocações para as seleções estadual e nacional, as dores de treinamento, lesões, a preparação para o ciclo olímpico e a conquista da tão sonhada vaga que os levam ao ápice de sua trajetória como atletas, a participação nos Jogos Olímpicos.

As histórias em si são fundamentais aos seres humanos e o ato de contá-las faz a vida social; vivemos nossas vidas e compreendemos a nós mesmo e o nosso mundo através de histórias. Para Eakin (2008, p.ix) “narrativa não é apenas algo que contamos, ouvimos, lemos ou inventamos; é uma parte essencial de quem nós somos”. De acordo com Frank (2010) as pessoas se identificam através de narrativas e, ser humano e ser social, requer a competência de contar e compreender histórias. As histórias respiram, dando um sopro de vida não apenas aos indivíduos como também aos grupos que se reúnem em torno de certas histórias. Nesse sentido, buscamos dar a oportunidade das histórias dos atletas e pós-atletas olímpicos brasileiros respirarem (GONÇALVES; AMATO, 2016).

Com a proposta metodológica, na qual, o sujeito narrador é para nós a figura em potencial, pedir que o atleta/pós-atleta conte a sua história o coloca em uma situação de direcionamento da sua própria narrativa. Em história oral, o tipo de relação estabelecida é simétrica, facilitando o diálogo entre pesquisador e colaborador. Pedir para que ele nos conte sua história de vida significa olhar com atenção a narrativa que ele nos traz (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Para Queiroz (1988), a reflexão na história de vida começa na relação pesquisador-narrador, visto que é nessa interação que se dá a dinâmica do relato e permite ao narrador ‘abrir’ sua memória para refletir sobre si próprio, discutir para si e para o outro, tendo o pesquisador como mediador. O papel do pesquisador/entrevistador é, primeiramente, ouvir e oferecer a oportunidade para o narrador explorar em profundidade suas experiências vivenciais. O vínculo entre narrador-ouvinte é formado no momento da entrevista, mesmo que um primeiro contato já tenha sido feito anteriormente, é essa primeira aproximação que determinará o desdobramento da entrevista. Para tanto o entrevistador deve proporcionar um ambiente protegido, semelhante ao do contexto psicoterapêutico, onde o entrevistado se sinta seguro para que os conteúdos inconscientes surjam, acessando assim o seu livro de memórias (GONÇALVES; AMATO, 2016).

A entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (FLICK, 2002; JOVECHLOVITCH; BAUER, 2002). De acordo com Lira e Mendoza (2000), há duas características essenciais da história oral que se destacam no enfoque psicológico: o acesso à experiência subjetiva das pessoas e o reconhecimento de que a própria relação entre pesquisador e entrevistado constrói a narração. Segundo Halbwachs (2006) “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (p.30). A partir disso, é possível pensar na importância do papel do pesquisador no processo de reconstrução de memórias do atleta/pós-atleta.

Na pesquisa, o vínculo estabelecido entre o atleta/pós-atleta e a pesquisa/pesquisador, é como um jogo de diálogos internos e externos que vão conduzindo a entrevista, criando a possibilidade da fluência da narrativa. O método utilizado e o vínculo que se estabelece permite estimular os atletas/pós-atletas a serem protagonistas do processo de construção do conhecimento histórico e enfatizar o seu papel como sujeito e agente da história (GONÇALVES; AMATO, 2016).

Nesta relação que se estabelece nas entrevistas podemos dizer que entrevistador controla a entrevista, porém quem a dirige é o entrevistado. A relação entre ambos delimita e determina o campo da entrevista e tudo o que nela acontece, no entanto, o entrevistador deve permitir que o campo da relação interpessoal seja predominantemente estabelecido e configurado pelo entrevistado. Todo ser humano

tem sua personalidade sistematizada em uma série de pautas ou em um conjunto ou repertório de possibilidades, e são estas que esperamos que atuem ou se exteriorizem durante a entrevista (BLEGER, 2003).

Deste modo, a entrevista funciona como uma situação em que se observa parte da vida do sujeito, que se desenvolve em relação a nós e diante de nós. O campo da entrevista também é dinâmico, o que significa que ele está sujeito a uma permanente mudança e que a observação se deve estender do campo específico existente em cada momento à continuidade e sentido dessas mudanças. Aquilo que não nos pode dar como conhecimento explícito, nos é oferecido ou emerge através do seu comportamento não verbal; e este último pode informar sobre sua história ou seu presente em graus muito variáveis de coincidência ou contradição com o que expressa de modo verbal e consciente (BLEGER, 2003).

Além dessa comunicação, de acordo com Lira e Mendoza (2000), a linguagem oral é composta por outros traços que não podem ser contidos dentro de segmento único, mas que também se relacionam com o significado, como a tonalidade da voz, timbre, ritmo, etc. Essa comunicação não verbal possui significados implícitos e conotações sociais e segundo as autoras, essas feições são o lugar das funções narrativas essenciais, pois “revelam as emoções dos narradores, sua participação na história e a maneira como a história os afetou” (LIRA; MENDOZA, 2008, p.86).

A entrevista na narrativa biográfica, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo, ou seja, favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante (GONÇALVES; AMATO, 2016).

2.4 Procedimentos de coleta e o grande acervo de histórias

Segundo Meihy e Holanda (2007), a metodologia de história de vida constitui-se do processo de apreensão de narrativas através de instrumentos eletrônicos de registro com intenção de promover o entendimento de processos sociais. Os registros

das narrativas biográficas foram realizados através de relatos coletados em meio eletrônico audiovisual.

De acordo com a determinação do Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (SISNEP), o projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (CEP – EEFE/USP).

O primeiro contato com o atleta/pós-atleta foi realizado por e-mail, telefone ou redes sociais, iniciando o vínculo entre pesquisador e colaborador, determinante para a continuação do processo. A escolha de dia, hora e local do encontro, conforme a disponibilidade do colaborador, auxiliou no processo de vinculação, imprescindível para a adesão e confiança do sujeito que narra a sua história de vida. O vínculo é a capacidade que temos de estabelecer laços com o outro, processo necessário para a constituição de uma pessoa. No caso de uma entrevista, a necessidade do vínculo passa primeiro pelo tempo do estabelecimento da confiança, para que, então, o sujeito possa narrar a sua história (GONÇALVES; AMATO, 2016).

O tempo de entrevista também foi determinado de acordo com a disposição dos participantes que, mediante o termo de consentimento, tomaram conhecimento dos procedimentos e objetivos da pesquisa, bem como do destino dos dados fornecidos. Os quais, em qualquer momento da pesquisa, poderiam ser requeridos pelo sujeito (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Após a coleta das narrativas biográficas, estas foram transcritas para forma de texto para análise posterior com o intuito de tornar o registro da história oral de vida um documento analítico para pesquisa.

Como citado anteriormente, este trabalho fazer parte de um projeto maior, o “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, portanto as narrativas das atletas e pós-atletas selecionadas fazem parte de um grande acervo de histórias (RUBIO, 2014c). Este que se constituiu a partir de diferentes fases ao longo da pesquisa da Prof.^a Dr.^a Katia Rubio.

O início se deu com sua pesquisa de doutorado, “O atleta e o mito do herói”, que esteve focado no entendimento dos motivos que levam alguns jovens à prática esportiva, uma dinâmica que se aproxima com a trajetória do herói. Em 2001, iniciou-se o projeto “Heróis olímpicos brasileiros” cujo objetivo era conhecer os desencadeadores do imaginário esportivo do país, ou seja, os medalhistas olímpicos – nesta pesquisa surgiu uma questão em relação ao período de 64 anos da primeira

participação feminina até a conquista da primeira medalha. Com isso, a próxima fase foi voltada para as narrativas das mulheres olímpicas brasileiras, fazendo com que o número de participantes aumentasse consideravelmente em relação a pesquisa com os medalhistas – na época, até os Jogos Olímpicos de Sydney-2000, foram entrevistados 52 atletas/pós-atletas e após a inclusão das mulheres esse número superou os 150 colaboradores. A pesquisa com as mulheres olímpicas brasileiras foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho como um todo porque a partir desta foi possível entrar em contato com uma perspectiva pouco abordada pelos medalhistas em suas narrativas: a derrota, a dificuldade de chegar a um resultado positivo apesar de todo o esforço e o trabalho realizado ao longo de anos de treinamentos; além de nos mostrar a diferença entre o enorme número de participantes em Jogos Olímpicos, para o pequeno número de medalhistas. Com isso, foi iniciado o terceiro momento da pesquisa, que apontava para a necessidade de se buscar todos os atletas olímpicos que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos (RUBIO, 2014c).

Com isso, as histórias dos 1.389 atletas/pós-atletas entrevistados, mais as histórias daqueles que não foram encontrados, mas que a partir de pesquisa em jornais, acervos nacionais e internacionais foram honrados, compuseram o livro “Atletas Olímpicos Brasileiros” (RUBIO, 2015). Através desse árduo processo, foi possível chegar ao número de 1.794 participantes entre modalidades coletivas, individuais e uma participação na competição de arte que ocorreu nos Jogos Olímpicos de Paris-1924 – destes, 1.350 são homens e 444 são mulheres. Em relação as 444 mulheres, 99 são medalhistas e apenas sete são de modalidades individuais, enquanto as outras 92 conquistaram medalhas em modalidades coletivas³ (RUBIO, 2015).

Em 2016, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o número total de atletas brasileiros aumentou para 2016, sendo 1458 homens e 558 mulheres. Destas, 18,8% são medalhistas – 105 atletas conquistaram 137 medalhas nas seis edições olímpicas em que subiram ao pódio.

Para este trabalho, foram considerados apenas atletas que participaram até a edição de Londres-2012.

³ Somente nos Jogos Olímpicos de Pequim-2008 as mulheres de modalidades individuais passaram a conquistar medalhas.

2.5 Seleção e procedimento de análise

A população estudada neste trabalho foi restrita às mulheres olímpicas brasileiras, medalhistas em modalidades coletivas, no caso: basquetebol, futebol e voleibol. Não foram consideradas modalidades coletivas, nem o vôlei de praia, nem a vela, que também tiveram mulheres medalhistas em edições olímpicas.

A partir dos dados do projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, foi feito um levantamento da participação de mulheres nessas modalidades e quantas destas foram medalhistas. Em um universo de 151 atletas e pós-atletas, 83 são medalhistas e entre essas, 67 foram entrevistadas pela pesquisa. Após breve análise das transcrições, buscando exclusivamente aquelas que em suas narrativas contam sobre a mudança de local de residência no início da carreira, chegou-se a uma amostra de 35 atletas e pós-atletas.

O gráfico da figura 1 ilustra esse levantamento e o universo das mulheres olímpicas medalhistas por modalidade e no total.

Figura 1: Levantamento do número das atletas olímpicas por modalidade
Fonte: elaborado pela autora

Para tanto, foi feita uma análise mais aprofundada dessas 35 narrativas, buscando aquelas onde a mudança de cidade no período de especialização esportiva tenha sido mais significativo em sua história de vida. Inicialmente, foram lidas todas as transcrições e feita mais uma seleção para uma breve análise das narrativas já em formato eletrônico audiovisual, buscando o sentido, tonalidade da voz e características que as colaboradoras dão para a questão. Foram selecionadas seis narrativas, duas de

cada modalidade, sendo uma onde a atleta/pós-atleta mudou-se de cidade no mesmo estado, e outra onde ela se mudou para uma cidade de outro estado.

Modalidade	Nome	Mudança de cidade e idade	Data da entrevista	Local da entrevista	Pesquisador
Basquetebol	Janeth Arcain	São Paulo-SP → Catanduva-SP 13 anos	?	Santo André – SP	Katia Rubio
	Claudia Pastor	Barão de Cocais-MG → Brasília-DF 16 anos	13/12/2013	Americana – SP	Júlia Amato
Futebol	Juliana Cabral	São Paulo-SP → Indaiatuba-SP 14 anos	17/06/2011	São Paulo – SP	Katia Rubio
	Roseli de Belo	São Paulo-SP → Rio de Janeiro-RJ 15 anos	25/11/2010	São Caetano – SP	Paulo Nascimento e Sérgio Giglio
Voleibol	Leila Gomes	Taguatinga-DF → Brasília-DF 16 anos	01/08/2013	Brasília – DF	Katia Rubio
	Natália Zilio	Joaçaba-SC → Campo de Goytacazes-RJ 15 anos	17/03/2014	Campinas – SP	Júlia Amato

Com esse processo de seleção foi possível ter uma melhor compreensão sobre o contexto histórico de cada modalidade, a partir das narrativas e dos principais eventos e conquistas de cada geração, além de alguns personagens importantes que se repetiram em diversas narrativas.

Para maior fidedignidade do sentido dado a narrativa pela colaboradora, foi feita uma revisão da transcrição das entrevistas selecionadas para identificar as características da fala de cada uma, com os erros de linguagem, risos, choros, pausas, silêncios. Neste momento se faz necessário escutar o que foi dito, prestando atenção na repetição, nos gestos, nas ênfases e aspectos mais relevantes para o narrador (MEIHY; HOLANDA, 2007). Meihy e Ribeiro (2011) entendem que não necessariamente a transcrição de palavra por palavra corresponde à realidade da narrativa, já que esta não traduz tudo que se passou na situação do encontro.

Após a conclusão desta etapa, foi feito uma recriação da entrevista em formato literário, como uma maneira de apresentar para o leitor a história da atleta/pós-atleta contada no momento da entrevista. Nesse sentido, buscou-se manter as características das colaboradoras percebidas através das palavras utilizadas, do tom de voz,

sentimentos, contextualização dos eventos, etc. Não foram utilizadas informações documentais para complementar as histórias, por essa razão, só foram citados eventos, conquistas, ou outras informações, que foram narradas durante a entrevista. Entende-se que a construção da narrativa considera os dados relevantes da trajetória do narrador, dando uma ideia do que foi sua vida e do que ele é nesse momento (RUBIO, 2014b).

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Mito do Herói – a partida

O mito é entendido como uma forma de explicar o mundo e o homem, a realidade de ser e estar no mundo. Campbell (1997), o considera como parte integrante e indissociável da existência humana. Segundo Brandão (1991), o mito está em oposição ao *logos*, “como a fantasia à razão, como a palavra que narra à que demonstra” (p.14). O autor propõe a oposição entre mito e *logos*, como as duas metades da linguagem, sendo ambas funções da vida e do espírito e igualmente fundamentais.

Ainda segundo Brandão (1991), o mito não é considerado um conceito ou ideia, e sim “um modo de significação, uma forma, um *sýmbolon*. Donde não se pode defini-lo simplesmente pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a profere” (p.15). Enquanto para Eliade (2000):

O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares [...] o mito conta, graças aos feitos dos seres sobrenaturais, uma realidade que passou a existir, quer seja uma realidade total, o Cosmos, quer apenas um fragmento. (p.12-13)

Nesse sentido para Brandão (1991), o mito não possui outro fim senão a si próprio, e a crença nele é um ato de fé. Por isso ele atrai em torno de si toda a parte do irracional no pensamento humano, sendo por sua própria natureza, aparentado à arte em todas as suas criações. Algumas formas do mito se manifestam em diferentes culturas, em momentos históricos singulares satisfazendo a um mesmo anseio. “O mito se desloca livremente no tempo e no espaço, multiplicando-se através de um número indefinido de episódios” (p.26). E as suas variantes se apresentam através da poesia, da arte figurativa (vasos) ou literatura erudita, no entanto não se esgotam somente nestas (BRANDÃO, 1991).

Conforme Vernant (2000), o mito “se apresenta como um relato vindo do fim dos tempos e que já existiria antes que um contador qualquer iniciasse sua narração” (p.12). Desta forma, o relato mítico não resulta da invenção individual nem da fantasia criadora, mas da transmissão e da memória. Conforme o autor, para tecer os relatos sobre as aventuras dos heróis, a epopéia opera primeiro como poesia oral, composta e cantada diante dos ouvidos por gerações sucessivas de *aedos*, ou seja

poetas-cantadores, inspirados por Mnemosine, a deusa personificação da memória. “Memória, oralidade, tradição: são essas as condições da existência e sobrevivência de um mito” (VERNANT, 2000, p.12).

A partir disso, Kerényi (2000) refere que:

A mitologia precisa transcender o indivíduo, e precisa exercer sobre os seres humanos um poder que tem influência sobre a alma e enche-a de imagens; mas isso é tudo o que dela se exige. Tais imagens são a substância da mitologia, como os sons são a substância da música: “a substância de que são feitos os sonhos” (p.17)

No prefácio do livro, *O Simbolismo na Mitologia Grega* de Paul Diel (1991), o filósofo Gaston Bachelard inicia uma reflexão sobre a dimensão dos mitos e a possibilidade de ser explorado por diferentes áreas do conhecimento. E argumenta que: as mais diversas mentalidades ou as doutrinas mais contraditórias, produziram interpretações cada uma das quais teve seu período de validação. Entretanto, no entendimento de Bachelard, os mitos parecem suportar qualquer filosofia. E em sua simplicidade aparente, “o mito une várias forças psíquicas e as torna interdependentes. Todo mito é uma condensação de um drama humano, por essa razão, todo mito pode, tão facilmente, servir como um símbolo para uma situação dramática real”. (p.viii)

De acordo com Rubio (2001), nenhum outro mito foi tão cultuado e se mantém por tanto tempo no imaginário como o do herói. Etimologicamente o Herói seria “o guardião, o defensor, o que nasceu para servir”; possui uma condição sobre-humana, mas não divina; porém, muitos são os heróis que têm uma origem eminentemente humana e, desta forma, o que o define como um herói são suas ações (RANK, 1914/2015). Ele vem ao mundo com duas “virtudes” inerentes à sua condição e natureza: a *timé*, a “honorabilidade pessoal” e a *areté*, a “excelência”, a superioridade em relação aos outros mortais (ELIADE, 1992; BRANDÃO, 2005).

De acordo com Henderson (2002), no modelo heróico o nascimento do herói representa, muitas vezes, ameaça aos seus próprios pais, ilustres ou de natureza divina, ou à própria cidade. Muitas são as referências míticas do herói, dentre elas: nascer sob uma consígnia de maldição, como Jasão, Édipo, Perseu ou Páris e, em decorrência disso, sofrer a vivência da exposição ainda nascituro. Esta exposição confere à criança-herói, se da vontade divina, a condição de ser salva por pessoas humildes (pastor ou pescador) ou até mesmo por um animal (amamentado por um

fêmea, urso, loba). Transcorrida a infância, durante a qual o jovem, não raro, dá mostras de sua condição e natureza superiores, a ocorrência de um acontecimento extraordinário mobiliza a emergência do herói.

Em sua obra, *O Herói de Mil Faces*, Campbell (1997) discute sobre a jornada do herói e a divide em três estágios: a partida, a iniciação e o retorno. Segundo o autor, o herói faz parte de um monomito e percorre sempre um caminho em espiral, retornando, transformando e agitando seu mundo. A saga do monomito implica no chamado para o mundo de aventuras que envolvem, quase sempre, o enfrentamento de um mundo desconhecido e, por vezes, cheio de perigos. Também à perda de referências do horizonte familiar da vida, a renovação de velhos conceitos, ideias e padrões emocionais, que já não são adequados. É o momento de passagem por um limiar. Passado esse limiar o herói parte para uma aventura numa região de prodígios sobrenaturais, encontrando fabulosas forças e obtendo uma vitória decisiva, para depois retornar de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes, compartilhando seu conhecimento.

Segundo Campbell (1990) as provações da jornada heróica são parte significativa da vida e não há recompensa sem renúncia. Os mitos lidam com a transformação da consciência, ou pelas próprias provações ou por revelações iluminadas. A jornada do herói se inicia com “o chamado”. Este retrata o herói à beira de uma grande mudança, por se sentirem compelidos por algo para seguir em frente, já que suas vidas parecem incompletas.

Conforme Campbell (1997), o primeiro estágio da jornada mitológica, denominado “chamado para a aventura”, implica uma convocação do destino para que o herói transfira seu centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida e habitada por seres estranhamente fluidos e polimorfos, tormentos inimagináveis e façanhas sobre-humanas. A aventura pode começar como um mero erro; igualmente, o herói pode estar simplesmente caminhando a esmo, quando algum fenômeno passageiro atrai seu olhar errante e leva o herói para longe dos caminhos comuns do homem.

De acordo com Rubio (2001):

O *chamado* é sempre o descerrar de cortinas de um mistério de transfiguração. Pequeno ou grande, independentemente do estágio ou grau da vida, esse instante equivale a um momento de passagem que quando completo, representa uma morte seguida de nascimento. Daí a inferência de uma “naturalidade” do processo, ou seja, na ausência da necessidade do esforço para desencadear uma aventura, que lembrada depois de ocorrida foi bem-sucedida, a justificativa dada se encontra na falta de intenção para a promoção da ação. (p.173)

Brandão (2005) acrescenta que o herói, apesar de ter nascido com uma *timé* e uma *areté* especiais, terá que se preparar para a execução de suas magnas tarefas. Ainda segundo o autor, é precisamente a esse preparo que se dá o nome de *educação do herói*. De acordo com Alvarenga (1999), para o herói se desenvolver, muitas vezes ele é levado para ser criado por um mentor que o preparará nas artes de conviver consigo mesmo e com seu mundo; e quando estiver preparado retornará para o exercício de funções que somente ele saberá executar. “Apresentar-se-á paramentado com as heranças de suas origens tribais, dotação de sua consciência e identidade corporais e dotações com que a divindade o agracia” (p.51).

Ainda segundo Alvarenga (1999), o herói é muitas vezes presenteado com as proteções – estranhas coincidências decorrentes de encontros fortuitos; gentilezas prestadas quando a oportunidade surge e que vêm retribuídas com o ganho inesperado. Para a autora, “são os momentos que nos levaram a fazer estranhas opções; as marcas das estradas pelas quais passamos, tantas vezes sem notá-las, e que se tornam significativas; e tantas outras ‘coincidências’ que todos temos para contar” (ALVARENGA, 1999, p.51).

Rubio (2001) afirma que:

Uma das principais características do herói é a capacidade de enfrentamento do perigo e do desconhecido, do destemor ao combate e da busca incessante dos objetivos propostos. Nada realça tanto um número tão grande de heróis como o qualificativo de combatente, exceção feita apenas à morte, caráter que diferencia, em certa medida, os heróis dos deuses, uma vez que estes participaram sim de combates até consolidarem sua posição divina. [...] Vale lembrar que a vida de um atleta é marcada muito mais pelo trabalho do que pelo deleite. Ou seja, se por um lado sua condição de atleta diferenciou-o de uma grande parcela da população, permitindo que gozasse de privilégios reservados a poucos, por outro essa mesma condição o fez amargar isolamento e distanciamento de situações vividas por semelhantes. E essa é uma das condições vividas pelo herói arquetípico. (p.107)

Nesse sentido, Lima (2012) se refere a esta situação de enfrentamento como algo singular e marcante na vida de muitos seres humanos. Seja qual for o desafio apresentado, este atuará como uma força mobilizadora, ativando a emergência do herói, promovendo o inimaginável. O herói, quando desperto, traz consigo uma força tão poderosa e espetacular, que não há como não se deslumbrar com sua presença. Ao fazer o paralelo entre o herói e o atleta contemporâneo, o autor aponta que na pessoa do atleta, o herói emerge ao erguer seu corpo acima da rede, desafiar a força da gravidade, sacar, bloquear, defender, promover as cortadas de bola, marcar o ponto da virada do *set*, enfim, superar o que parecia insuperável (LIMA, 2012).

3.2 Kairós, o deus do tempo oportuno

“No meio do tempo ordinário (chronos), o tempo extraordinário acontece (kairós)” – Mark Freier

Na Grécia Antiga, um santuário em honra a Zeus era erguido na cidade de Olímpia. Nele, havia o estádio que ocorreria a primeira edição dos Jogos Olímpicos em 776 a.C.. Em sua obra, *Descrição da Grécia* (ca. 170 a.C.), o viajante geógrafo Pausânias descreve os dois altares que haviam logo na entrada do estádio, um consagrado ao deus olímpico Hermes-Enagônio (um dos epítetos de Hermes, o regente dos jogos ginásticos) e outro a Kairós.

Segundo Ribeiro (1962), na mitologia grega, Kairós era representado como um deus, a personificação da oportunidade ou ocasião, do momento favorável. Era um jovem atlético que segurava em sua mão direita uma adaga, enquanto na mão esquerda segurava uma balança; ora era retratado com asas nos pés, ora com asas nos ombros; e com a ponta dos dedos dos pés apoiado em uma esfera.

De acordo com Pausânias, a Kairós é dedicado um hino em um dos poemas de Ion de Quios (ca. 490-425 a.C.), no qual ele é apresentado como filho mais novo de Zeus. O escultor grego Lísipo (ca. 390-300 a.C.), também representou Kairós em uma de suas obras de bronze, tendo seu epigrama escrito por Posidipo (ca. 270 d.C.). O epigrama segue um diálogo entre Kairós e o poeta:

- *Por que você está na ponta dos pés?*
- *Eu estou sempre correndo.*
- *E por que você tem um par de asas em seus pés?*
- *Eu voo com o vento.*
- *E por que você segura uma adaga na sua mão direita?*
- *Como um sinal para o homem, de que sou mais afiado do que qualquer ponta afiada.*
- *E por que o teu cabelo cobre o teu rosto?*
- *Para aquele que me encontrar me levar pelo topete.*
- *E por que, em nome dos Céus, está a parte de trás da cabeça calva?*
- *Para que ninguém a quem eu tenha corrido por... apanhe-me por trás.*

No poema de Posidipo, Kairós é descrito como um belo e jovem deus, afinal a oportunidade nunca envelhece e a beleza é sempre oportuna, florescendo em sua própria temporada. Embora seja calvo, Kairós possui uma longa mecha de cabelos na testa que se projeta para frente. Por ter uma agilidade sem igual, só pode ser detido quando agarrado pelos cabelos, ou seja, quando encarado de frente (CALLISTRATUS, 1931).

O encontro/confronto com Kairós também aparece nas Fábulas de Esopo (620-560 a.C.), e o contador de histórias alerta: “se você o agarrar de frente, talvez consiga segurá-lo, mas uma vez que ele passar, nem mesmo o próprio Zeus poderá puxá-lo de volta. Este é o símbolo da oportunidade, o breve momento em que as coisas são possíveis” (fábula 536, de Phaedrus 5:8 apud LAOS, 1974).

Segundo Kelman (1969), é essencial reconhecer Kairós e percebê-lo para que se possa agir ao seu encontro, agarrando-o fortemente pela madeixa. Se for pego, ele se derrete em suavidade, mas, uma vez que ele tenha passado é tarde demais. Ao se virar para uma segunda chance, seria como se colocar em uma posição quase ineficaz de avançar e retroceder ao mesmo tempo. Em condições desequilibradas, só lhe restará a cabeça calva, sem ter como agarrá-lo. Nesse momento, Kairós assume sua natureza difícil e raramente oferece uma segunda chance. Aos olhos daqueles desatentos, Kairós pode passar despercebido...

Kairós e Hermes

Conforme Kast (2016), a semelhança entre Kairós e Hermes, expressado pelas asas nos pés, é inconfundível. Hermes, deus olímpico, filho de Zeus e Maia – uma divindade complexa, com múltiplos atributos e funções. Segundo Vernant (1990), Hermes está ligado ao hábitat dos homens e de modo mais geral à extensão terrestre. Diferentemente dos deuses longínquos, que residem em um além, Hermes é um deus próximo que frequenta esse mundo. “Vivendo em meio aos mortais, em familiaridade com eles, é no próprio coração do mundo humano que se insere a sua presença divina” (VERNANT, 1990, p.191). Na *Iliada* de Homero, Zeus diz ao filho: “Hermes, tua mais agradável tarefa é ser o companheiro do homem; ouves a quem estimas” (c. XXIV, 334sq).

De acordo com Brandão (2001), Hermes parece ter sido, de início, um deus agrário, protetor dos pastores nômades indo-europeus e dos rebanhos, daí seu epíteto de Crióforo, por ser muitas vezes representado com um carneiro sobre os ombros. No entanto, os gregos ampliaram suas funções e Hermes, por ter furtado o rebanho de Apolo, se tornou o símbolo de tudo que implica astúcia, artil e trapaça: é um verdadeiro *trickster*, um trapaceiro, companheiro e protetor dos comerciantes e dos ladrões.

Para Vernant (1990), ao se manifestar na superfície da terra, Hermes o faz à maneira de mensageiro, como um viajante que vem de longe e que tem pressa para partir. Em Hermes não há nada fixo, estável, permanente, circunscrito, nem fechado. Ele representa, no espaço e no mundo humano, o movimento, a passagem, a mudança de estado, as transições, os contatos entre elementos estranhos. Hermes, presente diante das portas, reside também na entrada das cidades, nas fronteiras dos Estados, nas encruzilhadas, ao longo das pistas, marcando o caminho. Ainda de acordo com o autor, Hermes está presente em todos os lugares, fora da moradia privada, em que os homens se reúnem e entram em contato com a troca (quer se trate de discussão ou de comércio), como na *ágora*, e para a competição, como no estádio. Ele assiste como testemunha aos acordos, às tréguas, aos juramentos entre partidos opostos; serve de arauto, de mensageiro, de embaixador no estrangeiro (VERNANT, 1990).

Segundo Brandão (2001), para os gregos, Hermes regia as estradas porque andava com incrível velocidade, pelo fato de usar sandálias de ouro, e por não se perder na noite, pois dominava as trevas e conhecia perfeitamente o roteiro. Com a

rapidez que lhe emprestavam suas sandálias divinas e com o domínio dos três níveis (Hades, telúrico e Céu), tornou-se o mensageiro predileto dos deuses, sobretudo de seu pai Zeus, e do casal ctônico, Hades e Perséfone. Desta forma, como conhecedor dos caminhos e de suas encruzilhadas e podendo circular livremente nos três níveis, Hermes acabou por ser um deus psicopompo, ou seja, o condutor de almas para o Hades ou para o caminho inverso.

Conforme Vernant (1990), Hermes, quando presente no meio dos homens, é ao mesmo tempo intangível e ubiquitário, ou seja, é capaz de estar em várias partes ao mesmo tempo e se adaptar a cada uma facilmente – nunca está onde está, aparece repentinamente e desaparece. Quando uma conversa se finaliza de repente e um silêncio se estabelece, os gregos dizem: “Hermes passa”. O deus usa o capacete de Hades que o torna invisível, as sandálias aladas que anulam as distâncias, e um *caduceu* ou bastão de arauto, que transforma tudo o que toca. É também aquilo que não se pode nem prever nem reter, o fortuito, a boa ou má sorte, o encontro inesperado. Através dessa profusão de epítetos, dessa variedade de atributos, o personagem mitológico de Hermes aparece como singularmente complexo. Por esse motivo desnorteador, de acordo com Vernant (1990), se chegou a imaginar na origem a existência de vários Hermes diferentes que teriam se fundido em seguida.

Segundo Kast (2016), Hermes é um deus eternamente vagante, sempre em movimento – ele só pode ser vislumbrado por um instante, antes de sumir. Mas nesse encontro momentâneo, a vida daqueles que o encontram é transformada. Nesse sentido, Kairós e Hermes formam um par. Enquanto Kairós é responsável pelo bom momento, pelo feliz acaso, Hermes é responsável pelo espaço de vida mais abrangente, que possibilita esses felizes acasos. A autora frisa que esse bom momento ou o momento certo não pode ser produzido; ele apenas ocorre e é preciso percebê-lo e aproveitá-lo para poder agir. Ponderar e agir – essa seria uma interpretação simples dos símbolos da balança e da adaga que Kairós segura nas mãos. As asas nos dizem que este deus se faz presente apenas por um instante (KAST, 2016).

Por um longo período, Kairós foi uma figura mítica recorrente na arte e literatura, se tornando uma peça central de esculturas, pinturas e poemas; além de servir como inspiração para metáforas e advertências poderosas que aparecem na literatura de tempos antigos e também contemporâneo (MYERS, 2008).

3.2.1 O conceito de *kairós*

“It is beyond why and who as well as beyond what and how. It is the ‘one in all things’, always here and now” – Harold Kelman

Além de ser representado como uma figura mítica, *kairós* (com letra minúscula) também é um conceito muito explorado na antiga cultura grega. Myers (2008), faz referência à obra do teólogo do século XVI, Erasmo de Roterdã, relativa a compilação de adágios gregos e romanos, o que pode ser considerada como uma revisão de literatura de *kairós*. A visão geral de Erasmo sobre o conceito aparece no adágio *Nosce Tempus* e começa com a exploração da onipresença de *kairós*, considerado como “o devido tempo”. Segundo observações do teólogo, o termo era proeminente nos provérbios dos Sete Sábios da Grécia, atribuídos a vários de seus autores e utilizados por quase todos. Dentre as citações relativas à *kairós*, está a de Teócrito, que diz: “Alguns florescem no verão, outros no inverno” (MYERS, 2008).

Segundo Sipiora (2013), o termo *kairós* apareceu pela primeira vez na *Iliada* de Homero, onde se denota um lugar vital ou letal no corpo, que é particularmente suscetível a lesões e, portanto, necessita de proteção especial. Desta forma, *kairós* traz inicialmente um significado espacial. No entanto, na obra de Hesíodo, *Os Trabalhos e os Dias*, *kairós* assume o sentido de “medida devida” ou “proporção adequada” quando o poeta o utiliza como exemplo à sobrecarga de um vagão, o que pode fazer com que seu eixo se quebre. Ainda de acordo com Sipiora (2013), o conceito de *kairós* tornou-se um princípio normativo de poetas e dramaturgos gregos como Teógnis, Píndaro, Ésquilo, Meleto, Eurípides e Menandro, cada qual utilizando o termo *kairós* para dar significados em diversos sentidos (SIPIORA, 2013).

De acordo com Levi (1923), nas obras de Homero o termo *kairós* geralmente tem um significado etimológico relacionado à morte, enquanto nas obras do poeta lírico Teógnis o significado “oportunidade” começa a surgir – posteriormente esse sentido também apareceu nas tragédias de Ésquilo. Segundo o autor, as passagens de Eurípides revelam a transição do significado de “mortal” em Homero, para o sentido de mudanças “decisivas” ou “oportunas”. Esta evolução do termo teve grande influência em Platão, que encontrou nos usos literários de *kairós* um meio para unir seus conceitos de ética e estética. A transição do conceito também se apresenta na literatura do século V, onde *kairós* passa a representar “a melhor oportunidade”,

sendo esta essencial para chegar à “medida adequada” em conformidade com o que for necessário (SIPIORA, 2013).

De acordo com Sipiora (2013), *kairós* (καῖρός) era um conceito seminal, explorado na retórica, na literatura, na religião, na estética e na ética. Embora, muitas vezes, seja traduzido como momento oportuno, seu uso vai além da referência temporal, tendo diversos significados na teoria retórica clássica e na história, como: simetria, medida certa, tato, decoro, proporção ou moderação sábia. Como conceito retórico, *kairós* enfatiza a importância de aproveitar – ou mesmo criar – oportunidades de uma maneira que seja efetiva e apropriada ao ponto de vista. Ainda segundo Sipiora (2013), o conceito de *kairós* é similar a *logos*, na medida em que ambos os conceitos geram muitas definições e interpretações significativas. Com isso, *kairós* permanece como um conceito mestre atravessando eras, culturas e disciplinas.

De acordo com Baumlin (2013), devido as múltiplas camadas do conceito de *kairós*, a ideia de se chegar a uma única definição se torna algo difícil, além de empobrecer o conceito, que mantêm uma dinâmica complexa. Para o autor, qualquer tradução de *kairós* capta somente uma fração de sua “gama completa de significados”, considerando que qualquer uso é susceptível de sugerir vários sentidos ao mesmo tempo. Os usos específicos de *kairós* podem ser traduzidos como uma combinação de qualidades, como “a harmonia que é proporcional”, “o tempo que harmoniza”, “a medida proporcional” ou “a medida adequada e oportuna”.

Ainda segundo Baumlin (2013), este alcance e multiplicidade que envolvem o conceito de *kairós* são negados no momento em que se torna um termo estagnado e com elementos previsíveis e quantificáveis. Portanto, os *kairós* só podem ser entendidos dentro do momento ou, muitas vezes, depois que o momento passou. Para Kelman (1969), a experiência de *kairós* não é limitada ao mundo ocidental, sugerindo sua universalidade como uma possibilidade humana.

Smith (1969), analisando a ideia de Platão referente ao contraste entre o conceito de *kairós* e a noção de chance, aponta que para o filósofo grego o que acontece por “chance”, ocorre de uma maneira opaca para o entendimento humano; a “chance” é uma reunião de eventos que, por tudo o que podemos entender ou determinar, poderiam ter acontecido em qualquer momento. Em contrapartida, a “ocasião” aponta para um momento certo, adequado ou favorável, que só pode acontecer em algum momento específico.

Para Smith (1969), ocasiões ou oportunidades são tempos que devem ser apreendidos como tal através de *insight* e compreensão; além disso, são tempos de decisão e ação. Por outro lado, o que acontece por “chance” ocorre sem que tenhamos a sensação de que os eventos “conspiraram” para produzir o resultado. E muitas vezes expressamos a nossa incapacidade de compreender o significado de um evento dizendo que este “aconteceu de ser dessa maneira”, percebendo-o simplesmente como algo que ocorreu, no entanto, sem ser significativo.

3.2.2 As divindades do tempo: *chronos* e *kairós*

“Se não perguntarem julgo saber o que é o tempo, mas se perguntarem, deixo de saber” – Santo Agostinho

Os gregos antigos possuíam três conceitos para denominar o tempo, *chronos* (Χρόνος), *kairós* (καιρός) e *aión* (Αἰών). Enquanto *chronos* designa o fluxo contínuo do tempo, a personificação do tempo mensurável; *kairós* aponta para momentos únicos no processo temporal, enfatizando o elemento qualitativo, experiencial e único no processo temporal; e *aión* sendo a eternidade personificada (TILLICH, 1957).

De acordo com Tillich (1957), o tempo é uma forma vazia que pode receber qualquer tipo de conteúdo, sendo ele abstrato ou objetivo. Dessa forma, vamos nos ater as categorias de tempo cronológico e *kairológico*. Sendo a primeira quantitativa, lógica, previsível, calculável e repetitiva, podendo ser dividida em anos, meses, dias, horas, minutos, segundos e, por que não milissegundos? Em *chronos*, temos a concepção fundamental do tempo como medida, a quantidade de duração, a duração da periodicidade, a idade de um objeto ou artefato, a taxa de aceleração dos corpos na superfície da terra, etc. Esta forma de tempo nos serve como norteador para vários processos sociais (SMITH, 1969; MARTINS et al., 2012). A segunda se refere a um tempo não racional, a qualidade do tempo vivido, pessoal, imprevisível e mutável. *Kairós* é o tempo oportuno, que torna um acontecimento especial e memorável, não em seus números, mas em sua significância (PEDRONI, 2014).

Embora *kairós* e *chronos* sejam diferentes em seus significados, eles estão entrelaçados e dependem um do outro. Para Pedroni (2014), *chronos* e *kairós* são modos de se pensar o tempo e, de forma alguma, eles se anulam. Segundo Smith (2013), ambos os aspectos do tempo são lados distintos da mesma moeda, cada um com sua importância. Nesse sentido, o autor exemplifica a interação entre *chronos* e

kairós com o processo de produção de vinho ou na produção de pérolas. Ambos devem atuar no “amadurecimento do tempo”. Para os bons vinhos há um tempo de envelhecimento para que ele atinja o seu pico (o que pode envolver décadas) – é nesse momento que o vinho estará em seu melhor momento para degustação. Smith (2013), argumenta que há um “tempo crítico” ou “tempo adequado” para a maturidade do vinho ou da pérola, sendo antes deste “demasiadamente cedo” e após ele passar, “demasiadamente tarde”. Embora a decisão de colher uma safra repouse no julgamento subjetivo, também há a dependência de um conjunto de fatores que independem da interpretação. A decisão é tomada com base em informações ou dados “objetivos” como: saber sobre condições climáticas, sazonalidade e taxas de crescimento, níveis de nutrição, taxas de maturação e outras características da cultura específica. Para então, ser feita uma decisão sobre qual é o momento certo para alcançar o resultado cuja conveniência também é estabelecida, em parte, por variáveis fora do âmbito da interpretação subjetiva.

De acordo com White (1987), também no que se refere ao elemento temporal, o conceito de *kairós* como oportunidade ou momento oportuno, aparece em referências antigas relacionadas ao arco e flecha. Segundo o autor, *kairós* representa o momento em que uma flecha pode ser disparada com força suficiente para penetrar no alvo, ou seja, se refere a uma abertura ou passagem pelo qual a flecha deve viajar no momento apropriado e com força efetiva. Portanto, o arqueiro não se concentra no ponto final, mas sim no caminho ou na abertura que leva a este ponto final.

Nesse sentido, Vernant (1990) diz que:

O tempo da operação técnica não é uma realidade estável, unificada, homogênea, sobre a qual o conhecimento faria presa; é um tempo agido, o tempo da oportunidade a aproveitar, do *kairós*; esse ponto em que a ação humana vem encontrar um processo natural que se desenvolve ao ritmo de sua duração própria. O artesão, para intervir com seu instrumento de trabalho, deve apreciar e esperar o momento em que a situação está madura, saber sujeitar-se inteiramente à ocasião. Jamais deve desistir de sua tarefa, diz Platão, sob pena de deixar passar o *kairós*, de ver a obra gorada. O golpe de vista que o controle técnico do artesão pressupõe só faz sublinhar sua sujeição relativamente a um *kairós* que ele é incapaz de dominar pela inteligência. (p.374)

Para Moutsopoulos (1985), *kairós* adiciona um dinamismo e uma dimensão valiosa à temporalidade. Segundo Smith (1969) o conceito aponta para um caráter qualitativo do tempo, a um evento ou temporada em que algo apropriado pode

acontecer. Mas o autor ressalta que não se trata de algo que acontece em “qualquer momento”, mas somente “naquele momento”, um tempo que marca uma oportunidade e que pode não se repetir. Em outra publicação, Smith (2013) aponta para o fato de que, embora *kairós* pareça referir-se apenas à ação individual e ao julgamento subjetivo, esse julgamento não cria o “quando” das oportunidades. De fato, elas vem e vão, quer alguém as perceba ou não, as aproveite ou não. Segundo o autor, *kairós* tem uma dimensão ontológica, física e metafísica própria.

Para Ribeiro (1962), *kairós* é irreduzível e transcorre de uma forma relativa à presentificação de cada um que o percebe e o vivência. Nesse sentido, de acordo com Martins et al. (2012), somente pode ser entendido plenamente por aquele que o vive. Pedroni (2014) afirma que na compreensão da presença contínua de *chronos* e *kairós* em nosso modo de viver o mundo, abrem-se as margens para um tempo *chronologicamente kairológico*, ou seja, um momento único e oportuno localizado em nossa rotina massificante. A ressignificação do tempo observado é absorvida pela eternidade em pequenos pontos atemporais.

O alcance e a relevância das características do tempo de *kairós* podem ser vistos nas múltiplas dimensões da experiência nas ordens retóricas, históricas, religiosas e psicológicas, como citado anteriormente. São muitos os autores que exploram a concepção de tempo em *kairós*, cada qual com um entendimento, ampliando, assim, o sentido do conceito. Para Kermode (2000), *kairós* é um momento significativo no tempo entre um começo fictício e um fim; “um ponto no tempo, coberto de significados e carregado de sentidos derivados da sua relação com o fim” (p.47); para Benito Junior (2012), *kairós* não se trata do tempo inexorável que nos devora, mas sim da experiência temporal na qual percebemos o momento oportuno em relação a um determinado devir; Smith (1969; 2013) entende *kairós* como o momento certo para se fazer algo, um momento rico em conteúdo e significado que desempenha um papel vital; e para Panofsky (1962), *kairós* é um instante decisivo que marca um ponto de mudança na vida dos seres humanos ou no desenvolvimento do universo.

Desta forma, apesar de cada autor expressar sua concepção sobre *kairós*, o ponto em comum entre todos eles é o entendimento de *kairós* como uma experiência significativa. Com isso, enquanto *chronos* é concebido como tempo “absoluto, universal e objetivo”, *kairós* é compreendido como “interpretativo, situacional e, portanto, subjetivo” (BENEDIKY, 2013, p.226).

Smith (2013) também relaciona *kairós* a um momento de tensão ou conflito, implicando que o curso dos eventos propõe um problema que precisa de uma decisão naquele momento; para tanto *kairós* é o momento quando a oportunidade de realização de algum propósito abre como resultado do problema que levou a crise. Esse momento é marcado por ser um momento decisivo, ou *turning point*⁴, na história. Para o autor *kairós* é uma posição temporal especial, onde algo de significância peculiar acontece. Nesse sentido, Kelman (1969) argumenta que a experiência de *kairós* não é possível sem uma problemática existencial. Para o autor, a experiência de *kairós* está inserida nela e ambas são condições prévias para a possibilidade de uma modalidade de existência mais autêntica. Nesse sentido, a experiência de *kairós* pode ocorrer em qualquer momento da vida de uma pessoa, seja na infância ou no leito de morte; pode ter intensidades e consequências variadas; ser determinada pelas circunstâncias internas ou externas; ocorrer com e sem consciência; nunca se tornar consciente nem ser esclarecida pelas circunstâncias da vida ou pela ajuda de outro (KELMAN, 1969).

Portanto, *kairós* implica no momento certo para fazer algo que favorecerá um acontecimento crucial; a necessidade de se ter consciência de que este momento certo existe, para que se possa estar eventualmente preparado para percebê-lo; e que se torna uma oportunidade que deve ser imediatamente reconhecida e aproveitada. Isso também implica que uma decisão deve ser tomada em relação a “o que” e “como” alguém deve fazer certas coisas; que o contexto de *kairós* deve ser experienciado para ser atuado; que tais oportunidades não podem ser possuídas, salvas para serem usadas em ocasiões futuras; e que o indivíduo envolvido é apenas um dos fatores (KELMAN, 1969).

Kelman (1969), faz um apontamento interessante em relação a ilusão do controle sobre *kairós*: uma pessoa pode estar preparada no sentido de estar consciente, aberta ou treinada para aproveitar as oportunidades; os aspectos externos podem dar a impressão ou, na verdade, ser assim constituídos para favorecer o fator de maior chance; a pessoa pode ter obtido o direito a pelo menos algumas oportunidades favoráveis; e, no entanto, elas parecem nunca estar a caminho, enquanto à outras

⁴ Expressão proveniente da língua inglesa que tem como definição: o momento em que uma situação começa a mudar de forma importante; e um momento em que ocorre uma mudança decisiva em uma situação, especialmente uma com resultados benéficos (DICTIONARY, 2007; CRYSTAL, 2004).

pessoas, parecem cair em seus colos após uma pequena preparação e com chances aparentemente contra elas (KELMAN, 1969). Assim, demonstrando a complexidade de *kairós* e a natureza difícil de Kairós.

3.3 As Mulheres e os Jogos Olímpicos

3.3.1 Os Jogos Olímpicos da Antiguidade

Na Grécia Antiga, havia frequentemente a celebração de Jogos Públicos, em sua essência festivais religiosos, que movimentavam todo o território helênico e que tinham como intenção homenagear os deuses, bem como definir os melhores em cada disputa. Os principais eram os Jogos Pan-helênicos⁵, que consistiam em quatro eventos quadrienais em diferentes cidades: os Jogos Nemeus, realizados em Neméia e em homenagem a Zeus; os Jogos Píticos, disputados em Delfos, homenageando Apolo; os Jogos Ístmicos em Corinto, em nome de Poseidon; e o considerado mais relevantes de todos, os Jogos Olímpicos, realizados em Olímpia em homenagem a Zeus (RUBIO, 2001).

Nestes eventos, aconteciam a máxima expressão das práticas atléticas e os atletas representavam a si mesmos, bem como seu pai e a cidade-estado de onde vinham, buscando transcender sua condição de humano e se aproximar dos deuses. Essa condição atlética exibicionista se tornava exclusiva dos soldados gregos, que também eram considerados atletas. Dessa forma, podemos nos aproximar do entendimento da exclusão das mulheres nesses eventos, embora muitas praticassem jogos com bolas, danças, caças, etc. (MACHADO, 2010).

3.3.1.1 Mulheres gregas e as atividades atléticas

Segundo Spears (1984), talvez o primeiro registro de uma mulher, no caso uma *parthenoi* (mulher virgem em idade para casar), a se envolver em atividades atléticas tenha sido na *Odisséia* de Homero. Dentre as muitas personagens, Nausícaa, a jovem filha virgem do Rei Alcínoo e da Rainha Arete, é a única engajada em jogos lúdicos e atividades atléticas. A cena se passa antes de seu encontro com Ulisses, que acabará de deixar a ilha da ninfa Calipso. Nausícaa com mais algumas jovens vão ao rio para lavar roupa e enquanto esperam as roupas secarem, se entretêm com banho de rio e brincadeiras com bola, acordando Ulisses que havia naufragado e se encontrava

⁵ Os Jogos Pan-helênicos faziam parte dos Jogos Públicos.

nu e perdido. Spears (1984), ressalta que a linguagem do poema explicita o sentido dado por Homero ao usar a palavra brincadeira, ao invés de esporte ou jogo, e banhar-se no rio, ao invés de nadar. O foco da cena não era as atividades praticadas pelas garotas, mas sim um dispositivo literário para descobrir Ulisses e apresentá-lo para o Rei Alcínoo, que o ajuda a voltar para sua casa em Ítaca.

A prática de atividades atléticas na civilização helênica fazia parte da Paidéia, ou seja, o sistema de educação e formação ética que tinha como objetivo a formação completa do cidadão. Dentre as outras atividades, além do desenvolvimento corporal, estavam inclusos a música, artes, poesia, etc. No entanto, isto não se referia às mulheres.

O conhecimento que temos sobre o papel da mulher na antiga sociedade grega é limitado as escassas evidências que sobreviveram até o presente período, e que, ao serem investigadas, nos trazem alguns detalhes sobre a vida na Grécia Antiga. Entretanto, é importante frisar que não é possível falarmos da mulher grega de forma genérica, pois a Grécia era fracionada de cidades-estados, muitas vezes antagônicas e que não formavam uma unidade politicamente ou socialmente constituída. Dos documentos que chegaram até nós sobre as mulheres gregas, muito está relacionado às classes mais altas e principalmente referente à Atenas e Esparta, nos fazendo pensar que provavelmente haviam variações na vida em cada cidade-estado (BRANDÃO, 1989).

Evidências sobre a vida cotidiana das mulheres gregas no período arcaico (800 a.C. – 500 a.C.) foram retratadas principalmente por Homero⁶, nas obras *Iliada* e *Odisséia*, e também por outros autores como Hesíodo, Semônides e Safo⁷. Em parte da Grécia, a *areté* feminina envolvia beleza, “castidade, modéstia, obediência e comportamento conspícuo” (NORTH, 1966 apud SPEARS, 1984). Esperava-se que as esposas tivessem filhos, se destacassem em tarefas como fiação e tecelagem, e gerenciassem a casa. Estes poetas retratam a vida das cidades-estado do continente e da Ásia Menor, nas quais as vidas das mulheres eram de alguma forma semelhantes.

⁶ Embora Homero tenha vivido alguns séculos depois do que foi retratado em suas obras, elas ainda são os principais registros sobre a sociedade grega nesse período.

⁷ Cada autor apresenta uma visão sobre a mulher grega. Enquanto Hesíodo, e posteriormente, Semônides descrevem as mulheres de forma satírica, mas necessárias para gerenciar o ambiente doméstico, Safo o faz de maneira apazível em seus poemas, muito provavelmente por ser uma mulher, expressando seu amor pela vida, bem como por outras mulheres (BRANDÃO, 1989).

Em Atenas, desde o nascimento, a menina já era tida como indesejável, pois não resolveria a questão da sucessão e herança, além de não assegurar a continuidade do culto familiar. As jovens eram confinadas nos *gineceus* e aprendiam a manusear a roca e o tear, aguardando serem escolhidas por um homem para o matrimônio. Ao se casarem, as mulheres passavam a participar do culto familiar do marido e ainda eram acompanhadas de um dote, ou *proix*. Isso ocorria exclusivamente com as *eugeneis*, ou seja, mulheres da *pólis*, filhas de cidadãos gregos, diferentemente de *concubinas*, *heteras*, escravas ou prostitutas⁸. Na educação das mulheres atenienses não estava incluídas atividades relacionadas ao exercício físico, até porque eram voltadas para a preparação para a guerra e eram de extrema violência, algo que não condizia com a conduta feminina (BRANDÃO, 1989).

Na capital Atenas, os princípios tradicionais sobre o comportamento das mulheres eram preservados. Os atenienses acreditavam que as mulheres deveriam andar cobertas e não serem vistas em público; portanto, não podiam participar de competições atléticas porque exporiam seus corpos, estes que deveriam ser apenas condicionados para o parto (REESE; VALLERA-RICKERSON, 2002).

Há alguns relatos sobre a vida das mulheres nas ilhas de Creta e Lesbos. Segundo Brandão (1989), dada a estrutura matrilinear da comunidade de Minos, configurada religiosamente na Grande Mãe, as mulheres em Creta eram detentoras dos mesmos direitos que os homens. Mas com isso, não se pretende dizer que elas representassem uma liderança na célula familiar. Apenas que poderiam participar de todas as atividades da *pólis*, sem serem enclausuradas nos *gineceus*. Em Mitilene, a capital de Lesbos, o contato permanente com o Egito, onde a mulher sabidamente gozava de alta consideração, cooperou muito para o modo de vida das mulheres de lá. Sob o domínio dos eólios desde o século XII a.C., a educação mitilenéia valorizava aspectos artísticos, sociais, além de físicos. As jovens de Lesbos se dedicavam com afinco as atividades atléticas para conservarem a beleza de seus corpos, a graça e encantos femininos. Mas pode-se considerar Lesbos apenas como um hiato, ou “um Oásis no vasto deserto de repressão masculina” (BRANDÃO, 1989, p.22).

Segundo Spears (1984) em Esparta as mulheres levavam uma vida bem diferente do que nas demais cidades-estados e em sua educação era incluído um

⁸ *Concubinas* eram como uma espécie de segunda esposa, podendo ser atenienses de famílias pobres, estrangeiras (gregas de outras *pólis*) ou escravas. Enquanto *heteras* eram amantes, a maioria das vezes escravas.

regime rigoroso de atividades físicas. Enquanto os meninos eram treinados para se tornar guerreiros, as meninas se tornariam mães saudáveis e vigorosas para gerar filhos fortes. Para as mulheres espartanas era exigido que lidassem com as propriedades de seus maridos (reclusos em grupos militares), aparecessem fora de casa e levassem uma vida mais pública do que as mulheres de outras cidades-estados. Tal estilo de vida foi retratado principalmente por Xenofonte e Platão e, posteriormente por Plutarco. Embora as espartanas tivessem a prática de exercícios físicos presentes em suas vidas, elas eram apenas vistas como máquinas para procriar filhos fortes e robustos (BRANDÃO, 1989).

No entanto, a lei espartana imposta por Licurgo (700-630 a.C.) no século VII a.C., expressava a importância do ato de dar luz a uma criança, como o serviço de um guerreiro para o estado. Esta lei, que permaneceu inalterada em toda história de Esparta, permitia que tanto um guerreiro morto em guerra, quanto uma mulher morta durante o parto, tivessem seus nomes inscritos em sua tumba, algo que não era comum (LERNER, 1986).

3.3.1.2 A exclusão na Antiguidade

Desde a origem das práticas atléticas de forma exibicionista, como ocorriam nos Jogos Pan-helênicos na Grécia Antiga, as mulheres eram excluídas desses, que eram os principais eventos da cultura helênica. Não somente as mulheres, *gynaikes*, mas aqueles que não eram tidos como cidadãos, como escravos, estrangeiros ou bárbaros, também eram privados dessa experiência, até mesmo como espectadores. De acordo com Dillon (2000), há evidências nos registros do antigo geógrafo grego Pausânias, que sugerem a presença de *parthenoi*, ou mulheres virgens em idade para casar, nestes eventos para apreciar os feitos atléticos masculinos, mas isso é ainda algo inconcluso.

Em relação à exclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos, uma das exceções a regra era a sacerdotisa de Deméter Chamyne, um título honorário dado em Élis, a cada quatro anos a uma única mulher grega. Essa posição lhe dava o direito de entrar no estádio olímpico para assistir aos eventos atléticos em um lugar de honra, sentada em um trono de mármore no altar oposto ao dos árbitros, ou *hellanodikes* (POMEROY, 2002). Peleologos (2005) menciona que Regilla, a esposa de um benfeitor de Olímpia, Herodes Atticus, construiu um aqueduto com a intenção de ser nomeada para o título de sacerdotisa e poder participar dos Jogos. Com isso,

Miragaya (2006) sugere que as posições de poder, que raramente eram ocupadas por mulheres, desempenhavam papéis importantes na flexibilidade das regras.

Segundo Crowther (2007), tradicionalmente o lugar das mulheres gregas não era nos ginásios públicos e certamente também não era no mundo competitivo dos estádios. Os Jogos Olímpicos da Antiguidade eram uma prerrogativa masculina, sendo um festival restringido apenas para homens atletas, em honra de um deus também masculino, Zeus. As mulheres casadas não poderiam nem mesmo ser espectadoras dos eventos atléticos, pois temia-se que houvesse uma poluição do local sagrado. Como descrito por Pausânias, a pena para as mulheres que fossem pegas assistindo aos Jogos Olímpicos ou que, até mesmo, tivessem atravessado o rio Alfeu, que fazia fronteira com o local sagrado, seria ser atirada do alto do Monte Tipeón. No entanto, não há registro de que isso foi posto em prática. Ainda de acordo com Crowther (2007), os textos apresentam apenas uma violação, a de Callipateira (440 a.C.). No ano de 404 a.C., durante a realização da 94ª edição dos Jogos Olímpicos, Callipateira se vestiu como homem para assistir seu filho Pisirodos competir na prova do pugilato. Após o triunfo do filho, Callipateira não conseguiu conter sua excitação e foi descoberta na área reservada aos treinadores. Em consideração ao fato de ser mãe de Pisirodos, além de ser filha de Diágoras, também campeão olímpico, Callipateira foi absolvida. Após esse evento, foi determinado que os treinadores, assim como os atletas, deveriam ficar nus na área de competição para não haver mais enganos.

Há registros que mencionam a participação de jovens mulheres nas corridas de carros, bigas e quadrigas⁹, e de atletismo em três dos principais Jogos da Élis, os Jogos Píticos, os Ístmicos e os Nemeus. A exceção era nos Jogos Olímpicos. Entretanto esses eram eventos separados e não equivalentes aos agônes¹⁰ masculinos (GREENE, 2005). Segundo Spears (1984), o Período Clássico (480 a.C. – 330 a.C.) revela mais evidências de mulheres participando de atividades atléticas, principalmente em vasos, ilustrando mulheres acrobatas, fazendo malabarismo, nadando ou correndo, mas aparentemente apenas para sua própria diversão. De acordo com Scanlon (2004), referências tardias apontam que as *parthenoi* passaram a competir em festivais atléticos masculinos após esse período. De acordo com

⁹ Biga é um carro ou carroça conduzido por dois cavalos, enquanto quadriga é conduzido por quatro cavalos lado a lado. Ambos eram utilizados em competições dos Jogos Pan-helênicos e de outros Jogos Públicos.

¹⁰ Agônes provêm do conceito grego “agon”, ou seja, a competição para a excelência (MIRAGAYA, 2006).

Miragaya (2006), isso sugere que a inclusão das mulheres se deveu à circunstâncias sociais excepcionais e talvez a pressão do sistema político romano, que permitia que filhas de cidadãos ricos participassem desses eventos.

Algumas jovens nobres tiveram seus nomes registrados como vencedoras na corrida de carros em Olímpia e em demais cidades. Nessas competições eram considerados vitoriosos os donos dos cavalos e não quem os conduzia. Por esta razão, algumas das vencedoras talvez não tenham visto suas próprias conquistas. As carruagens eram utilizadas nas guerras e seu uso representava poder e superioridade. A partir disso, pode-se pensar a importância da riqueza, mais do que talento e treinamento, nas competições equestres. Nesse sentido, as leis que impediam as mulheres de competirem em eventos masculinos não eram impostas a todas (MIRAGAYA, 2006).

A primeira vencedora nos Jogos Olímpicos da Antiguidade foi a princesa espartana Cinisca, filha de Arquídamo II de Esparta e irmã de Agesilau II, na corrida de quadriga. Há diferentes interpretações para sua vitória em Olímpia: uma delas se refere à Agesilau II, que queria provar para os atenienses que as corridas equestres não dependiam do talento dos cavaleiros, e sim do valor do cavalo e da riqueza de seu dono, por isso incentivou sua irmã a entrar na competição. Outra, a partir da interpretação de Pausânias, diz que Cinisca se tornou bastante ambiciosa e motivada a ganhar de homens, principalmente dos atenienses, devido a questões familiares¹¹, e conseguiu alcançar a vitória em duas edições olímpicas seguidas, em 396 a.C. e 392 a.C.. Entretanto, não é sabido se ela estava presente durante as conquistas (MIRAGAYA, 2006). Segundo Paleólogos (2005), era permitido a presença de mulheres nas competições equestres provavelmente porque o caminho até o hipódromo não passava pelo estádio sagrado e os homens não competiam nus.

Após as conquistas, uma estátua de Cinisca feita de bronze foi colocada no templo de Zeus em Olímpia e tinha gravado em sua base a seguinte epígrafe:

*Reis de Esparta eram meus pais e irmãos
E com uma carruagem e cavalos tempestuosos,
Cinisca ganha e coloca esta efigie, e proclama que
de todas as mulheres da Grécia somente eu carrego a coroa.*

¹¹ O pai de Cinisca, Arquídamo II, iniciou a Guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta que durou quase trinta anos. Daí a rivalidade entre as duas cidades-estado também nos eventos atléticos, embora houvesse a Trégua Sagrada, ou *Ekekeiria*, onde as guerras eram interrompidas durante o período das competições.

De acordo com Raschke (1996), a inscrição na escultura facilmente se faz entender que Cinisca era a própria condutora da quadriga, sendo que não há nada na epígrafe que sugira que era outra pessoa, nesse caso, um homem que conduzia os cavalos.

Há diferentes versões sobre a vitória de Cinisca, como as registradas por Pausânias e Xenofonte (430 a.C. – 355 a.C.). Esses feitos também foram interpretados em diferentes perspectivas: a partir da história das mulheres, romantizada pelas conquistas femininas nos meios masculinos; ou por um olhar masculino, como a maior parte dos registros históricos que chegaram até nós.

Para Miragaya (2006), Cinisca se tornou a primeira mulher da história grega a vencer nos Jogos Olímpicos, como também a descobrir lacunas em regras feitas pelos homens e, seguindo a interpretação de Pausânias, ridicularizando-as. Cinisca conseguiu provar, neste caso, que os cavalos fazem toda a diferença entre a vitória e a derrota, e não o que era tido como “masculinidade”. Ainda segundo a autora, Cinisca provou ser corajosa o suficiente para tomar a iniciativa e antagonizar os homens na disputa equestre mais difícil e se tornar campeã por duas vezes. A autora conclui que Cinisca estabeleceu um exemplo único de dominância feminina na sua melhor forma, na competição atlética (MIRAGAYA, 2006).

No entanto, Kyle (2003) reconhece Cinisca como a primeira vencedora nos Jogos Olímpicos, mas acredita que suas vitórias não tiveram como foco a regulamentação e abertura dos eventos atléticos para as mulheres, visto que estas não tiveram grande impacto nessas questões. As corridas de bigas ou quadrigas permaneceram quase que exclusivamente uma atividade de reis e cidadãos muito ricos. Houveram outras mulheres que conquistaram vitórias nas corridas: espartanas, helênicas ou romanas, elas ainda não poderiam participar dos Jogos Olímpicos, mantendo assim a exclusão das mulheres. Para o autor, a participação de Cinisca era uma questão política. Sua conquista talvez tenha sido um começo para as mulheres no esporte¹² olímpico, mas também foi o fim, com a culminação do conflito entre Esparta e Atenas. Kyle (2003) propõe que Agesilau II persuadiu sua irmã a participar da competição como tentativa de enfraquecer a popularidade de Alcibiades, um exímio

¹² Nesse contexto, entende-se por esporte: atividades físicas públicas, especialmente aquelas com elementos competitivos, que buscam a vitória, o prazer ou demonstração de excelência. Na cultura ocidental, o significado histórico dessas palavras foi comumente associado a homens e não a mulheres (MIRAGAYA, 2006). O conceito de esporte moderno não é igual ao dos gregos na Antiguidade.

corredor ateniense, e mostrar o poder de Esparta, desacreditando a honra dos adversários, derrotados por uma mulher.

A popularidade dos Jogos Pan-helênicos por todo território grego, fez com que surgissem outros festivais, dentre eles a Heraias ou Jogos Heranos. Este que era o único exclusivamente feminino e que teve seu início em VI a.C.. Os poucos registros feitos sobre a Heraias vieram de Pausânias, quando o geógrafo descreveu o Templo de Hera no santuário de Zeus em Olímpia, apenas no século II a.C.. Durante esse intervalo houve um silêncio notável sobre a realização do festival (SWEET, 1987).

Segundo Swaddling (2000), uma das versões sobre a criação dos Jogos Heranos é conferida a Hipodamia. Esta, que era filha de Enômao, seria dada em casamento somente para aquele que vencesse seu pai em uma corrida de carros. Pélops, um dos mais velozes e astutos cocheiros da antiguidade mítica, aceitou o perigoso desafio, como tantos outros que já haviam feito e que após terem sido derrotados, pagaram com suas vidas. Com a ajuda do cocheiro real Mítilo, venceu a corrida, e se casou com Hipodamia. Para agradecer a Hera por sua união com Pélops, Hipodamia criou os Jogos Heranos (BRANDÃO, 2014).

De acordo com vários autores, apenas as *parthenoi* ou meninas poderiam participar do festival atlético, excluindo mais uma vez as mulheres casadas das competições (MIRAGAYA, 2006; CABRAL, 2004; CHRISTOPOULOS, 2003; GOLDEN, 2004). O evento era realizado a cada quatro anos no Estádio Olímpico, o mesmo utilizado pelos homens, e acontecia um mês antes ou depois dos Jogos Olímpicos. As competidoras, vindas de toda a Grécia, provavelmente viajavam para o santuário junto com os homens de sua família, espectadores ou participantes da competição masculina (MIRAGAYA, 2006).

A Heraias consistia em uma única prova de corrida de uma distância de 160 metros, o que equivalia a 5/6 da prova masculina, a *stadio* (192 metros). As competidoras eram divididas em três grupos de acordo com sua faixa etária, não especificada nas fontes antigas, mas que talvez variasse dos 6 aos 18 anos. Embora os homens competissem nus, as mulheres usavam a *quíton*, uma túnica também utilizada por homens para fazer serviços pesados. Por esse motivo em algumas fontes as vestimentas das competidoras são descritas como masculinas. As corredoras usavam uma *quíton* curta, logo acima do joelho, que deixava o ombro direito e o peito desnudos e deveriam competir com os cabelos soltos. As vencedoras eram agraciadas com uma coroa de oliveira, assim como os homens nas competições olímpicas, e

partilhavam uma porção da vaca sacrificada a Hera. Tinham ainda o direito de dedicar estátuas inscritas com seus nomes ou ter seus retratos pintados nas colunas do templo de Hera (MIRAGAYA, 2006; AMATO; GONÇALVES; SILVA, 2017).

De acordo com Miragaya (2006), o principal objetivo dos gregos era a excelência em termos de condutas, atitudes, comemorações e festividades. Todos os aspectos da vida, especialmente o atlético, estavam centrados nessa crença cultural. Era dado um enorme valor à força, competitividade, agilidade, velocidade e outras qualidades físicas que acreditavam ser inerentes somente ao sexo masculino. Os campeões olímpicos eram considerados heróis, e por esse motivo tinham direito a grandes honras e privilégios como estátuas em sua homenagem e até mesmo a altos postos no governo. Além disso, ao retornarem para suas cidades natais após sua vitória, seus compatriotas derrubavam parte dos muros das cidades para que eles pudessem entrar por ali, pois acreditava-se que trariam favores dos deuses. Entretanto, ainda segundo Miragaya (2006), as mulheres que competiam nas Heraias não tinham o status de heroínas por não preencherem os requisitos dos heróis olímpicos pelo seu tamanho corporal, força física, habilidades e técnicas. Suas competições eram mais simples e não exigiam o mesmo preparo físico masculino.

Os Jogos Heranos eram coordenados e supervisionados por um comitê de 16 mulheres de cidades que compunham a Élis. Miragaya (2006) destaca o fato de homens não estarem envolvidos na organização desse evento. Este que seria o único exemplo em que as mulheres eram as verdadeiras organizadoras de uma celebração e tinham o poder de encená-la. De acordo com Machado (2010) os Jogos Heranos, embora não fizessem parte do circuito dos grandes Jogos Pan-helênicos, eram cercados dos mesmos tipos de honrarias de sua versão masculina. Alguns autores apontam a existência de Jogos Heranos em várias locais da Grécia Antiga, porém, o realizado em Olímpia era o mais grandioso (REESE; RICKERSON, 2000; DURANTEZ, 1992; MUNGUÍA, 1992).

Ao longo do período de realização dos antigos festivais religiosos, como os Jogos Públicos, a sociedade grega parece ter aceitado algumas mulheres que exibiram suas habilidades atléticas de forma notável. De acordo com Spears (1984), algumas mulheres dirigiam carruagens, nadavam, faziam malabarismo, realizavam truques acrobáticos e, talvez, lutassem. Outras mulheres possuíam cavalos vencedores nos

Jogos Olímpicos, Panatenaia¹³ e em outros festivais. No primeiro século d.C., no período romano, três garotas e, possivelmente uma quarta, conquistaram vitórias em Jogos Pan-helênicos e outros festivais¹⁴. No segundo século d.C., *parthenoi* continuaram a competir nos Jogos Heranos e em demais rituais. Estas narrativas podem ser interpretadas, sugerindo que o esporte feminino na Grécia Antiga era mais significativo do que as evidências demonstram.

Miragaya (2006) conclui que até mesmo em Atenas, as práticas atléticas femininas tinham um papel na sociedade. O problema aparenta ser em relação às informações disponíveis, sendo estas provenientes de atenienses que não estavam tão interessados em documentar práticas associadas tão proximamente a Esparta, especialmente relacionadas à mulheres. Segundo Reese e Rickerson (2002), não é coincidência que, a partir do século IV a.C., autores como Xenofonte e Platão, mais identificados com Esparta, deram mais ênfase às práticas atléticas femininas.

Para Spears (1984), além desses, outros autores que fornecem extensas evidências literárias sobre a atlética feminina, como Plutarco e Pausânias, podem ser considerados muitas vezes incertos por terem escrito sobre acontecimentos que ocorreram centenas de anos antes de seu tempo. Ainda assim, qualquer sugestão em relação às atividades atléticas para mulheres se torna evidência por sua raridade. A história do esporte feminino baseia-se em poucos fatos, principalmente pelas fontes disponíveis não se focarem nesse tipo de atividade para mulheres, mencionando-as apenas ocasionalmente, diferentemente da abundância dos registros sobre os homens.

Dessa forma, tem-se um cenário geral da caracterização da participação feminina em atividades atléticas na Grécia Antiga. De acordo com Francisco (2010), muitas vezes ali situando a tradição, na qual estariam baseadas as restrições das mulheres ao longo da contemporaneidade. Segundo o autor, as variadas interpretações sobre a participação feminina em festivais antigos indicam que esta existia, mas era bastante delimitada. Sendo coerente com a prática comum de relacionar as mulheres à provas como a corrida a pé ou de carros, consequentemente desvinculando-as dos

¹³ Era uma festa nacional realizada a cada quatro anos em Atenas em homenagem a deusa olímpica, protetora da cidade. Envolvia eventos atléticos, musicais, de poesia e dança.

¹⁴ As três irmãs da cidade de Trales, na Ásia Menor, Trifosa, Hedéia e Dionísia conquistaram vitórias nos Jogos Ístmicos, Nemeus e Pítios, além de diversos festivais menores, em provas de corrida a pé e com armadura, e também nas corridas de carros. Hedéia também ganhou concurso de canto e lira. Seu pai dedicou uma estátua a Apolo homenageando as vitórias das filhas. Provavelmente as disputas eram somente entre mulheres (SPEARS, 1984).

esportes mais violentos, como também se deu após a reedição dos Jogos Olímpicos no final do século XIX.

3.3.2 Os Jogos Olímpicos da Era Moderna

De acordo com Miragaya (2006), é importante ressaltar que, tanto nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, quanto nos da Era Moderna, não havia nenhum documento oficial que proibisse ou excluísse as mulheres de participarem das competições. Nos códigos de conduta de ambos, era implícito que a biologia das mulheres e, conseqüentemente, sua falta de força física não lhes permitia participar enquanto atletas. Na Grécia Antiga, as mulheres não tinham direitos; nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, as mulheres também não tinham direitos, mas estavam iniciando o processo de lutar por eles.

3.3.2.1 O Corpo, as Construções Sociais e o Esporte

As questões relacionadas ao gênero têm sido amplamente discutidas, principalmente nas últimas décadas, e em diversos contextos como: trabalho, direitos, educação, violência e também no esporte. Estas discussões perpassam a temática do sexo, a sexualidade, o corpo e suas construções sociais. Ao refletir sobre o atleta e seus feitos incomuns realizados, sobretudo, através do corpo, essa discussão ganha novos contornos, principalmente ao pensarmos no esporte contemporâneo como um fenômeno sociocultural tão significativo.

Em sua obra, *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1999), Foucault desconstrói a ideia de que haveria uma natureza antecedente e que essa serviria de base para as construções sociais do corpo. Isso porque o sexo e a sua natureza já seriam construídos por um discurso e a educação dos corpos inserida em um campo de poder. De acordo com Foucault (1999) toda ordem social é construída e mantida a partir de um discurso proferido por um conhecimento, e quem detém esse conhecimento utiliza-o como um mecanismo de poder. Por exemplo, o saber-poder, constituído pelo conhecimento biológico, se instalou sobre os corpos no final do século XVIII, momento que houve uma proliferação de discursos sobre o sexo. As instituições do Estado, da Igreja e da Família passaram a ter interesse pelo controle dos corpos, constituindo o biopoder, principalmente para regular a procriação através da sexualidade legítima no seio familiar. A sexualidade passou para ordem do discurso, tornando-se um saber, determinando o que é errado, o modelo padrão e o

anormal, estabelecendo assim o que é o normal. Esse biopoder se tornou efetivo a partir do momento que estabeleceu o controle sobre os corpos em sua dimensão individual e também populacional, através de registros demográficos, controle de natalidade, etc..

[...] levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas (FOUCAULT, 1999, p.16).

Nesse sentido, em momentos sócio-históricos importantes, como a Revolução Francesa, os discursos sobre a sexualidade surgiram na tentativa de normatizar as práticas sexuais, principalmente em relação aos padrões e ideais da época. Afinal, de acordo com Foucault (1999), o controle social e político só poderiam ser alcançados pelo controle do corpo e da sexualidade. Sendo assim, foi a partir de uma perspectiva bio-política que se originou e se construiu o dispositivo moderno da sexualidade.

A partir do século XVIII e mais intensificado no século XIX, o corpo adquire relevância nas relações que se estabelecem entre os indivíduos. Nesse período foram criadas e consolidadas algumas representações que ainda marcam o nosso corpo, ou corpo contemporâneo com maior ou menor intensidade. Surgiram teorias utilizando discursos científicos para determinar classificações que colaboraram para diferentes hierarquizações entre humanos. Nesse sentido, negros e/ou mulheres foram considerados inferiores, exclusivamente porque seus corpos apresentavam algumas características biológicas, nomeadas por essa mesma ciência, como inferiores, mantendo assim a dominação masculina e predominantemente branca (GOELLNER, 2010).

O determinismo biológico foi responsável pelas transformações dos processos históricos da sexualidade, fornecendo matéria prima para uma nova ordem política de diferenciação sexual. Conforme os pesquisadores da sexualidade começaram as análises que classificavam a diferenciação sexual com base no determinismo biológico, ocorreu uma cristalização do gênero, que passou a definir as identidades masculina e feminina. Nesse sentido, a categoria gênero arrastou para si as atribuições das competências, postulando para a construção histórica dos papéis sociais e sendo utilizada como dispositivo de poder, na medida em que passou a determinar o que

competia ao ser masculino e ao ser feminino. Não havendo uma causa única, e sim uma pluricausalidade, que influencia na organização social, na medida em que naturaliza os processos de regulação de verdades (OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Hargreaves (1993), as diferenças biológicas entre homens e mulheres se tornaram uma das faces que têm servido como parâmetro para distinguir a masculinidade da feminilidade. Este que tem sido utilizado comumente para justificar como “natural” um conjunto de diferenças sociais relativas aos comportamentos, discursos e valores atribuídos a um ou outro sexo.

Segundo Hall (1990), frequentemente o termo gênero é usado para designar as dimensões sociais, psicológicas e culturais da masculinidade e feminilidade, enquanto termo sexo é usado para estabelecer as várias distinções humanas com base em características geneticamente determinadas. De acordo com o autor, há uma interação complexa entre a biologia e a cultura e que, em alguns casos, se torna difícil diferenciar se determinadas capacidades fisiológicas e biológicas de homens e mulheres são produtos sociais ou biológicos. Hall (1990) afirma que as duas são muitas vezes colocadas em oposição, sendo a biológica estática enquanto a construção social é tida como mutável. Segundo Devide (2005), determinadas características são reduzidas ao caráter biológico, ignorando-se todo seu componente social e histórico.

Conforme Goellner (2010), o corpo é produzido na e pela cultura; ele mesmo é uma construção social, cultural e histórica. Portanto não são as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem; os campos teóricos ao enfatizarem a dimensão cultural do corpo não negam sua materialidade biológica, mas não são pela biologia que se justificam determinadas atribuições culturais como anteriormente foi comum no pensamento ocidental moderno, e que ainda é em algumas perspectivas contemporâneas de análise do corpo.

“No corpo está simbolicamente impressa a estrutura social; e a atividade corporal não faz mais do que torná-la expressa” (RODRIGUES, 1979, p.113). Ou seja, embora o ser humano possua uma estrutura biológica, a qual lhe permite ver, ouvir, falar, andar, pensar e sentir, a cultura “fornece o rosto de suas visões, sentimentos, pensamentos, criando novos cheiros, sons, visões, construindo novos universos e novos corpos” (RODRIGUES, 1979, p.113).

Para tanto, o corpo passa a expressar as novas demandas surgidas nestes contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. As diferenças que eram expressas

anteriormente em termos de gênero, passam a ser evidenciadas pelo sexo, pela biologia, sendo o papel da ciência se tornando cada vez mais fundamental. O esporte como fenômeno social também se insere nestas novas expressões do corpo e o movimento das mulheres por direitos a prática esportiva não estava imune aos demais movimentos, como direito ao voto, salários iguais, etc..

De acordo com Dunning e Maguire (1997), o esporte é um dos meios que mais favorece a expressão e preservação da masculinidade. Para Willis (1994), o esporte é influenciado pela sociedade, assim como reflete e reforça valores da sociedade em que está inserido. Mas o esporte, mesmo sendo um meio historicamente dominado pelo homem, pode ser um campo de luta e contestação (THEBERGE; BIRRELL, 1994); um agente de opressão ou de transformação das relações de gênero (THEBERGE, 1994; CORBETT, 1997); ou um terreno de contestação da ideologia masculina (MESSNER, 1994).

Hargreaves (1993), em interface com o feminismo liberal, preconiza que não há razões biológicas para a menor participação feminina no esporte, reivindicando a presença das mulheres em todas as modalidades. De acordo com Corbett (1997), algumas crenças e preconceitos construídos historicamente trouxeram efeitos negativos a esse fato, dentre elas: de que atividades atléticas extremas podem causar problemas no parto e também menstruais; que os órgãos reprodutivos e/ou seios podem ser lesionados; que a estrutura óssea da mulher é mais frágil e propensa a fraturas no esporte; que mulheres podem desenvolver uma musculatura pouco atrativa; e que aquelas que se envolvem em esportes de contato tornam-se agressivas e perdem a feminilidade. Ainda segundo Corbett (1997), médicos recomendavam às mulheres, ao invés do esporte, exercícios de correção postural e outros com o intuito de desenvolver a musculatura pélvica para uma futura maternidade.

Segundo Devide (2005), a reivindicação pela maior presença feminina nas diferentes modalidades esportivas tem contribuído para derrubar os mitos e preconceitos sobre o que era entendido por biologia das mulheres, alterando as percepções sobre seus corpos e gerando o pressuposto de que a cultura, e não a natureza biológica é a maior responsável pela o escasso envolvimento das mulheres no esporte durante grande parte do século XX. Theberge e Birrell (1994) afirmam que a exclusão das mulheres do contexto esportivo e a ideologia da fragilidade feminina existiram sem uma reflexão crítica que conduzisse à mudança do quadro até meados de 1960. Podemos relacionar isso ao que Foucault (1999) chamou de biopoder e

ressaltar que ainda encontramos vestígios desse discurso construído ao longo das décadas, principalmente por aqueles que detinham o poder sobre a ciência, os homens.

Como exemplo, citamos o longo processo da inclusão de mulheres na modalidade de inverno, salto de esqui. Em 1863, na Noruega, ocorreu o primeiro evento dedicado exclusivamente à modalidade. Este contou com a participação de uma única mulher, Ingrid Vestby, que saltou aproximadamente seis metros na montanha de Trysil. Um repórter local descreveu como ocorreu a surpreendente marca: “Ela tomou impulso para saltar, decolou e voou até pousar, firmemente, plantada em seus esquis; além do ponto em que muitos homens corajosos perderam o equilíbrio, anteriormente na competição”¹⁵ (HOFMANN, 2012). Entretanto, Vestby, como algumas outras mulheres que tiveram marcas significativas no esporte durante o século XX, pousou na obscuridade da História¹⁶ (REMPEL, 2009).

De acordo com Hofmann e Preuß (2005), os discursos médicos eram usados frequentemente para impedir às mulheres de praticarem a modalidade, tida como masculina. Durante grande parte do século XX, argumentos relacionados às possíveis quedas e os prejuízos aos órgãos reprodutores afastaram diversas mulheres da prática do salto de esqui por muitas décadas. Segundo o discurso da época, para o corpo feminino, o salto com esqui era considerado perigoso, insalubre, imoral, e pouco atraente. A prova de salto de esqui para homens está presente desde a primeira edição dos Jogos Olímpicos de Inverno em 1924, entretanto as mulheres só tiveram permissão para participarem de competições internacionais na década de 1990 e sua inclusão nas competições olímpicas só ocorreu em 2014, nos Jogos Olímpicos de Sochi, após 90 anos e quatro tentativas para compor o programa olímpico.

¹⁵ De acordo Rempel (2009), Ingrid Vestby fez seu salto trajando uma longa saia, típica do século XIX, o que poderia ter atrapalhado sua, já excelente, performance.

¹⁶ Mesmo com marcas importantes para a evolução das mulheres no salto com esqui, os registros que temos parecem não ter tido tanta influência para a inclusão antecipada das mulheres em competições. Em 1904, a norueguesa Miss Strang saltou 14,5 metros; em 1920, a austríaca Paula Lamberg, conhecida como “Baronesa Flutuante” estabeleceu um recorde de 24 metros; em 1926, Olga Balsted Eggen saltou para superar a marca da Baronesa em 4 metros e meio; em 1938, Johanne Kolstad, de 17 anos, foi batizada de “Rainha dos Céus” após estabelecer o recorde mundial de 72 metros; o recorde foi batido somente em 1972 por Anita Wold, que em 1976 alcançou a marca de 97,7 metros; em 1981, a finlandesa Tiina Lethola saltou 110 metros; em 1994, Eva Ganster fez uma demonstração nos Jogos Olímpicos de Lillehammer e estabeleceu o recorde mundial com a marca de 113,5 metros (REMPEL, 2009).

De acordo com Hofmann (2012), os discursos médicos foram o principal ponto de apego para os principais membros da Federação Internacional de Esqui (FIS) e também do Comitê Olímpico Internacional (COI), que mantiveram a opinião de que o esporte não era apropriado para o corpo feminino. Em 2005, o presidente da FIS, Gian Franco Kasper, expôs na mídia sua posição contrária: “Não se esqueça, é como saltar de, digamos, cerca de dois metros do chão cerca de mil vezes por ano, o que parece não ser apropriado para as senhoritas do ponto de vista médico”. Entretanto, alguns pequenos grupos dentro das duas instituições realizaram estudos que contradizem a ideia de seus principais representantes. Em 2002, um relatório especial feito pela Comissão Médica do COI afirmou que: os benefícios da participação esportiva para mulheres e meninas excedem os riscos; as lesões específicas do gênero são raras e as preocupações com a participação feminina em esportes são desatualizadas e errôneas. “Os órgãos reprodutores femininos estão mais bem protegidos de lesões atléticas graves do que os órgãos masculinos. Lesões esportivas graves para o útero ou os ovários são extremamente raras” (COI – *Position Statement on Girls and Women in Sport*).

Alguns autores sugerem que há questões relacionadas ao gênero, mais do que razões biológicas, no que se refere a inclusão de mulheres nas competições de salto de esqui (LAURENDEAU, 2008; HOFMANN, A.; PREUß, 2005; REMPEL, 2009). O estudo realizado por Müller, Platzer e Schmölzer (1996) sobre a biomecânica do corpo feminino na prática do salto de esqui, sugere que a vantagem do baixo peso corporal e também a menor importância da força de salto, indicam que as mulheres saltadoras podem se tornar uma “verdadeira ameaça competitiva”. Hofmann e Preuß (2005) sugerem a existência de um medo oculto de que as mulheres possam ser tão boas quanto os homens e, portanto, ameaçando seu domínio¹⁷.

De acordo com Devide (2005), no cenário esportivo de alto rendimento, a performance masculina se torna a referência, por meio da qual os resultados femininos são comparados, gerando interpretações que sugerem que mulheres são esportistas de uma classe inferior, uma vez que dificilmente superam as marcas masculinas. A mídia esportiva também se constitui como um espaço reservado aos

¹⁷ Segundo Rempel (2009), devido ao peso corporal ter se tornado um ponto importante na performance no salto com esqui, o número de casos de anorexia em atletas do sexo masculino aumentou, fazendo com que a FIS tivesse que mudar algumas regras em 2004.

homens. Para Messner (1994), as escolhas, a filtragem e a mediação do evento esportivo são baseadas em valores invisíveis de grupos sociais dominantes, que tendem a suportar corporativamente as ideologias brancas e de dominância masculina.

No caso da participação de mulheres em atividades esportivas ao longo do século XX, o posicionamento da mídia frente a essa questão, refletia a opinião de muitos médicos e diversos membros do COI. Um caso emblemático se deu nos Jogos Olímpicos de Amsterdã em 1928. Nesta edição ocorreu a inclusão das mulheres nas provas de atletismo, após uma longa negociação entre a Federação Esportiva Feminina Internacional (FSFI – *Fédération Sportive Féminine Internationale*) e a Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF – *International Association of Athletics Federations*). As representantes da FSFI exigiram que houvessem dez provas a serem disputadas entre as mulheres, entretanto apenas cinco fizeram parte do programa olímpico, entre elas a prova dos 800 metros. Após a disputa, jornais da época reportaram que das onze atletas, cinco não conseguiram terminar a prova e outras cinco desabaram depois de passar a fita de chegada. Com isso foram reacendidas as discussões acerca da inadequação feminina à prática esportiva e a partir da edição seguinte as provas com mais de 200 metros foram proibidas para as mulheres, retornando ao programa olímpico somente na edição dos Jogos Olímpicos de Roma em 1960, ou seja, 32 anos depois. É importante ressaltar que o discurso médico, com apoio da imprensa da época, se tornaram decisivos para a retirada dessas provas pelo COI, que também tinha um posicionamento semelhante. Entretanto, registros fotográficos e vídeos recuperados desmentem as publicações jornalísticas e mostram que havia nove atletas, e não onze, e que todas terminaram a prova. As três primeiras colocadas tiveram marcas que superaram o recorde mundial e apenas uma atleta se deitou no chão devido ao grande esforço ao qual tinha se submetido (DeFRANTZ, 1997; TRALCI FILHO; ARAÚJO, 2011).

Em relação a este evento, Tralci Filho e Araújo (2011), ressaltam como a exaustão física é compreendida de formas distintas entre homens e mulheres. Enquanto para os homens, o cansaço extremo em uma prova esportiva é visto como um gesto nobre de total entrega, para as mulheres isto apenas expõe suas “fragilidades” para determinadas atividades atléticas, entendidas como masculinas. Segundo Cruz, Silva e Gomes (2006), essa diferença da compreensão dos limites físicos de homens e mulheres pode ser ilustrado pela também prova de 800 metros, mas nesse caso, na disputa masculina realizada nos Jogos Olímpicos de St. Louis-

1904. Na ocasião, após terminarem a prova alguns atletas se sentiram muito mal, sendo um deles tendo que ser carregado pelos braços e outro ser reanimado com um estimulante após desmaiar. Apesar disso, nunca se questionou a permanência dessa prova nos Jogos Olímpicos para os homens. O mesmo em relação a prova da maratona na edição olímpica de Estocolmo em 1912, na qual o corredor português, Francisco Lázaro, desmaiou no quilômetro 29 e veio a falecer horas depois por desidratação severa e insolação. Paradoxalmente, foi o discurso médico o maior responsável pela inclusão da maratona feminina nos Jogos Olímpicos de Los Angeles-1984, sugerindo que questões de poder e interesse tem bastante influências nas decisões em relação à inclusão ou exclusão das mulheres no esporte.

Na década de 1960, a temática sobre o esporte, as mulheres e a imagem feminina integrou as primeiras sessões da Academia Olímpica Internacional e Metheny (1964), em uma de suas comunicações, levantou pontos importantes para as discussões da época. De acordo com a autora, a representação da mulher ao se engajar em competições esportivas, era construída a partir da aprovação de sua participação em certas modalidades e da proibição em outras, na época ainda representada pela luta, o boxe, o judô, o levantamento de peso, as corridas longas e com barreiras, o ciclismo, os esportes de equipe (com exceção do voleibol), entre outras atividades que eram interpretadas como perigosas para o “sexo frágil”. Na época, a imagem da mulher era incompatível com algumas das características da competição esportiva (DEVIDE, 2005).

De acordo com Rubio (2011), o conjunto de valores apreciados no meio esportivo como força, potência, velocidade, vigor físico ou busca de limites, são características historicamente associadas à imagem da masculinidade. Nesse sentido, para Dunning e Maguire (1997), mulheres que se dedicam a treinamentos e competições, desafiam os preconceitos e estereótipos de gênero no esporte e, muitas vezes, são vistas como desviantes do padrão feminino esperado, inclusive suscitando questionamentos sobre sua identidade e orientação sexual.

Segundo Devidé (2005), no esporte ainda há estereótipos comuns na prática de algumas modalidades, como é o caso do futebol, da dança, do boxe, do levantamento de peso. Com isso, as mulheres atletas frequentemente se deparam com o impasse de como ultrapassar o abismo entre as expectativas culturais de sua feminilidade e os requisitos da excelência atlética. Nesse sentido, argumentos de ordem biológica são utilizados também para legitimar a generificação do esporte, através dos testes de

verificação de gênero, no qual apenas mulheres são submetidas. Estes foram introduzidos em 1966 no Campeonato Europeu de Atletismo e repetidos nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg em 1967, e também nos Jogos Olímpicos de 1968 na Cidade do México (GOELLNER, 2016). Esse foi um período em as mulheres atletas, principalmente do bloco socialista, estavam tendo excelentes performances e quebrando recordes regularmente. Não surpreendentemente, a mídia do bloco ocidental foi rápida para chamá-las de mulheres ambíguas (HARGREAVES, 1994).

Sobre os testes de feminilidade aplicados durante esta edição olímpica, Lessa e Votre (2013) afirmam que:

As mulheres expunham seus corpos nus a um comitê de ‘peritos’, que julgavam e certificavam se sua morfologia era compatível com a feminilidade. Como tal prática significava uma invasão, uma exposição pública dos corpos das atletas, e vinha ganhando críticas das entidades esportivas, o comitê resolveu então ‘modernizar’ os testes. A carteira rosa simbolizava feminilidade, a carteira era o passaporte das mulheres para o universo idílico de um feminino universal, naturalizado, e definido por uma equipe de peritos, composta de homens. [...] Por outro lado, esse teste mostra uma contradição: o esporte de alto nível requer, a cada dia, uma superação de performance, exigindo que as atletas sejam mais fortes, mais musculosas, mais rápidas. Ao mesmo tempo, essas mulheres precisam ser configuradas dentro dos padrões sociais heteronormativos, e com seu sexo comprovado cientificamente (p.14).

De acordo com Goellner (2016), os corpos que desestabilizam a ordem de gênero são alvo de políticas regulatórias que buscam corrigir o que parece estar fora da norma¹⁸. E, em se tratando de sexo, gênero e sexualidade, são apenas as mulheres que vivenciam constrangimentos, humilhações e interdições em função dessa não adequação¹⁹. Segundo Messner (1994), as mudanças no esporte feminino foram lentas e ajustadas de forma que as mulheres pudessem demonstrar que o esporte não era

¹⁸ Na tentativa de identificar possíveis fraudes nas quais homens disfarçados de mulheres pudessem disputar provas com outras mulheres, fez com que os corpos femininos passassem por exames minuciosos. Fausto-Sterling (2002), aponta que tal precaução registrou apenas um caso, o do corredor alemão Herman Ratjen, que desde o nascimento foi registrado como Dora Ratjen, uma menina. Nos Jogos Olímpicos de Berlim-1936, Ratjen competiu com mulheres na prova de salto em altura obtendo o quarto lugar. Ou seja, o fato de ser homem não garantiu uma performance extraordinária e vantajosa que justificasse a inclusão de estratégias regulatórias desse porte (GOELLNER, 2016).

¹⁹ No entanto, há exceções, como no caso da Princesa Anna do Reino Unido, que disputou a prova de hipismo nos Jogos Olímpicos de Montreal-1976. Por ser filha da rainha Elizabeth II, Anna foi a única mulher a não se submeter ao teste de feminilidade, pois não seria apropriado para uma princesa. O argumento da realeza era de que, como as provas de equitação eram mistas, não haveria motivo para a realização do teste (MARSH; EHRE, 1978).

incompatível com a feminilidade, mas que poderia representar uma mudança nas bases da dominação masculina. Para Devide (2005), a concepção de feminilidade vai além dos aspectos estéticos do corpo feminino.

Segundo Hargreaves (1994), a história da exclusão das mulheres no esporte demanda análises complexas visto que envolve o controle e o poder não apenas entre mulheres e homens, mas também entre diferentes grupos de mulheres. A tradição e a visão normalizada de feminilidade que definem o acesso ao esporte com base nas diferenças biológicas entre os sexos e o controle da organização dos esportes como uma função tipicamente dos homens, foram determinantes para a consolidação de uma desigual apropriação dos Jogos Olímpicos entre homens e mulheres, em que pese o esforço histórico de indivíduos e grupos para minimizá-las. Hall (1990) entende que o esporte pode se tornar um dos elementos-chave para a emancipação da mulher na sociedade, a partir da interpretação do esporte como uma via de conquistas, podendo criar novas oportunidades e significados para a prática feminina.

3.3.2.2 A inclusão na Era Moderna

O século XX se tornou palco para diversas transformações referentes às questões tecnológicas, políticas e sociais no mundo ocidental, impulsionadas pela Revolução Industrial do século XIX. Nesse período, as indústrias começaram a florescer e mais trabalhadores eram necessários para suprir as demandas das principais economias mundiais. A partir disso, as mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho, assumindo, então, novos papéis na sociedade e criando organizações exclusivas de mulheres para pensar sobre questões de cidadania e direitos. Dentre essas reivindicações e conquistas, estava a participação das mulheres no esporte competitivo mundial. Em diferentes momentos desse período elas protagonizaram feitos considerados deslocados de seus papéis sociais, uma vez que, como pontuado anteriormente, o esporte se construiu historicamente como fenômeno masculino.

O Barão Pierre de Coubertin

Ao final do século XIX, a descoberta de um sítio arqueológico contendo as ruínas do antigo estádio de Olímpia, pelo alemão Ernst Curtius, evocou um interesse especial nos festivais olímpicos do passado, principalmente para o idealizador Barão Pierre de Coubertin. No pensamento do aristocrata francês, o evento seria uma forma

de difundir a cultura física, baseada no cavalheirismo e no *fair play*²⁰, com princípios ancorados na expressão em latim *citius, altius, fortius* (mais rápido, mais alto, mais forte) e tendo como base o internacionalismo (MIRAGAYA, 2002; DeFRANTZ, 1999; DEVIDE, 2005; RUBIO, 2001).

Ao propor o renascimento dos Jogos Olímpicos modernos, Coubertin quis manter coerência com a antiga tradição grega. As ideias que emanavam dos Jogos da Antiguidade e a preservação de seus rituais e hábitos foram mantidas tanto quanto possível durante o processo de concepção dos Jogos Olímpicos, inclusive em relação à exclusão das mulheres da competição (MIRAGAYA, 2006).

Segundo Boulogne (2000), a não contextualização e o pouco aprofundamento dos trabalhos escritos por Coubertin, fizeram com que houvesse a propagação de uma vulgata, ou seja, uma versão mais difundida ou mais aceita como autêntica, onde erros e citações abreviadas e/ou retiradas de seu contexto histórico e cultural alimentaram todo tipo de argumento e crítica ao posicionamento do Barão referente à questão das mulheres no esporte. De fato, ao longo de sua vida, Coubertin seguiu como um oponente incondicional da participação das mulheres no programa dos Jogos Olímpicos, entretanto esta opinião não se estendia para as práticas atléticas femininas, diferentemente de muitas interpretações feitas sobre seus posicionamentos polêmicos.

A postura de Coubertin em relação aos Jogos Olímpicos estava amplamente baseada na ideia da figura considerada como o herói olímpico verdadeiro. Esta que era fundamentada em elementos próprios das relações entre religião e práticas atléticas da Antiguidade, as quais foram reorganizadas, redefinidas e apresentadas na ação do atleta masculino como indivíduo que assume o novo posto do herói antigo (FRANCISCO, 2010).

²⁰ O conceito de *fair play*, presume uma formação ética e moral daquele que pratica e se relaciona com os demais atletas na competição, e que este atleta não fará uso de outros meios que não a própria capacidade para superar os oponentes. Nessas condições não há espaço para formas ilícitas que objetivem a vitória, suborno ou uso de substâncias que aumentem o desempenho. Coubertin entendia o *fair play* como uma espécie de oposição à vitória a qualquer preço, que segundo ele denegria a imagem do esporte, acarretando uma loucura desenfreada pela competição, causando no competidor sentimentos de inveja, de vaidade e desconfiança, além de estimular o vício pelo jogo (RUBIO; CARVALHO, 2005).

Em um de seus escritos, Coubertin expressa seu posicionamento sobre a questão:

O verdadeiro herói olímpico é, em minha opinião, o indivíduo masculino adulto. Os esportes em equipe devem, portanto, ser excluídos? Isto não se segue necessariamente, se reconhecerem outra característica essencial do Olimpismo moderno, como foi no caso da antiga Olímpia: a existência de um Altis²¹ ou um recinto sagrado. Houveram muitos eventos em Olímpia que ocorreram fora do Altis; toda uma vida comunitária se abriu em seu entorno, sem, no entanto, ter o privilégio de se manifestar em seu interior. O próprio Altis era como um santuário reservado somente ao atleta consagrado, purificado, admitido nos principais concursos, e que se tornava assim, uma espécie de sacerdote, de oficiante da religião muscular. Da mesma forma, entendo que o Olimpismo moderno como constituído em seu centro por um tipo de Altis moral, de burgo sagrado onde estão reunidos para afrontar suas forças, os concorrentes dos esportes viris por excelência [...] e, então, em torno deles, as outras manifestações da vida desportiva que se deseja organizar – as competições de futebol e outros jogos, exercícios em equipe, etc. Eles serão, assim, bem honrados, mas em segundo plano. As mulheres também podem participar se for julgado necessário. Eu, pessoalmente, não aprovo a participação das mulheres nas competições públicas, o que não quer dizer que elas devem se abster de praticar uma grande quantidade de esportes, desde que não façam um espetáculo público de si mesmas. Nos Jogos Olímpicos, como nas competições de tempos passados, seu principal papel deveria ser de coroar os vencedores (COUBERTIN, 1912).

Com pressões de grupos feministas para a inclusão de mulheres no programa olímpico, Coubertin retoma a discussão e afirma que seria possível prever a participação das mulheres nas competições, entretanto estas deveriam ocorrer fora do recinto sagrado ou Altis, nesse caso, do estádio olímpico moderno, uma vez que este era reservado exclusivamente para as disputas masculinas. O mesmo deveria ser feito para os esportes de equipe, já que os Jogos Olímpicos deveriam ser a preservação estrita do indivíduo masculino em performances individuais. Sobre o papel da mulher, como aquela que tem a função somente de coroar os vencedores, é preciso ressaltar que Coubertin tinha uma visão vitoriana de papéis sociais e que sua concepção sobre o lugar da mulher no mundo – do qual ele deduz o lugar da mulher no esporte

²¹ O núcleo de Olímpia era o Altis, um bosque sagrado. No centro do bosque existia um templo em estilo dórico dedicado a Zeus, que foi construído entre 468 e 456 a.C.. Era formada por construções esportivas como ginásio, palestra, estádio e hipódromo, além de outras usadas para a administração dos jogos e para o recebimento de convidados importantes.

competitivo – tinha influências de sua educação aristocrata e também da imagem que as mulheres tinham para a sociedade francesa da época (BOULOGNE, 2000).

Em um texto de 1901 sobre educação, Coubertin afirma que: “o papel da mulher permanece o que sempre foi: ela é, acima de tudo, a companheira do homem, a futura mãe; e deve ser educada com esse futuro imutável em mente” (p.261). Nesse sentido, Coubertin entende que as mulheres tinham deveres e não direitos, e devido as suas características físicas e emocionais, elas não eram adequadas para a esfera olímpica (HARGREAVES, 2003). Mas no início do século, a mulher burguesa europeia, embora permanecesse dentro dos limites prudentes da propriedade, tinha, no entanto, adquirido uma série de direitos como educação e, inclusive, a liberdade para praticar certas atividades esportivas como o hipismo, a caça e esgrima. Em sua própria família, Coubertin, tinha os exemplos de sua mãe e irmã que obtiveram boa educação e também praticavam esgrima. De acordo com Boulogne (2000), Coubertin tinha dificuldades para compreender e aceitar as novas relações entre mulheres e seus corpos; uma visão nova, tímida e pressionadora da feminilidade e da sexualidade feminina, exigida pelas mulheres em nome dos próprios princípios da democracia e da liberdade, que Coubertin aceitou a nível político, mas se opôs em um nível antropológico. Para o autor, como no colonialismo, a posição ambígua de Coubertin reflete as contradições de um visionário social alienado por princípios culturais desatualizados (BOULOGNE, 2000).

De fato, Coubertin teve uma visão restritiva sobre o esporte feminino, uma vez que para o Barão, às mulheres lhes era permitido o direito a uma educação esportiva, e até à competição entre si, entretanto longe de uma audiência masculina concupiscente por definição (BOULOGNE, 2000). Coubertin dedicou alguns de seus escritos a esta questão, dentre eles o texto intitulado “*Treinamento físico e treinamento esportivo, sim; isso é excelente para meninas e mulheres*”, mas não em competições mistas (*Le Sport Suisse* – 21 e 28 de novembro de 1928 – n. 1074, 1975). Em uma edição da *Olympic Review* de 1913, Coubertin faz uma breve descrição sobre as diferenças da educação esportiva entre adolescentes e pontua que tanto garotos, quanto garotas seriam introduzidos, mas obviamente não muito, a modalidades como remo e boxe, ambos supervisionados. Gradualmente, seria apropriado incluir corridas de atletismo, mas com precaução e dependendo de cada caso. Os garotos poderiam participar de competições de rúgbi, porém garotas teriam que ficar de fora. Da mesma forma, no boxe e no remo, as garotas seriam ensinadas

de uma forma muito mais gentil do que os garotos, mas elas seriam beneficentemente apresentadas a esses esportes. O futebol, por outro lado, não era uma opção viável para elas. Coubertin sugere, então, uma modalidade substituta mais adequada para as garotas, o corfebol²² (OLYMPIC REVIEW – September 1913 – Textes choisis III).

Dessa forma, Boulogne (2000) sugere que as restrições de Coubertin a atividades esportivas feminina são, portanto, menos relacionadas a características fisiológicas, embora elas existissem, do que de uma natureza antropológica ou cultural, já que a introdução ao boxe feminino era possível. Coubertin, marcado pelos dogmas e propriedades de seu sexo, educação, classe e período, concedeu apenas uma forma atrofiada de cultura esportiva para mulheres, privadas da liberdade de competir em público. Por tudo isso, segundo o autor, mesmo que falte um pedaço do quebra-cabeça da imagem geral, seria um equívoco submeter o todo apenas ao impedimento das mulheres às competições em público (BOULOGNE, 2000).

Por uma periodização da participação feminina nos Jogos Olímpicos

Conforme Miragaya (2006), a participação das mulheres nos esportes é um fenômeno social recente, e sua aceitação em sociedades do mundo todo é ainda mais recente. Por um longo período, a História dos Jogos Olímpicos da Era Moderna foi contada constantemente pela ótica masculina. Nos registros oficiais, como os dos COI, a participação feminina foi descrita formalmente como um processo de admissão no qual o COI concedeu a participação das mulheres desde 1900, o primeiro ano que as mulheres atletas participaram da Jogos Olímpicos. Entretanto, a autora argumenta que há contradições nas informações oficiais, uma vez que as mulheres tiveram que lutar muito para poder participar da competição olímpica enquanto atletas, da mesma forma como ainda estão se esforçando para ocupar posições na gestão esportiva atualmente.

Nas últimas décadas, diversas pesquisadoras e pesquisadores passaram a se dedicar à História das Mulheres nos diferentes meios. Em relação aos Jogos Olímpicos, a História foi recontada por autoras como Theberge (1991), Hargreaves (1994), DeFrantz (1997) e Miragaya (2006).

²² É um esporte coletivo misto, de contato físico controlado, similar ao basquetebol e praticado principalmente na Europa. Foi modalidade de demonstração nos Jogos Olímpicos de 1920, na Antuérpia e em 1928 em Amsterdã.

Hargreaves (1994) identificou três períodos de participação das mulheres, enquanto atletas, nos Jogos Olímpicos da Era Moderna a serem explorados a seguir:

a) Período de 1896 a 1928:

Este período é caracterizado pela tradição da exclusão das mulheres e alguns esforços para resistir a esta prática. Um ponto importante para se destacar é que, de acordo com Miragaya (2006), embora acreditava-se que o COI, fundado em 1894, detinha o controle sobre o programa olímpico desde a primeira edição, na realidade, a responsabilidade de formulá-lo estava nas mãos dos Comitês Organizadores de cada cidade sede. Com isso, até a edição de Londres em 1908, a liberdade destes comitês lhes permitiram determinar em grande medida os eventos esportivos que deveriam ser incluídos.

Na primeira edição olímpica, que ocorreu em Atenas em 1896, apesar de todos os esforços de Coubertin, os Jogos Olímpicos não foram tão bem divulgados e, conseqüentemente, apenas atletas de 15 países participaram da competição. Ainda, de acordo com Mallon e Widlund (1998), nem mesmo os atletas de elite da época estiveram presentes no território grego. Esta é uma das razões aceitas por historiadores para justificar o motivo da não participação das mulheres nesta edição. Entretanto, naquela época não existisse a tradição de mulheres no esporte competitivo devido ao contexto cultural ocidental (MIRAGAYA, 2006). Ao final do século XIX, as organizações esportivas femininas começavam a surgir, mesmo com poucas mulheres competindo, somente em alguns países europeus e em determinadas modalidades (GUTTMANN, 1991). Outra possível razão seria pelo fato do próprio Coubertin não aceitar a participação feminina nas competições, embora segundo Mallon e Widlund (1998), ele tenha tido pouco envolvimento na organização, feita inteiramente pelos gregos. Para Miragaya (2006), há a possibilidade de que, durante a fundação do COI e em suas primeiras reuniões, nem Coubertin, nem os outros membros do COI, haviam considerado incluir as mulheres nos Jogos Olímpicos, pois as poucas mulheres atletas dessa época eram ou discriminadas ou invisíveis para a sociedade.

A resistência de mulheres a essa questão é ilustrada em diversos exemplos ao longo da história dos Jogos Olímpicos. O primeiro exemplo apresentado ocorreu logo na primeira edição, na corrida da maratona. A partir da pesquisa de jornais franceses e gregos da época, Tarassouleas (1997) descobriu que a grega Stamata Revithi

percorreu os 42 quilômetros que compunham a prova. De acordo com as fontes a corredora era uma mulher comum, com três filhos e que estava motivada a participar da competição por ter ouvido um rumor de que haveria uma premiação em dinheiro para o vencedor. O autor retirou um trecho do jornal “*Messenger d’Athènes*”, na sessão “*Les Jeux Olympiques*”, de 8 de março de 1896, que noticiava a intenção de Stamata Revithi em participar da disputa:

Uma mulher na corrida de maratona. Falamos sobre uma mulher que se registrou para participar da corrida da maratona. Na corrida de teste, na quinta-feira, ela fez o percurso sozinha, demorando quatro horas e meia para cobrir o espaço entre Maratona e Atenas. Ela parou apenas por dez minutos no meio do caminho para chupar algumas laranjas. Ela é uma mulher do povo, com características fortes e com um temperamento seco e nervoso (TARASSOULEAS, 1997).

Na tentativa de persuadi-la a não competir, a comissão organizadora lhe informou que o prazo de inscrição havia encerrado. Ainda assim, após muita insistência da corredora grega, lhe foi prometido que ela poderia correr a prova atrás dos competidores masculinos, junto a algumas mulheres estadunidenses que estavam morando temporariamente em Atenas. Mas essa competição nunca ocorreu e no dia seguinte a competição, em 30 de março de 1896, Stamata Revithi correu sozinha e solicitou aos oficiais que assinassem seu registro, testificando seu tempo de chegada em Atenas. Tarassouleas (1997), também indica que as atletas estadunidenses também tinham a intenção de participar da corrida, e que o comitê grego havia considerado fazer uma prova para as mulheres. Isso ocorreu décadas antes da permissão do COI para aceitar as mulheres em provas de atletismo.

As edições olímpicas de 1900 e 1904, em Paris e St. Louis respectivamente, aconteceram junto a Exposição Mundial²³, com eventos espalhados por toda a cidade e duração de cinco meses. Por esse motivo, considera-se que essas edições não mantiveram o sucesso que teve a primeira em 1896. No caso dos Jogos Olímpicos de Paris-1900, as disputas políticas entre o COI e a União das Sociedades Esportivas Francesas (USFSA – *Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques*) para organizar o evento, fez com que, novamente, o COI ficasse sem o controle do programa olímpico (MALLON, 1998; DREVON, 2000). Desta forma, a segunda

²³ Grande exposição internacional projetada para mostrar conquistas das nações. Estas que variam de caráter e são realizadas em diferentes partes do mundo desde a metade do século XIX.

edição dos Jogos Olímpicos contou com a presença feminina, entretanto sem o consentimento ou comentário oficial do COI (MITCHELL, 1977; LEDER et al. 1996; LEIGH, 1974).

Em 1900, as mulheres estrearam nas modalidades de tênis e golfe, além de eventos equestres, vela, croqué e balonismo, embora os dois últimos não eram considerados eventos olímpicos para o COI²⁴. Segundo Miragaya (2006), na realidade, as mulheres não tiveram que lutar para fazer parte dos Jogos Olímpicos de Paris, por terem sido “recrutadas” ou convidadas, e não admitidas ou permitidas a participar. A autora ressalta que estas mulheres eram de classes mais altas, frequentavam clubes e tinham tempo livre para se dedicar aos esportes por possuir uma condição financeira que as proporcionava esse tipo de atividade. Tais circunstâncias não faziam parte das classes mais baixas ou das classes trabalhadoras. Esta era uma demonstração do quanto às questões de gênero se faziam presentes nas relações de poder e determinavam a mobilização feminina para a conquista de direitos (BORISH, 1996; MacALLON, 1981; RUBIO, 2006). Ainda assim, as mulheres participantes não eram reconhecidas como atletas e às vencedoras eram dados diplomas ao invés de ramos de oliveira, prêmio recebido somente pelos heróis masculinos (MIRAGAYA, 2002).

A organização da edição olímpica de St. Louis coube ao oficial de esportes estadunidense, James Sullivan. Ele e Coubertin tinham uma relação complexa e decididamente conflituosa, embora tivesse a mesma opinião sobre a participação feminina na competição (MALLON, 1999a). Com isso, os registros oficiais mostram que as mulheres participaram somente da competição de tiro com arco. No entanto, pouco se sabe sobre todos os eventos que ocorreram em 1904 durante a Exposição Mundial, já que a organização dos Jogos Olímpicos não parecia ter muito controle de onde e quais eventos estavam acontecendo, particularmente os eventos femininos. Devido ao grande deslocamento e custos de viagem para o continente norte-americano, poucos países participaram dessa edição, inclusive apenas as atletas estadunidenses disputaram as provas de tiro com arco (MIRAGAYA, 2006).

²⁴ Croqué era um jogo de recreação, sendo posteriormente transformado em esporte – constitui em golpear bolas através de arcos encaixados no campo de jogo. No século XIX, era considerado o passatempo dos aristocratas. Sobre o balonismo, somente na França havia uma tradição das mulheres nesse esporte (MIRAGAYA, 2006).

Em 1906, para comemorar os dez anos da reedição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, os gregos fizeram uma edição extraordinária em Atenas. Esta foi muito bem sucedida e para Mallon (1999b), seria talvez a mais importante das edições olímpicas por ter salvado o Movimento Olímpico²⁵ de um possível fracasso. Coubertin, que foi o presidente do COI de 1896 a 1925, não se envolveu na organização e realização do evento e garantiu que as referências dos Jogos Olímpicos de 1906 fossem consideradas não oficiais (MILLER, 2003). Segundo Miragaya (2006), o COI ainda não considera essa edição como oficial e o intitula como Jogos Intermediários. Ainda que Coubertin se mantivesse ausente, o mesmo não aconteceu com as mulheres. Convidadas pelo rei da Grécia, 12 atletas dinamarquesas participaram de uma demonstração de ginástica, como modalidade de exibição. Esse fato teve grande importância por ser a primeira vez em que mulheres se apresentaram no estádio olímpico, o principal local de competições, abrindo espaço para novas modalidades de exibição nas edições seguintes. Além da ginástica, as mulheres também competiram no tênis, o que sugere que a competição nos Jogos Olímpicos de Paris-1900 teve uma repercussão, principalmente por a modalidade já ter alguma tradição para as mulheres. A participação dessas atletas contribuiu grandemente para a sua participação nos Jogos Olímpicos de Londres-1908 (MIRAGAYA, 2006).

Para esta edição as mulheres competiram em quatro modalidades: tênis, vela, patinação no gelo e tiro com arco, todas com um alto prestígio social. Segundo Miragaya (2006), diferentemente dos Jogos Olímpicos anteriores, que recebia a inscrição dos candidatos após o anúncio das competições, o Comitê Organizador de Londres estabeleceu regulamentos gerais, como uma forma de selecionar os atletas mais qualificados para as disputas. As Federações Internacionais²⁶ também passaram a compartilhar a posição de poder do COI e Comitês Organizadores no estabelecimento de critérios de inclusão de modalidade e provas, especialmente no que diz respeito à participação das mulheres. Em 1908, existiam poucas Federações Internacionais e continuou não havendo regras que estabelecessem a exclusão das

²⁵ O Movimento Olímpico surgiu do Olimpismo, definido na Carta Olímpica como: “uma filosofia de vida, que exalta e combina em um conjunto harmônico as qualidades do corpo, da mente e do espírito” (Internacional Olympic Committee, 1997, p.8).

²⁶ As Federações Internacionais reuniram líderes e entusiastas dos esportes e começaram a ser fundadas no final do século XIX. Seu número aumentou durante as primeiras décadas do século XX. Estas passaram a regulamentar e controlar o esporte a nível internacional ao organizarem competições e manter os registros dos atletas (MIRAGAYA, 2006).

mulheres nos Jogos Olímpicos. As diretrizes seguidas pelos membros dos Comitês Organizadores, todos homens, foram provavelmente baseadas nos códigos sociais e culturais implícitos, que todos compartilhavam, e nas experiências das edições olímpicas anteriores. Ainda segundo a autora, as participações das mulheres em 1900, 1904 e 1906 estabeleceram um precedente, tornando improvável a negação deliberada do COI à entrada de mulheres em competições já antes disputadas. Nesse sentido, a Associação Olímpica Britânica teve uma importância especial a este respeito, uma vez que o COI lhe concedeu autoridade para desenvolver o programa olímpico oficial. Além disso, o fato de haverem atletas mulheres em diversos esportes parece ter contribuído para a aceitação de mulheres olímpicas em território inglês, que era o berço do esporte moderno (MIRAGAYA, 2006).

Uma vez que o Comitê Organizador detinha o direito de não aceitar a participação de qualquer atleta, se torna claro um maior controle sobre aqueles considerados não qualificados segundo os pré-requisitos dos Comitês Olímpicos. Com isso, essa medida implicaria que qualquer participação feminina poderia ser negada, como ocorreu com a amazona britânica, Helen Preece. Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo-1912, ela tinha a intenção de competir na prova do pentatlo moderno, modalidade estreante e considerada masculina devido a sua proximidade com as atividades militares. O Comitê Organizador, não preparado para responder a essa solicitação, pediu orientação para Coubertin que, indiretamente, pediu ao Comitê Olímpico Sueco que recusasse a participação da atleta (MIRAGAYA, 2006).

Após esse acontecimento, Coubertin publicou em 1912 *“Les Femmes aux Jeux Olympiques”*, um de seus textos mais importantes referente ao seu ponto de vista e análise da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos até aquele período. De acordo com Miragaya (2006), é possível observar a indignação de Coubertin à solicitação de Helen Preece, ao chamá-la de “neo-amazona”. No entanto, mulheres já participavam de eventos de hipismo há um tempo. A autora aponta a relevância da posição de poder que as Amazonas deviam ter na Antiguidade, segundo as descrições de Homero e Heródoto. Coubertin certamente as havia estudado durante seus anos escolares e por esse motivo é compreensível o quão horrorizado ele ficou (MIRAGAYA, 2006)²⁷.

²⁷ A prova do pentatlo moderno só foi introduzida para as mulheres nos Jogos Olímpicos de Sydney-2000.

Em “*Les Femmes aux Jeux Olympiques*”, Coubertin deixa claro que a participação das mulheres ainda não era regularizada; até aquele momento, o COI ainda não tinha nenhuma regra sobre o assunto, sugerindo que seus membros continuavam a não considerar ou discutir a ideia. A oposição de Coubertin referente a participação das mulheres é evidente – “Os Jogos Olímpicos”, declarou, “deve ser reservado para os homens”, para a “exaltação solene e periódica do atletismo masculino” com “aplausos femininos como recompensa” (COUBERTIN, 1912: linhas: 1-8). Para explicar seu posicionamento, Coubertin se refere a vários motivos, a serem resumidos da seguinte forma: i) a inclusão das mulheres traria problemas organizacionais devido à necessidade de estabelecer associações esportivas separadas e eventos também separados durante os Jogos Olímpicos; ii) a inadequação de assistir mulheres competindo entre si em público; e, iii) a limitação das habilidades físicas femininas, que as tornam “incapazes” de atingir recordes em uma forma de esporte altamente competitivo, como os Jogos Olímpicos.

Segundo Chatziefstathiou (2008), este último item está relacionado à visão de Coubertin de que as capacidades físicas das mulheres se limitam a exercícios físicos e, portanto, elas não poderiam ter performances de alto nível em esportes competitivos.

Não podemos esquecer que os Jogos Olímpicos não são desfiles de exercícios físicos, mas sim, visam melhorar ou, pelo menos, manter recordes. *Citius, altius, fortius*. Mais rápido, mais alto, mais forte. Esse é o lema do Comitê Internacional, e a razão fundamental para a existência de qualquer forma de Olimpismo. Quaisquer que sejam as ambições atléticas das mulheres, elas não podem reivindicar superar os homens em corrida, esgrima, eventos equestres, etc.. Para trazer o princípio da igualdade teórica dos sexos para o jogo, seria induzir uma demonstração inútil sem significado ou impacto (Coubertin, 1912: linhas 29-36).

Coubertin refuta, inclusive, a ideia da criação dos Jogos Olímpicos femininos, respondendo a pressão dos movimentos feministas – “Impraticável, desinteressante, inestético e, não temos medo de dizer, impróprios: tal seria, a nosso ver, essa pseudo-olimpíada das mulheres” (COUBERTIN, 1912, p. 111).

No mesmo texto, Coubertin ainda se refere ao fato das mulheres não terem participado dos Jogos Olímpicos da Antiguidade e, portanto ele conclui que elas também não deveriam participar da edição moderna, preservando, assim, a tradição. Devidé (2005), nota que a obra do filósofo grego Pausânias, “*Descrição da Grécia*” era bastante conhecida e utilizada nas publicações básicas de Coubertin para instituir

os Jogos Olímpicos. Em sua publicação de 1896, dedicada à descrição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, exemplos como os de Callipateira, Cinisca e Bilistiche²⁸ são citados como complementos de informação sobre a proibição da participação feminina (COUBERTIN, 1896). As Heraias ou Jogos Heranos também são apresentados de forma resumida (COUBERTIN, 1896). Entretanto, para o autor, a questão não parece ser apenas de conhecimento e de disponibilidade das informações, já que a base para a constituição do discurso que orientaria a prática do COI era seletiva no que se refere às práticas antigas, respondendo a aspectos morais diferentes (DEVIDE, 2005).

Retomando os Jogos Olímpicos de Estocolmo-1912, estes foram organizados com sucesso e representaram o clímax da carreira de Coubertin como líder esportivo. Nesta edição, o tiro com arco foi retirado do programa olímpico e a natação e saltos ornamentais foram introduzidos para as mulheres, além da continuidade das disputas de tênis. Ao todo 48 atletas participaram nesses três eventos, além das 236 atletas dos países nórdicos, que foram convidadas para a demonstração de ginástica²⁹ (MALLON; WIDLUND, 2002).

A inclusão da natação no programa olímpico gerou uma movimentação nas discussões do COI³⁰. Segundo Bergvall (1912), apesar da opinião de Coubertin, o COI incluiu a modalidade aquática feminina nas provas de 100 metros livre e o revezamento 4x100 metros livre, a pedido do Reino Unido. De acordo com DeFrantz (1997), a Federação Internacional de Natação (FINA – *Fédération Internationale de Natation*) foi a primeira a promover ativamente o envolvimento das mulheres, ao votar a favor da inclusão feminina nos Jogos Olímpicos de 1912. Isso abriu caminho

²⁸ Bilistiche, amante de Ptolomeu II Filadelfo, ganhou a corrida de quadriga nos Jogos Olímpicos de 268 a.C. e a corrida de biga em sua estréia nos Jogos Olímpicos de 264 a.C. (BENNETT, 2005).

²⁹ Leigh (1974), investigou o motivo de mulheres ginastas não participaram de eventos competitivos, embora tenham feito demonstrações bem-sucedidas nos Jogos Olímpicos de 1906 e 1908. Além de a ginástica desempenhar um papel muito relevante nos programas de atividade física da Europa. Em 1912 o Comitê Olímpico Sueco era contra a ginástica competitiva para as mulheres e a propôs apenas como modalidade de exibição – no entanto os homens poderiam competir. Leigh (1974) acredita que tanto o COI, quanto a Federação Internacional de Ginástica também não eram a favor da ginástica competitiva para as mulheres. A evidência dessa oposição vem do fato de que as federações de ginástica da época eram masculinas e se recusaram a aceitar as seções femininas. As mulheres só puderam competir na ginástica em 1928, nos Jogos Olímpicos de Amsterdã, apesar de terem feito demonstrações nas edições de 1906, 1908, 1912, 1920 e 1924.

³⁰ Mallon (1999a) ressalta que Coubertin ou o COI não tinham quase nenhuma opinião decisiva no programa olímpico até 1924.

para que outras entidades esportivas internacionais pudessem seguir, entretanto elas seguiram muito lentamente. Desse modo, não é tão definida a razão pela qual o COI concordou em fazer essa inclusão, especialmente porque a natação é um esporte em que os corpos ficam expostos e, naquela época o puritanismo ainda estava sendo cultivado nas sociedades europeias (MIRAGAYA, 2006). Ainda assim, ao examinarmos a história da natação nos países europeus e na Austrália, é possível afirmar que estas mulheres participavam de eventos de natação por ter se tornado uma tradição, pois elas nadavam para fins eugênicos e, particularmente na Inglaterra, as mulheres também participavam de competições (PARKER, 2001).

É interessante notar que, apesar de uma constante preocupação com o código de vestimenta para as mulheres, a natação já havia sido aceita em vários países. Os motivos para isso podem estar relacionados à: i) a graça do movimento, facilitada pela água; ii) a eliminação do problema do suor; iii) o fato de que seria improvável que mulheres nadassem enquanto estivessem menstruadas, resolvendo, portanto, o problema de excesso de esforço nesse período; iv) a natação foi bem aceita pelos médicos por ser um exercício leve e benéfico, e v) a natação era realizada em um ambiente fechado que liberaria as mulheres de muitas das restrições relacionadas ao seu comportamento em público (LENSKYJ, 1987; RASZEJA, 1992).

Devido a essa popularidade o número de mulheres atletas nesta edição dos Jogos Olímpicos teve um aumento significativo, se comparado às edições anteriores³¹ (MALLON; WIDLUND, 2002). Entretanto, as questões de poder das entidades esportivas internacionais ainda determinavam e controlavam a seleção dos atletas, ou das atletas mais qualificadas ou adequadas. Nesta edição, a equipe feminina de natação estadunidense foi impedida de participar das competições por não ter o aval

³¹ Os documentos oficiais encontrados no Museu Olímpico em Lausanne, na Suíça, indicam que 112 mulheres olímpicas participaram das Olimpíadas antes da I Guerra Mundial: 22 atletas em Paris-1900; 6 em Saint Louis-1904; 36 em Londres-1908; e 48 em Estocolmo-1912. No entanto, na medida em que as informações de outras fontes oficiais são levadas em consideração, o número de mulheres olímpicas chega a 416. São consideradas: 3 mulheres que competiram nos Jogos Olímpicos de Paris-1900, mas ainda não foram reconhecidas pelo COI; 2 mulheres que competiram no tiro com arco em 1904 (havia 8 atletas e não 6, de acordo com outras fontes oficiais); 7 mulheres que competiram nos Jogos Olímpicos de 1906 em Atenas, reconhecido apenas como Jogos Intercalados pelo COI; 8 mulheres que contestaram dois eventos na patinação no gelo em Londres-1908; além de 268 mulheres olímpicas que participaram das modalidades de exibição e que não entraram para a disputa de medalhas, nos Jogos Olímpicos de 1906, 1908 e 1912 (MIRAGAYA, 2006).

da União Atlética Amadora (AUU – *Amateur Athletic Union*) ou do Comitê Olímpico dos Estados Unidos (LEIGH, 1976)³².

Durante o primeiro período de desenvolvimento do programa olímpico feminino, de 1900 a 1912, ou seja, antes da Primeira Guerra Mundial, as mulheres começaram pelas participações não oficiais, depois passaram para os convites e recrutamento e, por fim, chegando à inclusão e admissão, sem, contudo ter sido um percurso fácil. No período após os Jogos Olímpicos de 1912, o COI se preparava para reivindicar a autoridade e realmente controlar o desenvolvimento do programa olímpico. Determinadas decisões tomadas pelo Comitê Olímpico, composto massivamente por europeus de origem anglo-saxônica, no decurso dos acontecimentos, revelaram uma inclinação para os esportes aristocráticos que, sem dúvida, se aplicavam ao esporte feminino (MIRAGAYA, 2006; HARGREAVES, 1994).

A partir das atas e minutas das Sessões Anuais do COI, Miragaya (2006) identificou quatro decisões importantes que afetariam a participação das mulheres nos 12 anos seguintes aos Jogos Olímpicos de 1912, a serem apresentadas: i) como o princípio do amadorismo foi mantido e, como a Associação de Tênis não estava em conformidade com este princípio, o tênis foi excluído do programa olímpico, que contribuiu para limitar a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos (Sessão Anual do COI, 1924); ii) como o princípio do internacionalismo foi redefinido, a nova política admitiu apenas os esportes que eram praticados no mínimo em seis países, o que reduziu a oportunidade de esportes femininos menores que estavam lutando para obter reconhecimento por meio da promoção de competições a nível internacional (a política assegurou que apenas os esportes predominantemente masculinos bem estabelecidos qualificariam para a admissão) (Sessão Anual do COI, 1912); iii) o lema “*todos os jogos, todas as nações e todos os homens*” (Sessão Anual do COI, 1912) foi revisado (mas não incluiu as mulheres) para diminuir os custos e continuar a atender aos esportes mais desejados; como resultado, o COI decidiu estabelecer três categorias de esportes: esportes indispensáveis, esportes que possuíam um elemento

³² Esta decisão foi bastante influenciada por James Sullivan (organizador dos Jogos Olímpicos de Saint Louis em 1904) e suas ideias puritanas. Ele era completamente contra a inclusão feminina em competições esportivas e, inclusive, impediu Ida Schnall (uma popular atleta nos EUA por ser capitã do time de beisebol New York Female Gigants) de participar da prova de saltos ornamentais. Após a morte de Sullivan em 1914, as mulheres foram introduzidas às competições aquáticas nos EUA (LUCAS; JOBLING, 1995).

de equipe e esportes opcionais (a serem selecionados a critério das Comissões Organizadoras), o que significava que o COI poderia alterar o status e a permanência de um determinado evento feminino, colocando-o em uma categoria sem importância dos esportes opcionais (o que aconteceu com esgrima em 1924) e podendo ser eliminado posteriormente (atas da Sessão Anual do COI, 1912); e iv) como o princípio do “individualismo” exigia competições entre indivíduos, o COI excluiu a possibilidade de esportes em equipe em 1924, o que não só reduziria o número de mulheres atletas, mas também apresentaria discussões sobre a atitude do COI em relação à competição feminina (Sessão Anual do COI, 1924 apud MIRAGAYA, 2006).

Na Sessão Anual do COI de 1914, Coubertin estava realmente determinado a excluir as mulheres das competições olímpicas. Ao colocar a temática em votação, por três vezes na mesma sessão, Coubertin foi derrotado pela maioria em todas as ocasiões (KRÜGER, 1997).

Com o início da Primeira Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos de 1916, que seriam sediados em Berlim foram cancelados e, após seu término em 1918 a Europa se reerguia muito mais democrática na vida civil, bem como nos esportes. De acordo com Krüger (1997), a nobreza do COI diminuiu drasticamente, refletindo as mudanças que decorreram da Guerra. Esta que teve grande influência sobre a maneira como as mulheres deveriam se comportar, vestir e pensar, e a forma de questionar e abordar o *status quo* (ELSHTAIN, 1987). Em muitos países, as mulheres estavam progredindo nos movimentos de emancipação, tendo mais acesso à educação e se tornando mais conscientes de seus direitos, como cidadãs com direito ao voto (MIRAGAYA, 2006; HARGREAVES, 1994). Para Anderson e Zinsser (2000), o período da Primeira Guerra Mundial acelerou as tendências sociais para as mulheres, adicionando um impulso para destruir barreiras contra a entrada das mulheres nas fábricas. A Guerra proporcionou às mulheres a oportunidade de demonstrar sua capacidade, adaptabilidade e eficiência em empregos que lhes haviam sido previamente fechados, seja por convenção social, como por parcialidade dos empregadores, ou por oposição dos sindicatos dominados pelos homens.

Em 1920, Coubertin propôs novamente ao COI a exclusão de todos os eventos olímpicos femininos e mais uma vez ele foi derrotado nas votações. O Comitê Olímpico reconheceu o aceite das mulheres para os Jogos Olímpicos de 1920 na Antuérpia, no qual elas participaram das disputas de tênis e natação (MIRAGAYA,

2006). Na Sessão Anual de 1924, a admissão das mulheres se tornou oficial, mas, no entanto não inteiramente: “As mulheres são admitidas em certas competições nos Jogos Olímpicos. O Programa mencionará os eventos em que poderão participar” (Artigo 6 – Minuta da Sessão Anual do COI, 1924 apud MIRAGAYA, 2006). Nos Jogos Olímpicos que ocorreram em Paris em 1924, houve a inclusão da esgrima (categoria florete) e de mais duas provas de nataação, além de manter as disputas do tênis individual, dupla e dupla mista.

A influência e dominância de Coubertin no Comitê haviam diminuído com a criação de um Conselho Executivo, formado por quatro membros responsáveis pelo aconselhamento sobre as principais decisões. Dessa forma, o COI ocupou uma posição relativamente confortável que permitia anular a proposta de Coubertin para excluir as competições femininas. Entretanto, segundo Miragaya (2006), nos bastidores Coubertin ainda tinha influências nas decisões do Comitê e curiosamente, em 1924 as mulheres ainda se concentravam nos esportes considerados femininos. Contudo, após Coubertin se aposentar, em 1925, elas foram incluídas nas competições de atletismo durante a Sessão Anual do COI em 1926. Para Miragaya (2006) o fato de Coubertin não ter mudado seu posicionamento vitoriano aristocrático, acabou influenciando profundamente outros membros do COI, alguns desses inclusive a favor de mulheres competindo. Isso fez com que as mulheres tivessem que mudar lentamente sua posição de convidadas para “surfragistas”, a fim de conquistarem o direito de participar dos Jogos Olímpicos e do COI. De acordo com Barney et al. (2004), a resistência do COI para incluir as mulheres, originalmente influenciado pelas crenças de Coubertin, se estenderam para seu sucessor Henri de Baillet-Latour. Como terceiro presidente do COI, Baillet-Latour defendia a participação feminina apenas nas modalidades que envolviam a estética feminina, como a ginástica, a nataação e a patinação artística (COSTA; WELCH, 1994).

b) Período de 1928 a 1952:

Hargreaves (1994) identificou o período entre 1928 e 1952 como de luta e de consolidação das mulheres nos Jogos Olímpicos.

A inclusão das mulheres nas provas de atletismo nos Jogos Olímpicos de Amsterdã-1928 foi o resultado de um processo árduo, cujo objetivo era a aceitação feminina no esporte considerado o mais viril de todos (MIRAGAYA, 2006). Para as edições olímpicas da Antuérpia-1920 e Paris-1924, o COI se recusou a considerar a

admissão do atletismo para as mulheres. A decisão do COI e da IAAF em não dar importância ao atletismo feminino, levou a criação da Federação Esportiva Feminina Internacional (FSFI – *Fédération Sportive Féminine Internationale*), uma das maiores forças durante a década de 1920 e 1930 na luta pela inclusão de mulheres atletas nos Jogos Olímpicos e de importância crucial para a evolução das mulheres no esporte em geral. A FSFI foi fundada em 1921 em Paris, pela francesa Alice Milliat e o número das nações membro cresceu de cinco em 1921, para 30 em 1936 – último ano da federação (DREVON, 2005).

Alice Milliat aproveitou sua experiência de gerenciamento esportivo³³ e, junto a FSFI organizou uma série de quatro competições internacionais de status olímpico ou mundial³⁴. Na primeira edição dos Jogos Olímpicos Femininos de 1922 em Paris, contou com a participação de atletas de cinco países e aproximadamente 20 mil espectadores assistiram ao evento que durou um dia. O programa foi composto por 11 provas, seis a mais do que as permitidas pelo COI ao incluir o atletismo para as mulheres nos Jogos Olímpicos de Amsterdã-1928. Uma dessas provas, a dos 1.000 metros, sendo 200 metros mais longa do que a maior corrida permitida para as mulheres na edição estreante (LEIGH; BONIN, 1977). Segundo Senn (1999), o COI não concordou em realizar o programa completo de 11 provas, como nos Jogos Olímpicos Femininos, argumentando que os corpos femininos não eram adequados para tais tarefas, mesmo que as mulheres já tivessem participado de várias outras competições como esta. Por essa razão, a equipe britânica feminina boicotou os Jogos Olímpicos de Amsterdã (TRALCI FILHO; ARAUJO, 2011).

O então presidente do COI, Baillet-Latour não havia adotado a ideia da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos. No entanto, naquela época, a IAAF

³³ Alice Milliat, muito provavelmente, foi exposta a esportes diversos como natação, futebol, hóquei, ciclismo e remo, principalmente por seu contato, através de suas viagens, com outros países da Europa e América do Norte. Em 1908, se voluntariou como gerente esportiva e iniciou assim, sua dedicação à defesa e desenvolvimento dos esportes femininos – conceito ainda em seus primórdios. Era considerada uma brilhante mulher de ação; organizou a primeira corrida *cross country* feminino da França (DREVON, 2005).

³⁴ A primeira edição foi chamada de Jogos Olímpicos Femininos e ocorreram em 1922 em Paris – participaram 77 atletas de 5 países, em 11 provas de atletismo com 10 quebras de recordes mundiais; as edições seguintes foram chamadas de Jogos Mundiais Femininos devido a conflitos com o COI, e ocorreram em 1926 em Gotemburgo – participaram 80 atletas de 8 países, em 12 provas de atletismo; 1930 em Praga – participaram 200 atletas de 17 países, em 12 provas de atletismo, além exibições de basquetebol, handebol, esgrima, tiro esportivo e canoagem; e 1934 em Londres – participaram 200 atletas de 19 países, em 12 provas de atletismo, além exibições de basquetebol, handebol e futebol (LEIGH; BONIN, 1977; QUINTILLAN, 2000; DROZDEK-MALOLEPSZA, 2014).

estava sob nova liderança e seu presidente, Sigfrid Edström, pediu ao COI que incluísse as provas de atletismo feminino nos Jogos Olímpicos de 1928 como um teste. Barney et al. (2004) mencionam que a ação da IAAF foi fortemente defendida por Alice Milliat e pela FSFI. Em 1932, o atletismo olímpico feminino ganhou legitimidade permanente.

O maior exemplo da relutância do COI em aceitar a participação das mulheres ocorreu na prova dos 800 metros dos Jogos Olímpicos de Amsterdã-1928, comentada brevemente no item anterior, quando diversos repórteres noticiaram com alarme e exagero que as mulheres atletas sofreram um colapso ao final da corrida. A partir disso, Miragaya (2006) aponta que as mulheres atletas que participaram dos Jogos Olímpicos anteriores não sofreram tais hostilidades. O atletismo atraiu muitas críticas, talvez por não ter a herança dos clubes de tênis e golfe aristocráticos. No atletismo, as participantes não apareciam em capas de revistas ou em propagandas de produtos. O atletismo não era para as damas aristocráticas de classe alta, e por isso permitia a participação de mulheres de classes mais baixas, que vinham das fábricas, escritórios e lojas. A identificação de atletismo com a classe trabalhadora e classe baixa se manteve por décadas.

Para a edição olímpica de Los Angeles-1932, as provas de atletismo para as mulheres quase foram excluídas por conta da repercussão da mídia sobre a prova dos 800 metros nos Jogos Olímpicos anteriores. No ano seguinte ao ocorrido, o COI votou a favor da exclusão das provas femininas, mas alguns membros da IAAF ameaçaram a boicotar o programa olímpico masculino caso as mulheres não participassem. A Divisão de Mulheres da AAU estadunidense, composta por um grupo de profissionais da Educação Física que ocupavam posições poderosas na educação e no esporte feminino, construíram argumentos para impor sua posição hostil em relação à competição de alto nível para mulheres (HARGREAVES, 1994). Em 1932, eles enviaram um protesto formal ao COI na tentativa de suspender os eventos esportivos para mulheres dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, propondo um festival alternativo que incluía o canto, dança, música, esportes em grupo e jogos. O foco do festival era “jogar por jogar”, em oposição ao estresse e especialização associado a competição individual de alto nível. A AAU também se uniu a membros da área médica e com representantes de outras organizações esportivas para expressar seus receios de que os esportes competitivos tornavam as mulheres incapazes de ter filhos, além de terem efeitos masculinizantes sobre o físico feminino (HARGREAVES, 1994; GERBER,

1974; 1975; HULT, 1989; KENNARD, 1977). Após muitas discussões, um acordo foi alcançado entre o Comitê Organizador e o COI, na qual a prova de 100 metros seria a mais longa do programa olímpico feminino nos Jogos Olímpicos de Los Angeles-1932. Como argumento, o COI se baseou em documentos médicos que não recomendavam provas de longas distâncias para mulheres. Para Miragaya (2006), parecia se tratar de uma questão de poder.

A Crise de 1929 ou Grande Depressão nos Estados Unidos teve reflexos nas principais economias mundiais e consequentemente na participação dos atletas nos Jogos Olímpicos de 1932 – o número de participantes homens foi o menor desde a edição de 1908, enquanto o das mulheres foi menor do que às duas últimas edições (PIKE, 2017). Ainda assim, novos recordes mundiais e/ou olímpicos foram estabelecidos em todas as provas femininas de atletismo. Com destaque para as performances da estadunidense Babe Didrikson. A atleta havia se qualificado para competir em cinco provas, entretanto o regulamento limitava a participação feminina em três eventos individuais por atleta. Didrikson conquistou duas medalhas de ouro em dois dias, ao estabelecer novos recordes mundiais no arremesso de dardo e nos 80 metros com barreira. Em sua última prova, no salto em altura, estabeleceu a mesma marca que sua compatriota Jean Shiley (ambas quebraram o recorde mundial), entretanto Didrikson ficou com a medalha de prata após uma decisão dos árbitros sobre a técnica que ela utilizou³⁵.

Após a estreia no atletismo nos Jogos Olímpicos de Los Angeles-1932, as mulheres exibiram seus feitos atléticos na última edição dos Jogos Mundiais Femininos, em Londres em 1934. Nesse período, o atletismo feminino se tornou um evento popular, acompanhado por muitos espectadores na Europa e América do Norte. Isso garantiu a FSFI uma posição que lhe permitia ameaçar sua retirada dos Jogos Olímpicos, alavancando sua luta contínua com o COI por mais provas no programa olímpico. Entretanto, a edição seguinte dos Jogos Mundiais Femininos foi impossibilitada devido a invasão nazista na Áustria, o país anfitrião, e em 1936 a FSFI deixou de existir após se ver enfraquecendo, principalmente sua líder Milliat, frente ao desgaste dos enfrentamentos com o COI (HARGREAVES, 1994). Ainda assim, a

³⁵ Babe usou um estilo chamado *western roll*. Antes dos Jogos Olímpicos de 1932, era uma técnica permitida, mas nesta edição, os juízes decidiram que o salto de Babe era ilegal porque ela mergulhou de cabeça em cima do sarrafo ao invés pular primeiro com os pés (CAYLEFF, 2000).

estrutura desenvolvida por Milliat se tornou um modelo para diversas federações e clubes independentes femininos na luta contra autoridades existentes, como no caso do futebol, natação, hóquei e remo (LEIGH, 1977; MIRAGAYA, 2006). De acordo com Hargreaves (1994), o debate olímpico sobre o atletismo feminino e competição nos esportes em geral, foi bastante complicado porque as mulheres envolvidas não eram de um grupo homogêneo.

Os Jogos Olímpicos de Berlim-1936 foram os mais discutidos e analisados da história do Movimento Olímpico contemporâneo. A presença de Hitler e a determinação de mostrar ao mundo a perfeição do nazismo renderam muitas teorias e análises a respeito da influência da política e da ideologia no Olimpismo e a flexibilidade com que o Movimento Olímpico lidava com as questões políticas e nacionais (RUBIO, 2007). Entretanto, a questão relacionada às mulheres parecia ainda estar no processo de discussão. Nesta edição, as mulheres mantiveram uma participação reduzida sem a inclusão de nenhuma modalidade nova, competindo apenas na natação, esgrima, atletismo e ginástica, que inseriu a prova em grupo.

Segundo Pike (2017), após o fim da FSFI, o COI teve controle de todo envolvimento feminino nos Jogos Olímpicos, regulando quais provas e sob quais circunstâncias as mulheres poderiam participar. Os eventos globais, como a I Guerra Mundial e a Grande Depressão, suprimiu os ganhos das mulheres no esporte e foi somente após o surgimento da segunda onda feminista em meados do século XX, juntamente com a entrada das nações do bloco soviético após a II Guerra Mundial, que ocorreu uma expansão significativa no programa olímpico feminino. Com o cancelamento das edições olímpicas de 1940, que seria realizada em Tóquio, e de 1944, por conta dos conflitos da guerra, as mulheres só voltariam a competir nos Jogos Olímpicos de Londres-1948, que manteria as mesmas competições do programa olímpico anterior, somente com a inclusão de três novas provas de atletismo e a disputa da canoagem na prova de velocidade K-1.

Novamente, o período de guerras no continente europeu promoveu grandes mudanças na estrutura social no ocidente. As mulheres deram mais um passo e se garantiram como participantes ativas na sociedade ao terem que assumir novos papéis, antes desempenhados por homens, agora nos campos de batalha. A participação maciça de mulheres, direta ou indiretamente na economia contribuiu enormemente para o reposicionamento da mulher na sociedade e conscientização do lugar que ocupavam (HARGREAVES, 1994; MIRAGAYA, 2002). Nos anos de 1940, com a

popularidade do esporte feminino, os feitos proeminentes de atletas como a estadunidense Babe Didrikson – eleita a melhor atleta feminina da primeira metade do século XX – e da holandesa Fanny Blankers-Koen – eleita em 1999 como a “Atleta Feminina do Século” pela IAAF – capturaram a imaginação do público e fez muito para dissipar o mito da limitação física feminina (HARGREAVES, 1994; DEVIDE, 2005).

A corredora Fanny Blankers-Koen demonstrou que as habilidades atléticas de alto nível não eram incompatíveis com a ideia de feminilidade e maternidade que se tinha na época. Aos 16 anos conquistou a vaga na equipe olímpica holandesa que participou dos Jogos Olímpicos de Berlim-1936, mas foi somente nos Jogos Olímpicos de Londres-1948, já casada e com dois filhos, que Fanny registrou seus principais feitos. Além de já ter estabelecido sete recordes mundiais em cinco provas de atletismo em campeonatos anteriores, durante a edição olímpica ganhou quatro medalhas de ouro (só não participou de mais porque havia a restrição de três provas individuais por atleta), estabelecendo mais dois recordes mundiais. Essas marcas foram alcançadas enquanto Fanny criava e cuidava de sua família, e estava grávida de três meses de seu terceiro filho (HARGREAVES, 1994; 2003). Ela ficou conhecida como “a dona de casa voadora”. Para Devide (2005), este apelido dado a Fanny pela imprensa internacional, embora exprimisse o reconhecimento de seus feitos atléticos, ainda assim a remete ao seu “lugar” de dona de casa.

Como já discutido anteriormente, a ideia de que os processos unicamente femininos, como a menstruação, a gravidez e o parto, afetam negativamente o desempenho esportivo das mulheres e, o inverso, de que os esportes extenuantes para as mulheres prejudicam essas funções, foi colocado em dúvida com o exemplo de Fanny Koen. Segundo Hargreaves (2003), não é de conhecimento comum que, medalhas olímpicas foram conquistadas e recordes foram quebrados por mulheres em todas as fases do ciclo menstrual, e que durante o início da gravidez ou logo após o parto, elas também competiam com sucesso nos esportes olímpicos.

Entretanto, as mulheres atletas, musculosas, suadas ou sujas, ainda eram vistas como ofensivas e pouco femininas por grande parte da imprensa e sociedade. Principalmente as atletas soviéticas eram retratadas pela mídia ocidental como “amazonas pouco feminil”, desencadeando um novo debate sobre o lugar da mulher no esporte (DEVIDE, 2005). O interesse de médicos e gestores esportivos sobre as definições biológicas e sociais de feminilidade começou a colocar em dúvida a

identidade sexual de atletas mulheres bem-sucedidas (CORBETT, 1997; RAIL, 1990).

Hargreaves (1994) pontua que a contradição tem sido uma característica de todas as fases da história olímpica para as mulheres. Ao mesmo tempo em que as heroínas esportivas proporcionavam feitos excepcionais às imagens tradicionais de feminilidade, os esforços dos conservadores para limitar a participação das mulheres somente aos esportes e eventos “apropriados para o feminino” estavam se fortalecendo.

Certamente, a liderança de Coubertin foi tão eficaz que teve uma influência duradoura sobre os vários membros do COI, além de servir como modelo para os três presidentes que o sucederam: Henri de Baillet-Latour (1925-1942), Sigfrid Edström (1942-1952) e Avery Brundage (1952-1972). Estes também não estavam interessados em fazer campanhas por mais mulheres nas arenas olímpicas e/ou em cargos administrativos executivos (LUCAS, 1992; MIRAGAYA, 2006). Um pouco antes do período em que esteve na presidência do COI, Brundage expunha opiniões tão polêmicas quanto as de Coubertin em relação à presença de mulheres nas provas de atletismo – até aquele momento, a única modalidade que estava fora das atividades atléticas femininas adequadas, em sua opinião. Após a prova de arremesso de peso ser incorporada no programa olímpico feminino em 1948, Brundage expressou sua indignação com a visão de uma mulher “musculosa”, argumentando que a prova deveria ser retirada – “Eu acredito que os eventos femininos deveriam ser limitados a aqueles adequados para as mulheres; natação, tênis, patinação artística e esgrima, mas não arremesso de peso” (SIMRI, 1979). A oposição às provas de campo³⁶ de atletismo vinha também das próprias mulheres. Em 1966, isso ganhou impulso quando alguns membros do COI tentaram excluir as provas de lançamento de disco e arremesso de peso do programa olímpico e tiveram o apoio do Conselho de Mulheres do Comitê de Desenvolvimento Olímpico dos EUA, que afirmou veementemente: “Muitas vezes, a autoimagem feminina é mutilada quando as mulheres se apresentam nesses dois esportes” (HARGREAVES, 1994).

³⁶ As provas de campo se dividem em provas de lançamento e provas de salto. Nas provas de lançamento, compostas pelos levantamentos de disco, martelo e dardo e pelo arremesso de peso, os atletas fazem uso de implementos (disco, martelo, dardo e peso) que devem ser lançados à maior distância possível. As provas de salto se subdividem em salto em altura, em distância e com vara.

c) Período de 1952 a 1992:

O último período identificado por Hargreaves (1994) é marcado pelo início de desafios à hegemonia masculina no esporte olímpico. Por quase toda esta fase, o mundo se encontrava em meio aos reflexos da Guerra Fria entre União Soviética (URSS) e EUA. Conforme Hobsbawm (1995), a Guerra Fria foi quase uma extensão da Segunda Guerra Mundial, deixando o mundo dividido em dois grandes blocos de poderes políticos. O pós-guerra foi marcado por uma reconfiguração de alianças e aproximações políticas, tendo como elemento norteador para a formação dos blocos, a ideologia e os interesses políticos e econômicos subjacentes a ela. Ao longo da segunda metade do século XX, as duas potências protagonizaram batalhas sem confrontos, utilizando diferentes recursos para a afirmação de superioridade, sendo o esporte um deles.

Desta forma, as competições esportivas se tornaram uma das manifestações públicas de maior divulgação desse conflito. Com isso, grandes nações deveriam produzir grandes atletas para demonstrar ao mundo o verdadeiro potencial de construção de domínio de uma ordem mundial binária. Os Jogos Olímpicos foram utilizados como mais uma forma para demonstrar poder político e força social, principalmente através da contagem do número de medalhas conquistadas, um tipo de superioridade não pretendida pelo Movimento Olímpico. O ideal olímpico de Coubertin, de que este fosse apolítico, supranacional e suprapartidário, estava sendo contrariado (RUBIO, 2010).

O entrelaçamento do esporte com a política e os esforços de cada nação para acumular medalhas olímpicas proporcionaram um grande incentivo para melhorar os padrões de esportes de elite para mulheres, integrando-os às políticas esportivas nacionais. Nesse sentido, os países da Cortina de Ferro exploraram o esporte feminino como uma forma de difundir sua força armamentista, conquistando a maioria das suas medalhas com o desempenho de suas atletas (WELCH; COSTA, 1994). Esta havia se tornado uma maneira de serem vistos e de fazerem propaganda política, provocando preocupações nos países do bloco ocidental em relação a sua posição nos Jogos Olímpicos e fazendo-os, conseqüentemente, considerarem mais o desenvolvimento do esporte feminino, investindo em treinamentos e preparação das atletas (MIRAGAYA, 2002).

A década de 1950, contou com a entrada de países como Israel, Nova Zelândia e Uruguai, sinalizando a disseminação do Olimpismo para países com histórias desportivas menos estabelecidas. Desde 1952, a maioria das nações que se juntaram ao Movimento Olímpico foram países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, onde os esportes eram controlados pelo Estado e utilizados como agentes de mudança social (RIORDAN, 1986). Embora a participação desses países tenha aumentado o número de atletas, este foi muito mais por competidores masculinos do que femininos. De acordo com Hargreaves (1994), os países com mais recursos econômicos e sociais, principalmente em termos de educação, saúde e nutrição, são mais prováveis de terem mulheres fazendo parte de programas nacionais esportivos. Por outro lado, as sociedades em desenvolvimento, com menos recursos, tendem a ter pouco ou nenhum incentivo para a prática esportiva feminina.

Segundo Riordan (1985; 1986), pelo fato dos esportes em geral, e particularmente os esportes olímpicos, serem predominantemente masculinos, seria possível um país sem uma história esportiva estabelecida ter um impacto a nível internacional ao se concentrar no potencial de medalha de suas mulheres atletas. Os países do bloco socialista tiveram sucesso ao fazer de suas atletas de elite um componente central de seus sistemas esportivos nacionais³⁷.

Os Jogos Olímpicos de Helsinque-1952, contou com o retorno das nações que compunham a URSS, excluída das edições de 1920 a 1948 por razões políticas. Este retorno alimentou uma disputa feroz entre países do bloco ocidental e oriental, acelerando a criação de atletas mulheres para que pudessem colecionar medalhas, o que favoreceu para o aumento da participação feminina e também para a inclusão de novas provas. Pela primeira vez a participação das mulheres ultrapassou os 10% do total de atletas (PIKE, 2017). As provas de ginástica nos quatro aparelhos e o concurso múltiplo individual foram incluídas, além da prova de hipismo de

³⁷ Em 1968, ao participar pela primeira vez dos Jogos Olímpicos como um estado-nação separado, as mulheres da Alemanha Oriental dominaram de forma dramática o atletismo e a natação internacional, fortalecendo ainda mais a dinâmica política dos esportes femininos. Uma década depois, as atletas do leste europeu dominavam as provas de atletismo, natação, ginástica e remo, e continham 86% dos recordes mundiais de atletismo. Nos Jogos Olímpicos de Montreal-1976, as mulheres dos países socialistas ganharam 73% de todas as medalhas olímpicas. O incrível sucesso das mulheres atletas do bloco socialista e a produção de heroínas esportivas, como a ginasta soviética Olga Korbut (que cativou a imaginação de pessoas em todo o mundo nos Jogos Olímpicos de Munique-1972), aumentaram a visibilidade e a popularidade dos esportes para as mulheres e estimularam a expansão dos esportes femininos internacionais (HARGREAVES, 1994).

adestramento – a prova de saltos era considerada muito perigosa para as mulheres. A amazona dinamarquesa Lis Hartel, junto com mais três mulheres, foram as primeiras a serem autorizadas a competir com os homens nesta prova. Hartel, mesmo tendo uma paralisia abaixo do joelho devido à poliomielite, conquistou a medalha de prata nesta e na edição olímpica seguinte (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006).

A edição dos Jogos Olímpicos de Melbourne-1956 seria a primeira a ser sediada no hemisfério sul, em território australiano. As mulheres tiveram como novidade a inclusão da prova de natação dos 100 metros borboleta e a permissão para participar da prova de saltos no hipismo. Durante a competição olímpica, a ginasta soviética Larisa Latynina deu início a uma série de conquistas, contabilizando 18 medalhas no total, sendo 14 medalhas em provas individuais – 6 de ouro, 5 de prata e 3 de bronze – em três edições olímpicas³⁸ (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006).

Na 48ª Sessão Anual do COI, em 1953, realizada na Cidade do México, foi oficializado por meio de votação e decidido por unanimidade a não exclusão das mulheres dos Jogos Olímpicos. Entretanto, elas deveriam participar somente dos esportes apropriados para o seu sexo, de forma que excluísse as modalidades coletivas, uma vez que o poder das mulheres em grupo sempre representou uma ameaça à estrutura patriarcal (COSTA; GUTHRIE, 1994). Na 54ª Sessão Anual do COI, em 1958 realizado em Tóquio, a inclusão das mulheres no voleibol, basquetebol e remo foi vetada pela maioria dos membros (DeFRANTZ, 2000). Com isso, as mulheres seguiam competindo apenas nas modalidades individuais.

Segundo Rubio (2010), a década de 1960 foi marcada por diferentes conflitos que existiram concomitantemente à Guerra Fria. As edições olímpicas que ocorreram durante esse período, em Roma-1960, em Tóquio-1964 e na Cidade do México-1968, exemplificam algumas dessas divergências. Nos Jogos Olímpicos de Tóquio, os japoneses tinham o desejo de mostrar ao mundo que haviam superado as sequelas da Segunda Guerra Mundial, promovendo um evento repleto de inovações tecnológicas, incluindo a transmissão televisiva ao vivo e a cores pela primeira vez para a Europa, América do Norte e Ásia. Embora os Jogos Olímpicos de Roma-1960, já haviam inaugurado a transmissão televisiva ao vivo, mesmo que fosse em preto e branco e apenas para o continente europeu. A edição olímpica no território japonês também

³⁸ Larisa Latynina ainda é a maior medalhista feminina, e até 2012, também era a atleta, entre homens e mulheres, com mais medalhas conquistadas, sendo ultrapassada apenas pelo nadador estadunidense Michael Phelps nos Jogos Olímpicos de Londres.

marcou o início de um período de 24 anos de exclusão da África do Sul das competições olímpicas por causa do Apartheid. Nos Jogos Olímpicos da Cidade do México-1968, que seria o primeiro a ser sediado em nação latino-americana, sinalizou que o mundo não estava dividido apenas em capitalistas e socialistas, mas que também havia uma discriminação entre ricos e pobres, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. De acordo com Lopes (1992), os países de língua inglesa protestaram diante da possibilidade da celebração olímpica ser realizada no terceiro mundo, entretanto os países que não faziam parte desse circuito apoiavam a possibilidade com o argumento de expansão do Movimento Olímpico e da prática verdadeira de seu ideal.

No ano de 1968, o mundo vivia a ebulição de momentos históricos como a Guerra do Vietnã, a invasão da Tchecoslováquia por tanques soviéticos, os protestos estudantis em Paris, o crescimento do movimento racial norte-americano e o Massacre de Tlatelolco no México; essas manifestações não passariam despercebidas nos Jogos Olímpicos, afirmando a impossibilidade de praticar os ideais de Coubertin a respeito da condição apolítica e supranacional do Movimento Olímpico. Além do protesto feito durante a premiação da prova dos 200 metros pelos dois corredores estadunidenses na luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos; a ginasta tcheca, Vera Caslavská, ganhadora de quatro medalhas de ouro e duas de prata, aproveitou o momento da premiação para não cumprimentar suas concorrentes soviéticas como forma de protesto contra a invasão de Praga. Além de não cumprir o protocolo olímpico, imprimiu seu protesto e escapou ilesa da punição sofrida pelos atletas estadunidenses, banidos para sempre das competições olímpicas, indicando a parcialidade com que essas questões foram historicamente tratadas (RUBIO, 2010; LÓPEZ, 1992).

Em relação às mulheres, os Jogos Olímpicos de Roma em 1960 ficaram marcados pela reintegração da polêmica prova dos 800 metros no atletismo. Esta corrida foi o primeiro passo para a inclusão das provas de longa distância, culminando na primeira maratona olímpica feminina em 1984. Ainda no atletismo, nos Jogos Olímpicos de Tóquio-1964, a corredora australiana Betty Cuthbert foi a primeira a ganhar a prova dos 400 metros, recém-incluída, e se tornando a única, entre homens e mulheres, a conquistar a medalha de ouro nas três provas de *sprint*: 100, 200 e 400 metros (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006). Nesta edição também ocorreu a inclusão do voleibol, sendo a primeira modalidade coletiva para as mulheres. A sua inserção não

se deu apenas por sua popularidade no país sede, mas também por ser um esporte onde não havia o contato físico entre as jogadoras e por ser considerada uma modalidade feminina. Embora os homens já participassem de esportes coletivos desde a edição de 1900³⁹, o voleibol também foi incluído para eles nos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Nos Jogos Olímpicos da Cidade do México-1968, como parte da cerimônia de abertura, a corredora mexicana, Enriqueta Basilio, foi a primeira mulher a acender a pira olímpica. Para Witherspoon (2008), apesar de esse ter sido um momento inédito e, de alguma forma, poderoso para as mulheres, ele foi menos um sinal de igualdade de gênero e mais uma interpretação cultural de modernidade. Nesta mesma edição, três atletas mulheres participaram em duas competições de tiro esportivo, modalidade que foi considerada mista até a edição de 1992; e os primeiros testes de feminilidade eram realizados (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006). Estes ocorriam mediante a inspeção genital das atletas, obrigadas a se apresentarem nuas diante de um grupo de ginecologistas (SILVEIRA; VAZ, 2014). Além disso, era feito um teste cromossomial, cuja obrigatoriedade foi abolida somente nos Jogos Olímpicos de Sydney-2000. Os testes de feminilidade operavam na classificação dos corpos daquelas que rompiam as normas relacionadas à identidade e à orientação sexual, e também ao uso de doping, prática considerada ilegal a partir dos Jogos Olímpicos de 1968 (GOELLNER, 2016).

Durante a década de 1970, as ideologias e sistemas esportivos da URSS e da Alemanha Oriental, forneceram modelos para todos os países comunistas, além de influenciarem os países ocidentais e os países em desenvolvimento. Sob o comunismo, recursos relativamente iguais eram dedicados aos esportes masculinos, bem como aos femininos; as equipes olímpicas dos países do leste europeu e da Alemanha Oriental eram compostas por uma maior parte de atletas mulheres, do que as equipes dos países ocidentais. Além disso, estas atletas ganharam uma porcentagem maior de medalhas do que os homens. No quadro de medalhas, os primeiros colocados tinham uma presença relativamente alta de mulheres. As campeãs eram utilizadas como exemplos nacionais para promover o patriotismo e o prestígio político no exterior (HARGREAVES, 1994).

³⁹ Na segunda edição olímpica em Paris, os homens participaram de competições de polo aquático, rúgbi, remo, polo, futebol e críquete.

Os Jogos Olímpicos de 1972 retornaram ao território alemão, só que desta vez a cidade de Munique tinha a intenção de apagar as marcas na memória do Ocidente de que os Jogos Olímpicos de Berlim-1936 tinham sido os jogos do nazismo (RUBIO, 2006). Mesmo com a participação reduzida de mulheres atletas, elas ultrapassaram a barreira das mil competidoras. Algumas poucas provas individuais foram incluídas no atletismo, como a dos 1.500 metros – considerada longa – e na canoagem. No hipismo, na prova de adestramento, a alemã Liselott Linsenhoff se tornou a primeira mulher a conquistar uma medalha de ouro nesta competição que envolvia homens e mulheres. A edição seguinte, em Montreal-1976, as modalidades coletivas começavam a ganhar espaço; após 40 anos da inclusão para os homens, o basquetebol feminino foi introduzido, além do handebol e as provas de remo. Com isso, a participação das mulheres ultrapassou, pela primeira vez, os 20% do total de atletas (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006). Os Jogos Olímpicos de Montreal também ficariam marcados pelas performances extraordinárias da romena de apenas 14 anos, Nadia Comaneci na ginástica artística, que lhe renderam três medalhas de ouro, uma de prata e uma de bronze.

Durante a década de 1980, as mulheres começaram a se infiltrar nos altos níveis de gestão das organizações internacionais do esporte, entretanto estas eram exceções e tiveram pouca influência sobre o comando e poder masculino. Entre 1894 e 1981, não havia mulheres membros do COI, e a única forma de uma mulher ser nomeada seria se um homem sugerisse ou fizesse uma campanha em seu nome. Embora Lord Killanin, presidente do COI entre 1972 e 1980, tenha tentado fazer esta inclusão, a maioria dos membros se manteve fortemente contra, e apenas a ex-nadadora francesa, Monique Berlioux conseguiu ter um cargo administrativo, apesar de não ter poder de voto sobre as decisões. Em 1980, quando o novo presidente, o espanhol Juan Samaranch assumiu, as mulheres foram incorporadas ativamente no COI, sendo convidadas a servir em diversas comissões e nomeadas para cargos importantes no secretariado. Sob a sua presidência, medidas importantes foram tomadas a favor da participação das mulheres no Movimento Olímpico, entre elas a incorporação das pós-atletas olímpicas, Flor Isava Fonseca, da Venezuela, e Pirjo Häggman, da Finlândia, como membros do COI (HARGREAVES, 1994; SIMRI, 1979; CRUZ; SILVA; GOMES, 2006).

Os Jogos Olímpicos que ocorreram durante a década de 1980, sofreram boicotes tanto de países do bloco capitalista, como do bloco socialista. Na edição

olímpica de Moscou-1980, o número de nações participantes foi o menor desde 1956, e consequentemente o número de mulheres atletas também foi menor do que a edição anterior. Ainda assim a porcentagem de mulheres em relação ao número total de atletas se manteve crescente (PIKE, 2016). Mais uma vez, devido a questões políticas mundiais, 65 países não participaram nos Jogos Olímpicos, com destaque para os EUA, que tiveram como motivo a Guerra Afegã-soviética que se iniciou em 1979. Sem uma das principais forças esportivas, as atletas da URSS e Alemanha Oriental dominaram as competições, mas foi o time feminino do Zimbábue⁴⁰ que conquistou a medalha de ouro no hóquei de grama, modalidade coletiva introduzida nesta edição.

Nos Jogos Olímpicos de Los Angeles-1984, foi a vez dos países do bloco socialista não participarem da competição, mas ainda assim o número de atletas participantes foi o maior até então. Essa edição inaugurou um novo modelo de gerenciamento e organização dos Jogos Olímpicos, uma vez que foram os primeiros a serem comercializados e a isentar o governo e a cidade de qualquer custo (RUBIO, 2006). Às mulheres, eram incluídas provas de tiro esportivo, ginástica, ciclismo e tênis; mas uma das principais novidades seria a maratona, já que havia um conflito na área médica em relação a autorização das mulheres para correr distâncias maiores do que 1.500 metros. A maratona feminina foi introduzida após 88 anos da primeira participação masculina (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006).

Ainda sobre as polêmicas que envolvem o atletismo, um pouco antes da edição olímpica de Los Angeles-1984, um grupo de 82 mulheres atletas, de 21 países, com apoio da União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU – *American Civil Liberties Union*) entrou com um processo judicial contra o COI e a IAAF para introduzir as provas dos 5.000 e 10.000 metros no programa olímpico feminino. Embora a ação tenha sido considerada improcedente, de acordo com Hargreaves (1994), essa foi uma demonstração do quanto às mulheres estavam dispostas a lutar e de como isto havia se tornado um assunto público. Ainda segundo a autora, este tipo de conflito serviu

⁴⁰ A equipe era composta por 16 mulheres, todas da minoria branca do Zimbábue – o time foi organizado com menos de um mês dos Jogos Olímpicos, para preencher a lacuna deixada pelos países boicotaram a competição. Mesmo com uma equipe sem experiência e despreparada, as atletas do Zimbábue conquistaram a primeira medalha do país, este que estava vivendo uma grande transição política na época (TOMLINSON, 2010).

como uma alavanca para gerar mudanças; e para a edição olímpica de 1988 em Seul, a prova dos 10.000 metros foi introduzida ao programa olímpico feminino⁴¹.

Nesta mesma edição, na prova de adestramento individual do hipismo, na qual a competição era mista, teria pela primeira vez um pódio composto por três mulheres, além de ter oito, dentre as nove primeiras colocações, ocupadas por mulheres, tendo somente um cavaleiro suíço em sétimo lugar, quebrando assim o monopólio masculino na competição (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006). Novas provas e modalidades eram introduzidas nas competições em território sul-coreano, mas ainda assim havia muitas que não eram permitidas para as mulheres, como o boxe, pentatlo moderno, futebol, polo aquático, levantamento de peso e as lutas. De acordo com Devidé (2005), estas modalidades enfatizavam o combate corpo-a-corpo, a agressividade e propriedades pugilísticas, ou seja, claramente dissociadas das características tradicionalmente associadas ao estereótipo feminino. Segundo o autor, ironicamente o polo aquático, o futebol e o judô já contavam, no início da década de 1990, com campeonatos mundiais femininos, o que reflete o conservadorismo do COI (DEVIDÉ, 2005). Esta edição dos Jogos Olímpicos marcou o início de mudanças em relação a isso, já que o judô feminino foi introduzido como modalidade de demonstração.

De acordo com Rubio (2010), os Jogos Olímpicos da Era Moderna atravessaram o século XX, sobrevivendo a duas Guerras Mundiais, dois boicotes declarados e outros disfarçados, mas não conseguiu suportar a força do poder financeiro que prevaleceu sobre o espírito do amadorismo após os Jogos de Los Angeles-1984. Outros elementos que contribuíram para a transformação dos valores do amadorismo foram: o início da transmissão televisiva a partir dos Jogos Olímpicos de Roma-1960, gerando uma nova ordem comercial sobre o evento, sobre os atletas e sobre as empresas comerciais que passaram a associar suas marcas àqueles seres sobre-humanos capazes de realizações incomuns; além de, devido a enorme proporção que os Jogos Olímpicos passaram a ter, haver a necessidade de uma ampla infraestrutura para realizar as competições, acomodar milhares de atletas, comissões

⁴¹ Nas próximas edições a luta das mulheres pela inclusão das provas de atletismo continuou e as provas dos 5.000 metros e salto triplo foram incluídas nos Jogos Olímpicos de Atlanta-1996; a marcha atlética de 20 quilômetros, o salto com vara e o lançamento do martelo nos Jogos Olímpicos de Sydney-2000; e os 3.000 com obstáculos nos Jogos Olímpicos de Pequim-2008; mas a prova da marcha atlética de 50 quilômetros ainda não é permitida para as mulheres, embora faça parte de outros campeonatos, como o Mundial de Atletismo.

técnicas e turistas. Segundo a autora, na lógica interna do esporte contemporâneo, a especialização e a profissionalização se tornaram inevitáveis. Dentre os desdobramentos da fase de profissionalismo nos Jogos Olímpicos, o doping pode ser considerado um dos aspectos mais perversos pela busca de resultados, se tornando uma questão importante a ser superada (RUBIO, 2010).

De acordo com Hargreaves (1990), desde a extinção da URSS e a unificação da Alemanha Oriental e Ocidental, as críticas à construção social do esporte sob o comunismo se intensificaram por parte dos países ocidentais. Estes utilizavam as atletas mulheres como uma forma para produzir medalhas e, desde muito novas, aquelas que se destacavam, eram isoladas, testadas e treinadas para as competições. A maior crítica feita a esse regime, era a autorização do uso de substâncias para melhorar a performance dessas atletas. Segundo a autora, os críticos ocidentais afirmavam que o esporte sob o comunismo era extremamente caro, profundamente autoritário e repleto de fraudes e corrupção. Entretanto, a suposição de que o esporte no ocidente era incorruptível também é ilusório. Para Hargreaves (1994), a especialização precoce, cargas de treino intensas, alta competitividade, trapaças e danos, também se tornaram comuns às atletas de elite dos países industrializados. A preocupação com as boas performances em competições internacionais, fez com que a intervenção do Estado em países ocidentais aumentasse, encorajando mais suas atletas. A ênfase no sucesso, a exaltação de recordes e o culto a heróis e heroínas esportivos se tornaram características de atletas de elite, tanto de países capitalistas, como socialistas.

d) Período de 1992 a 2016:

Embora Hargreaves (1994) tenha cobrido quase todo o século XX no que se refere a participação das mulheres atletas nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, considera-se importante dar continuidade até a edição olímpica do Rio de Janeiro-2016. Para tanto, será usado como referência à periodização feita por Rubio (2010) sobre o Movimento Olímpico como um todo. Segundo a autora, o período da década de 1990 até às primeiras edições olímpicas do século XXI faz parte da fase de profissionalismo do esporte (RUBIO, 2010).

Conforme Rubio (2001), a profissionalização, pelo bem ou pelo mal, gerou uma enorme transformação na organização do esporte, tanto do ponto de vista

institucional como na atividade competitiva em si, tornando o esporte uma carreira profissional cobiçada e uma opção de vida para jovens habilidosos e talentosos.

Ainda que a edição olímpica de Seul-1988 seja considerada como o início da fase de profissionalismo dos Jogos Olímpicos, foi a edição dos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992 que se tornou o símbolo da profissionalização do esporte contemporâneo. Nesta edição, atletas renomados como os da instituição de basquetebol estadunidense NBA (*National Basketball Association*), os competidores do *Tour de France* (maior competição de ciclismo de estrada), e os melhores tenistas do ranking mundial, passaram a ilustrar as competições olímpicas.

Esta nova fase, traria mudanças também em relação a participação das mulheres em mais esportes. Em 1991, o COI, ainda sob a presidência de Samaranch, decidiu que novos esportes só poderiam ser incluídos no programa olímpico se apresentarem provas também para as mulheres (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006), como foi o caso do badminton nos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992. Nesta edição, o judô entraria para o programa feminino, junto com mais algumas provas em esportes individuais já estabelecidos. Na prova de Skeet do tiro esportivo, a chinesa Shan Zhang se tornou a primeira mulher a conquistar uma medalha de ouro em uma prova mista da modalidade – desde a edição olímpica de 1968, as mulheres eram autorizadas a participar em algumas provas de tiro esportivo junto com os homens. A partir desse feito, a Federação Internacional de Tiro extinguiu as provas mistas e criou provas separadas para homens e mulheres (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006), demonstrando que o receio dos homens de serem superados pelas mulheres fizesse com que regras fossem modificadas rapidamente.

O esporte feminino estava em uma nova fase de sua organização e em 1994, o *British Sports Council* com o apoio do COI, realizou a primeira conferência internacional sobre mulheres e esporte, em Brighton no Reino Unido. Nesta, estiveram presentes 280 delegados de 82 países, representantes de organizações governamentais e não governamentais, comitês olímpicos nacionais, federações esportivas internacionais e nacionais e instituições educacionais e de pesquisa. A Declaração de Brighton foi criada e aprovada, fornecendo os princípios para orientar as ações destinadas a aumentar o envolvimento das mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as funções e papéis (BRIGHTON, 1994). Com isso, o COI também fez modificações na Carta Olímpica, incluindo a seguinte emenda:

O COI encoraja enfaticamente a promoção da mulher no esporte em todos os níveis, particularmente nos conselhos executivos das organizações esportivas nacionais e internacionais, visando com rigor a aplicação dos princípios de igualdade entre homens e mulheres (IOC, 1997, p. 10).

Para a edição olímpica de 1996, que marcaria o centenário dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, tiveram algumas cidades na briga para se tornar sede das competições, dentre elas Atenas, na Grécia – berço dos Jogos Olímpicos da Antiguidade – e Atlanta, nos EUA – sede da empresa multinacional Coca-Cola, com apoio da rede de televisão estadunidense CNN. Após 12 anos desde sua última edição olímpica, os EUA garantiram mais uma vez uma cidade de seu território como sede dos Jogos Olímpicos (RUBIO, 2006).

Na edição de Atlanta-1996, as mulheres foram incluídas em um número de modalidades e provas maior do que em qualquer outra. Dentre elas, a estreia da versão feminina do futebol. De acordo com Williams (2007), para o futebol ter o status global de “o esporte mais popular do mundo”, logicamente dependia da inclusão da competição feminina, como o presidente da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), João Havelange⁴², estava ciente. Como o COI havia estabelecido que os esportes só poderiam fazer parte do programa olímpico caso tivessem o evento feminino, a cautela da FIFA em organizar campeonatos femininos, fizeram com que o futebol estivesse atrasado em relação a esportes menos populares, como o softball, vôlei de praia e o mountain bike – também incluídos nos Jogos Olímpicos de Atlanta-1996.

A inclusão do futebol feminino no programa olímpico se deu após 96 anos da primeira participação masculina; esta que esteve fora apenas das edições olímpicas de Atenas-1896 e Los Angeles-1932. O futebol feminino teve muitas controvérsias ao longo do século XX, como por exemplo, a proibição de sua prática por mulheres na Inglaterra em 1921 e no Brasil em 1965. Ao final do século XIX surgiram alguns poucos times no Reino Unido, mas estes não duraram muito e o futebol feminino só voltou a ter abertura no período da Primeira Guerra Mundial, como uma forma de entreter as pessoas e disciplinar as trabalhadoras. De fato a modalidade só ganhou

⁴² João Havelange foi um atleta brasileiro que participou dos Jogos Olímpicos de Berlim-1936 na natação, além de ter participado no polo aquático como jogador nos Jogos Olímpicos de Helsinque-1952 e como técnico da seleção brasileira masculina nos Jogos Olímpicos de Melbourne-1956. Foi dirigente esportivo em confederações do Brasil, e de 1963 a 2012 foi membro do COI. Também foi presidente da FIFA de 1974 a 1998.

força a partir da segunda metade do século XX, se tornando global apenas na década de 1990 (WILLIAMS, 2007). Em 1993, COI votou a favor da inclusão do futebol feminino na próxima edição olímpica, após o sucesso do primeiro campeonato mundial oficial, organizado pela FIFA em 1991.

Em Atlanta, com a abertura de novos esportes e provas para as mulheres, sua participação ultrapassou a barreira de 30% do número total de atletas (PIKE, 2017). As atletas estadunidenses se destacaram nas competições de atletismo, ginástica, basquetebol, softball, natação, tiro esportivo, tênis e futebol, sendo considerado como os Jogos das mulheres pela mídia nacional. O mesmo pode ser considerado para o Brasil pela conquista das primeiras medalhas femininas do país. No ano seguinte, mais uma mulher estadunidense se destacaria: a remadora, medalhista nos Jogos Olímpicos de Montreal-1976, Anita DeFrantz foi a primeira mulher a ser nomeada vice-presidente do COI em 1997 e novamente em 2017.

Os Jogos Olímpicos de Sydney-2000 foram os últimos do século XX e comemoraram o centenário da participação das mulheres. Na cerimônia de abertura, a chama olímpica foi carregada dentro do estádio pelas principais atletas australianas, medalhistas no atletismo e natação, das edições olímpicas de 1948 a 1996. As novas modalidades incluídas seriam mais um passo dado na direção contrária da ideia de conduta adequada para mulheres e/ou fragilidade do corpo feminino – relacionadas a esta questão, foram introduzidas: o halterofilismo, pentatlo moderno, polo aquático, taekwondo, triatlo, saltos ornamentais (plataforma de 10 metros) e as provas de atletismos de marcha atlética de 20 quilômetros, o salto com vara e o lançamento de martelo. Em países com pouco histórico esportivo, as mulheres também tiveram destaque ao conquistarem feitos inéditos para seu país, como a primeira medalha do Vietnã e a primeira medalha de ouro de Moçambique e da Colômbia (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006).

Nas três primeiras edições olímpicas do século XXI, realizadas em Atenas-2004, Pequim-2008 e Londres-2012, as mulheres já representavam mais de 40% do número total de atletas, embora em cada continente a porcentagem de mulheres em relação aos homens era diferente. Nos Jogos Olímpicos de Atenas-2004, apenas a Oceania tinha mais mulheres do que homens, com 56,9% (CRUZ; SILVA; GOMES, 2006). De acordo com Pike (2017), a edição de Londres-2012 teve a maior participação feminina desde 1900 com 44% do total de atletas. Estas edições também contaram com a inclusão de modalidades e provas que aproximasse mais a igualdade

entre homens e mulheres nas disputas olímpicas. Alguns dos esportes ainda remanescentes eram: a luta, admitida em Atenas-2004; a prova de 3.000 metros com obstáculos no atletismo em Pequim-2008; e o boxe em Londres-2012. Em 2005, este último teve seu pedido negado durante a reunião da Comissão Executiva do COI a respeito do programa olímpico dos Jogos Olímpicos de Pequim-2008, e embora só tenham sido permitidas 3 categorias – diferentemente das 10 da competição masculina – parece ter sido mais uma barreira ultrapassada pelas mulheres nas competições olímpicas.

Na última edição até o momento, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro-2016, sediado pela primeira vez na América do Sul, as mulheres compuseram 45% do número total de atletas. As modalidades do golfe e o rúgbi 7 foram incluídos no programa, tanto para os homens, quanto para as mulheres. O golfe já havia sido parte das disputas olímpicas em Paris-1900 e St. Louis-1904 e a variação rúgbi 15 havia feito sua última participação em Paris-1924 – ambas disputadas apenas por homens. Ainda que a inclusão de novas modalidades no programa olímpico determine a presença de provas também para mulheres, os homens ainda participam de mais eventos, como ocorreu na edição do Rio de Janeiro-2016 – dos 306 eventos, 161 eram masculinos, 136 eram femininos e 9 eram mistos (dentre eles todas as provas do hipismo, uma disputa no tênis, badminton e na vela). Entre as diferenças estão: a prova do atletismo da marcha atlética de 50km, além de haver menos categorias ou provas para as mulheres no boxe, luta, tiro esportivo, canoagem, remo, levantamento de peso e vela. Enquanto, as únicas modalidades exclusivamente femininas são o nado sincronizado e a ginástica rítmica.

Nesta edição olímpica o envolvimento de mulheres, que anteriormente eram menos participativas por questões políticas ou religiosas, cresceu e se tornou mais aparente. No Rio de Janeiro-2016, 14 atletas muçulmanas conquistaram medalhas em esportes como atletismo, judô, taekwondo, luta, esgrima e levantamento de peso; além de serem de diversos países, como EUA, Kosovo (a 1ª medalha do país), Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão, Indonésia, Egito, Irã, Tunísia e Turquia. Outro fato relevante para ilustrar o novo momento das mulheres nos Jogos Olímpicos, foi a repetição do resultado obtido em Londres-2012 pela equipe feminina estadunidense ao serem maioria na delegação dos EUA e terem conquistado mais medalhas do que os atletas homens.

Para as próximas edições olímpicas, o COI e seu presidente, Thomas Bach, se comprometeram a fazer com que o programa olímpico se torne cada vez mais igualitário, incluindo provas ainda não disputadas pelas mulheres, como os 1.500m na natação ou as provas de canoagem de 3.000m e 5.000m – presentes nos respectivos campeonatos mundiais.

3.3.3 Mulheres Olímpicas Brasileiras

A primeira participação olímpica brasileira ocorreu nos Jogos Olímpicos da Antuérpia-1920, e a delegação era composta por 21 atletas, todos homens. No Brasil, o fato de haver um intervalo de 64 anos entre a primeira participação feminina, em 1932, e a conquista da primeira medalha, em 1996, não é mera casualidade, mas sim resultado de um processo que envolve ideologia, políticas públicas e representações sociais. Com o decorrer das gerações de mulheres atletas, observa-se que pouco a pouco foi-se conquistando espaço no campo competitivo, mas no entanto, sem que isso representasse apoio institucional concreto ou políticas públicas de desenvolvimento de talento (RUBIO, 2011).

De acordo com Rubio et al. (2016), a trajetória das mulheres brasileiras no esporte foi o reflexo do que estava acontecendo com elas também em outras configurações sociais. A partir do século XIX, as influências européias, incluindo a hegemonia de gênero, se espalhavam no Brasil. Com isso, houveram profundas mudanças na sociedade, uma vez que, anteriormente o trabalho feminino ao lado do homem era esperado nas atividades laboriosas e na vida social da população. Toda questão referente à não inclusão das mulheres na primeira edição dos Jogos Olímpicos, em 1896, se refletiu na proibição de mulheres do esporte moderno no Brasil no século XX.

3.3.3.1 As práticas esportivas no Brasil

A história do Brasil, desde a colonização pelos portugueses, foi marcada pelas inúmeras formas de dominação que deixaram marcas indeléveis em nossa cultura, como por exemplo a prática esportiva trazida pelos ingleses no final do século XIX. O crescimento da prática de esportes se deu, principalmente, pela onda de imigração de vários grupos sociais para o Brasil, em busca de novas oportunidades de trabalho, principalmente na produção das monoculturas. Estes imigrantes trouxeram com si

suas tradições, mesclando com outras já presentes em um país novo e com diversidades florescentes (RUBIO et al., 2016).

De acordo com Rubio et al. (2016), o esporte, entendido como uma prática cultural, começou a ser praticado por estes grupos de imigrantes e se espalhou entre a população local, que assimilou os novos valores. Deste modo, a tradição do esporte moderno inventado na Inglaterra foi aderida no Brasil, que se juntava à nova forma globalizada de prática esportiva que seria a base do Movimento Olímpico Internacional.

Nesse período, as práticas corporais e esportivas eram acessíveis como uma opção para o divertimento e se espalhavam pelos centros urbanos, clubes recreativos, agremiações, parques, campos de futebol e estádios, bem como multiplicavam o número de espectadores e participantes (GOELLNER, 2005). Entretanto, as transformações sociais vividas no final do século XIX, demoraram a chegar até as mulheres; deste modo, isto teria impacto direto no engajamento feminino no trabalho, nos esportes e na política. A inserção das mulheres no meio esportivo como praticantes de exercícios físicos ainda se dava de forma cautelosa, principalmente por elas terem que ser submissas ao patriarcado (RUBIO et al., 2016; TRALCI FILHO, 2011).

Durante esse período, as mulheres tiveram várias restrições a direitos como: à educação em instituições públicas, ao voto e envolvimento na política e aos direitos trabalhistas; além de serem limitadas às práticas esportivas consideradas compatíveis com as percepções de feminilidade. Com isso, os direitos das mulheres como cidadãos foram desvalorizados, com todas as expectativas focadas no cumprimento dos deveres domésticos, da esposa e da maternidade (RUBIO et al., 2016). De acordo com Freyre (1979, p. 254): “[...] só nas danças existe uma sociedade feminina”, referindo-se à tímida participação das mulheres nos espaços públicos.

Como ocorreu na Europa e Estados Unidos, as instituições de poder no Brasil, como a medicina, a igreja, a educação e a militar, também desempenharam ações que influenciaram no papel social da prática de atividade física e esportiva feminina. Nesse sentido, estas exerciam influências sobre a construção social do corpo feminino, determinando o que era aceitável e o que não era aceitável para as mulheres em relação a prática esportiva. As principais preocupações envolviam o papel social “fundamental” da mulher, a maternidade; logo era compreendido que a prática esportiva não era compatível com a reprodução (RUBIO et al., 2016).

A liderança de alguns pensadores, médicos, advogados e pedagogos brasileiros, que se identificavam com uma crítica européia sobre esta questão, contribuiu para a maior inclusão das mulheres nas atividades físicas e esportivas. Dentre eles: o médico João da Matta, que criticou fortemente a exclusão da mulher da atividade física, enfatizando a importância desta para o desenvolvimento de meninos e meninas, tendo influência na educação moral de jovens; Ruy Barbosa, advogado e congressista, que defendia a presença de exercícios físicos no currículo escolar de meninas; e Fernando de Azevedo, que em 1920 sistematizou experimentos fisiológicos e pedagógicos de acordo com a base científica da educação física para ambos os sexos (MOURÃO, 1998).

No entanto, de acordo com Tralci Filho (2011) e Adelman (2003), embora naquela época tenham surgido as primeiras medidas que levaram em consideração os benefícios das práticas corporais em relação ao corpo feminino, estas propostas não podem ser consideradas emancipatórias, uma vez que não promoveram mudanças no ponto de vista em relação à aproximação da mulher e o seu corpo em movimento. Em muitos discursos, o foco era principalmente por questões higienistas.

Na década de 1930, o Brasil passou por grandes transformações políticas, econômicas e sociais, tendo o eixo de sua economia deslocado do pólo agrícola para o urbano-industrial. A partir da Revolução de 1930 começaram a ser implantados, progressivamente, mecanismos de centralização e intervenção política a fim de promover a construção de um Estado forte, comprometido com a ideia da “colaboração nacional” em prol do desenvolvimento econômico e com a afirmação da identidade nacional (GOELLNER, 1996; GOMES et al., 2007). Nesse sentido, o Estado notou a importância da intervenção sobre os corpos dos cidadãos com o objetivo de torná-los saudáveis e aptos para as exigências dessa modernização. E para isso, a Educação Física e o Esporte foram identificados como os meios para o desenvolvimento das aptidões físicas e para a formação do caráter dos jovens, preparando-os para o trabalho industrial (GOELLNER, 2003).

Para tanto, o Regulamento nº 7 de Educação Física de 1934, e que perdurou até 1968, dizia:

O exercício é útil aos indivíduos dos dois sexos; entretanto, certas funções particulares às moças, impedem de aplicar-lhes os mesmos métodos que nos rapazes. [...] As moças não deverão procurar os exercícios que demandem certo desenvolvimento de força. [...] No momento da puberdade, enquanto o rapaz procura instintivamente ocasiões de produzir esforços musculares intensivos, a mulher torna-se, ao contrário, mais calma e reservada. Sua educação física deve ser essencialmente higiênica. [...] As funções fisiológicas especiais que elas têm de desempenhar e suportar são incompatíveis com um trabalho muscular intenso. [...] A mulher não é construída para lutar, mas para procriar. [...] Qualquer exercício que seja acompanhado de pancadas de choques, de choques e de golpes, é perigoso para o órgão uterino. A higiene condena sua prática pela mulher. (p. 16)

Araujo (2011), ressalta o crescimento da promoção das atividades físicas femininas nas décadas de 1930 e 1940, mas, no entanto estas deveriam condizer com os seus papéis sociais da época. Desse modo, o esporte para mulheres era incentivado como um meio de melhorar sua condição física, desde que não fosse incompatível com as características tidas como femininas, como recato, fragilidade, delicadeza e emotividade.

Segundo Adelman (2003):

No início do século XX, uma nova abordagem sobre o bem-estar físico das mulheres já permitia que algumas formas de atividade esportiva e exercício físico leves pudessem ser consideradas benéficas para a saúde das “futuras mães e esposas”. Mas, mesmo havendo uma clara prescrição sobre quais os esportes que se consideravam adequados às mulheres, estes deviam ser praticados só por mulheres jovens e solteiras, como foi no caso da natação. (p.446)

Entre as modalidades amplamente recomendadas por médicos e instrutores de educação física, a natação estava entre as principais devido a compatibilidade de suas características com a “alma” e a “estrutura” física feminina. Araujo (2011), ressalta que, além da natação, era comum os médicos recomendarem a prática de esportes como o tênis, a esgrima e o hipismo. No entanto, desde que elas não fossem praticadas em caráter competitivo, já que a fadiga excessiva geraria efeitos “danosos” ao organismo feminino e, além disso, a competição seria incompatível com a estrutura emocional das mulheres. Outros esportes, como o futebol, eram veementemente proibidos sob quaisquer circunstâncias. Ainda segundo Araujo (2011), o discurso

acadêmico serviu para afirmar valores conservadores retardando assim, o processo de desenvolvimento das demais modalidades. No caso, a natação, a esgrima, o tênis e o hipismo, eram consideradas modalidades esportivas elitizadas – o hipismo, por ser uma atividade oligárquica que contemplava homens e mulheres, e o tênis por estar identificado com a elegância das elites européias; ambos poderiam ser praticados com graça e sem interferir no encanto e feminilidade das mulheres (SCHPUN, 1997).

Na década de 1930, o esporte competitivo feminino já era uma realidade no mundo e mesmo no Brasil, principalmente no âmbito dos clubes esportivos, fundados e frequentados por comunidades oriundas de países europeus como Alemanha e Itália, nos quais a prática e o engajamento em disputas competitivas por parte das mulheres era mais comum (ARAUJO, 2011). Devido ao fato das origens do esporte feminino no Brasil estarem associadas aos clubes de elite familiar ou às associações de imigrantes da região, é possível fazer a relação e compreender como se deram as primeiras participações de mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos; como ocorreu em 1932 em Los Angeles com a nadadora, filha de alemães, Maria Lenk⁴³. A democratização do esporte para meninas e mulheres foi iniciada com a inclusão do esporte nas escolas, mas o acesso à participação plena foi limitado aos que foram convidados pelos clubes que tinham uma política inclusiva de gênero. Ainda assim, estas modificações tornaram mais fácil a possibilidade de meninas e garotas de praticar esportes, como voleibol, basquetebol, futebol, ginástica, atletismo, lutas e natação, no entanto a maioria das mulheres ainda eram apenas torcedoras nas competições masculinas (RUBIO et al., 2016; MOURÃO, 1998).

Segundo Goellner (2005), ainda que as mulheres brasileiras não tenham começado a praticar esportes na década de 1930, a participação de Maria Lenk foi um marco importante, além de ser também o ano em que as mulheres conquistaram o direito ao voto⁴⁴. A presença de Lenk nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, proporcionou a possibilidade de se criar uma nova imagem da mulher atleta, em um

⁴³ Em seu livro, Maria Lenk faz referência a sua primeira participação em uma competição ocorrida em 1930 na Associação Desportiva Floresta (atual Clube Espéria) (LENK, 1982). A partir disso, Araujo (2011) relaciona este evento ao crescimento de competições femininas e com a série de artigos publicados na Revista de Educação Física na década de 1930, que ilustram a preocupação de médicos e instrutores de educação física com o esporte competitivo feminino.

⁴⁴ Este foi um marco na história das mulheres brasileiras um símbolo da luta inquieta de Bertha Lutz. As mulheres começaram a assumir papéis importantes na sociedade, provocando mudanças e ganhando voz em sua luta (RUBIO, et al., 2016).

tempo em que a mulher correspondia mais à assistência do que à prática das atividades esportivas. Em vários discursos da época, a mulher era identificada como de natureza frágil e poderia desenvolver um corpo masculinizado caso se envolvesse em práticas competitivas específicas, como no caso de lutas e o futebol. Desse modo, na década de 1940 não era negado às mulheres o direito à prática de atividades físicas, mas essas ainda não poderiam ter nenhum tipo de contato físico intenso ou esforço excessivo (SILVA, 2015). Esta e as outras condições são bastante enfatizadas pelo fato deste ser um momento histórico onde a prática de Educação Física no Brasil por mulheres estava em vias de ser significativamente limitada pelo poder público.

Segundo Goellner (2005), a prática esportiva, o cuidado com a aparência, a mudança de atitude, o desnudamento do corpo ou o uso de artifícios estéticos, por vezes eram identificados como de natureza vulgar não só por moralistas, médicos, juízes e religiosos, mas por grande parte das mulheres. Muitas destas partilhavam de uma moral rígida, cujos preceitos denunciavam um ato de desonra em especial porque pareciam abrandar o discurso da maternidade como uma obrigação feminina. Ou ainda, como sendo a mais nobre missão da mulher.

Por outro lado, o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, eram práticas comuns ao universo da cultura física. Estas quando eram relacionadas às mulheres, despertavam suspeitas pois pareciam diminuir certos limites que contornavam a imagem ideal feminina. Nesse sentido, pareciam ainda, desestabilizar o terreno criado e mantido sob domínio masculino cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas (GOELLNER, 2005).

De acordo com Goellner (2005) e Rubio et al. (2016), este temor fez com que em 1941, o General Newton Cavalcanti apresentasse ao Conselho Nacional de Desportos (CND), algumas instruções que considerava necessárias para a regulamentação da prática dos esportes femininos. Estas serviram de base para a elaboração de um documento que oficializou a interdição das mulheres a algumas práticas esportivas na década de 1960.

Segundo o artigo 54 do Decreto-Lei nº 3.199, publicado em 14 de abril de 1941, “Às mulheres não se permitirá a prática de esportes incompatíveis com as

condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Esportes baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

Desse modo, as praticas esportivas femininas estavam nas mãos do CND. Segundo Silva (2015), o crescimento, principalmente, do futebol feminino e a sua visibilidade na imprensa⁴⁵ se tornaram fatores que motivaram a ações do CND para frear esta situação. Com isso, em 02 de outubro de 1965, a instituição colocava em prática uma prerrogativa concedida à entidade pelo governo Vargas, que permitia o CND deliberar sobre o assunto. A Deliberação nº 7 dizia:

Baixa instruções às entidades esportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres.

Nº 1: às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

Nº 2: Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rúgbi, halterofilismo e baseball.

Conforme Goellner (2005), outras modalidades foram permitidas às mulheres, desde que dentro de determinados limites, como por exemplo o remo – que poderia ser praticado, desde que não fosse competitivo e tivesse como objetivo a correção de defeitos orgânicos; além de diversas provas do atletismo, que poderiam ser exercitadas, desde que exigissem menos esforços que as masculinas.

Esta interdição durou até 1979, ano em que foi revogada. No entanto, Goellner (2005) cita que mesmo que existissem documentos oficiais, as práticas esportivas fascinavam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções morais e sociais, aderiram à sua prática independente do discurso hegemônico da interdição. Segundo a autora, as mulheres incentivadas ou não, a participarem de determinadas modalidades, ampliaram a participação feminina nos esportes e possibilitou a emergência de competições de grande porte destinadas exclusivamente às mulheres durante a década de 1930 até o final da década de 1950. Dentre elas: em 1935, os Jogos Femininos do Estado de São Paulo – reunindo mulheres em atividades poliesportivas (TAVARES E PORTELA, 1998); os Jogos da Primavera, organizado

⁴⁵ Para maior aprofundamento: SILVA, G. C. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2015

pelo jornalista Mário Filho, com sua primeira edição em 1949, envolvendo clubes, escolas e associações (MOURÃO, 1998); e os Jogos Abertos Femininos, idealizado pelo também jornalista Túlio de Rose, realizados em Porto Alegre entre 1954 e 1963, com o objetivo de incentivar as mulheres à prática de esportes assim como dar visibilidade aos clubes e agremiações do Rio Grande do Sul (GOELLNER, 2005).

Segundo Goellner (2005), estas competições possibilitaram a emergência de atletas mais qualificadas para integrarem as equipes estaduais e nacionais para disputar eventos nacionais e internacionais. No intervalo entre o final da década de 1950 e o início dos anos de 1960, começaram a surgir ícones femininos no esporte brasileiro como a tenista Maria Esther Bueno⁴⁶, única brasileira a ser incluída no Hall da Fama do tênis internacional, e Aída dos Santos, a primeira mulher a disputar uma final olímpica (atletismo – salto em altura) em Tóquio-1964.

No final da década de 1960 e por toda a década de 1970, o Brasil passava por momentos de tensão devido a ditadura militar e vivia sob as restrições dos atos institucionais. Ainda assim, com a aprovação da lei de divórcio em 1977, consolidava-se novos arranjos familiares e mudanças iniciadas nas décadas anteriores que gradualmente transformaram a estrutura patriarcal da sociedade (MESQUITA; NASCIMENTO, 2011; RUBIO, 2015). Mesmo sob a norma discriminatória da Deliberação nº 7, quatro judocas brasileiras participaram do Campeonato Sul-Americano de 1979, no Uruguai, com nomes de homens, fato que desencadeou a substituição da disposição do CND. E então, em 1985, uma Comissão de Reformulação do Esporte Nacional foi criada e propunha mudanças na estrutura legal do esporte brasileiro. A Constituição Federal, em seu artigo 217, abriu caminho para um novo conceito legal, constitucionalizando e indiscriminando o esporte como um direito de cada de todo cidadão brasileiro (TUBINO, 1996).

Na década de 1970, marcada pelos movimento sociais articulados por grupos de oposição ao regime militar, também seria o início da segunda onda do movimento feminista no Brasil (PINTO, 2003). Nesse período, as mulheres também começaram a adentrar outras esferas no meio esportivo, enfrentando preconceitos também como

⁴⁶ Maria Esther Bueno venceu 19 torneios de *Grand Slam* entre 1958 e 1968 – 7 na categoria simples; 11 em duplas femininas; 1 em duplas mistas. Foi considerada a tenista número 1 no ranking internacional em 1959, 1964 e 1966. Ganhou três medalhas na edição dos Jogos Pan-Americanos de São Paulo-1963, no entanto não participou de nenhuma edição dos Jogos Olímpicos devido ao tênis ser considerado um esporte profissional e por isso este se manteve fora do programa olímpico entre 1928 e 1988.

profissionais do esporte. No caso de Lea Campos, considerada a primeira mulher árbitra de futebol profissional do mundo, que teve que esperar quatro anos para ter seu diploma de árbitro reconhecido pela FIFA, após ter concluído o curso de oito meses na escola de árbitros da Federação Mineira de Futebol, em 1967. Após sofrer represálias, inclusive do dirigente esportivo João Havelange, Lea Campos recorreu ao então presidente Emílio Garrastazu Médici para conseguir tal reconhecimento, pois a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), segundo a Constituição, não permitia sua atuação. Após conseguir driblar a Deliberação nº 7, que determinava que as mulheres não podiam praticar determinados esportes, no entanto, não havia nenhuma referência sobre a prática da arbitragem, fez com que fosse concedido à Lea o direito para atuar (GOELLNER, 2005; SILVA, 2015).

Em outro meio onde a atuação feminina ainda era extremamente restrita se referia ao trabalho voltado para a parte técnica, embora hoje ainda seja um espaço de domínio masculino, em especial, nas equipes de alto nível. Após ter participado da edição dos Jogos Olímpicos de Londres-1948, Benedicta Oliveira se formou em Educação Física e se tornou a primeira mulher técnica no atletismo brasileiro, também tendo que enfrentar muitas barreiras para conseguir iniciar seus trabalhos. No início atuou como técnica das equipes femininas do Clube Espéria e, em 1965 foi convidada para comandar a Seleção Brasileira de Atletismo no Campeonato Sul-Americano. Também atuou como supervisora das equipes femininas de atletismo nas edições dos Jogos Pan-Americanos de 1971, 1975 e 1983, e nos também nos Jogos Olímpicos de Montreal-1976 (RUBIO, 2015; GOELLNER, 2005).

De acordo com Goellner (2005), a partir da segunda metade do século XX, as modalidades como voleibol, basquetebol, natação, tênis e atletismo tornam-se cada vez mais praticadas, possibilitando um avanço significativo da participação das mulheres em competições nacionais e internacionais. As modalidades coletivas começavam a ter destaque em campeonatos sul-americanos, pan-americanos mundiais, principalmente pelo processo de profissionalização do esporte que ocorria a partir da década de 1980, marcado pelo ingresso dos patrocínios de empresas privadas e estatais.

A evolução da participação da mulher no esporte se deu acompanhando a emancipação feminina na sociedade, e também pelos esforços das protagonistas do esporte. Mesquita e Nascimento (2011), citam como exemplo a jogadora de voleibol Jacqueline Silva, que jogou no período dessa transição entre amadorismo e

profissionalismo e ousou desafiar a (des)ordem estabelecida para reivindicar melhores condições para as jogadoras do Brasil:

Os uniformes da seleção brasileira ganharam patrocinador e Jackie decidiu reivindicar participação nos lucros gerados por aquela transação. Diante da negativa dos dirigentes, ela passou a usar a camiseta e demais peças do lado avesso, levando à sua dispensa da seleção (RUBIO, 2004, p. 231).

Nesse período, a transformação dos papéis sociais femininos, que já estavam em curso, se acentuaram no Brasil, com reflexo na participação da mulher no esporte devido à aceitação social da mulher atleta por conta de suas conquistas. Nesse sentido, o caminho percorrido rumo à diminuição da discriminação e ao reconhecimento da mulher como atleta fica evidente quando se sabe que há poucas décadas as modalidades como futebol, polo, halterofilismo e todas as lutas eram proibidas para as mulheres (MESQUITA; NASCIMENTO, 2011).

O início da participação feminina no esporte brasileiro se deu a partir de esforços individuais mais do que coletivos, permanecendo dessa forma por várias décadas. Além disso, a superação dos desafios postos em relação ao acesso ao esporte continua sendo resultado da conquista das mulheres brasileiras pelo seu próprio espaço, provando que elas são capazes. Ao alcançarem as habilidades corporais que rompem com o estereótipo estético feminino e se aproximarem das práticas corporais associadas a empoderamento da masculinidade, trouxe às mulheres uma maior liberdade de escolha desportiva. As mulheres brasileiras tornaram possível o esporte através de suas conquistas e legitimaram sua presença na vida de meninas e mulheres (RUBIO et al., 2016).

3.3.3.2 As mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos

O início da participação de mulheres atletas brasileiras em Jogos Olímpicos se assemelhou do movimento ocorrido na Europa algumas décadas antes, no que se refere as primeiras competições disputadas, ou seja, os esportes individuais que estavam relacionados a graciosidade do corpo feminino, como a natação e a esgrima. No Brasil, embora as atividades esportivas para mulheres fossem restritas em espaços públicos, a maioria dos atletas da década de 1930 treinavam em associações e clubes desportivos privados, fundados e frequentados por imigrantes ou descendentes de imigrantes, vindos de países onde a participação desportiva, inclusive a participação

de mulheres, era muito mais comum do que no Brasil (RUBIO, 2014a; MATHIAS, 2011; HARGREAVES, 1994). Por exemplo, as olímpicas Maria Lenk e sua irmã Sieglind Lenk, filhas de pais alemães, receberam na infância suas primeiras aulas de natação de seu pai, Paul Lenk (LENK, 1982). Isto era bastante comum, pois a natação era um esporte individual, e não em equipe, e os treinamentos ocorriam nos clubes com apoio e supervisão dos pais.

Dessa forma, a primeira participação olímpica feminina brasileira ocorreu em Los Angeles-1932, como citado anteriormente, pela nadadora Maria Lenk. Aos 17 anos, disputou três provas na natação – modalidade bem estabelecida no programa olímpico, principalmente por ser recomendada pelos médicos para fins eugênicos – e, inclusive, se tornaria também a primeira mulher sul-americana a competir nos Jogos Olímpicos.

Na edição olímpica seguinte, em Berlim-1936, a delegação brasileira teve a participação de mais cinco atletas, além de Maria Lenk, sendo quatro na natação – Sieglind Lenk, Piedade Coutinho, Scylla Venâncio e Helena de Moraes Salles; e uma atleta da esgrima, Hilda Von Puttkammer (RUBIO, 2014a). A esgrimista, seria a primeira atleta sul-americana a participar da modalidade, e para os Jogos Olímpicos de Londres-1948, ao recusar o convite da convocação e liderar um movimento para a realização de seletivas para que outra atleta fosse em seu lugar, Hilda foi banida do esporte por a sua atitude ter sido considerada uma rebelião (RUBIO, 2015).

Em 1939, Maria Lenk quebrou os recordes mundiais nas provas dos 200 e 400 metros borboleta, tendo grandes chances de conquistar o que seria a primeira medalha para as mulheres. No entanto, por causa da Segunda Guerra, as edições de 1940 e 1944 foram canceladas e a oportunidade da natação feminina brasileira ganhar uma medalha teve que esperar até os Jogos Olímpicos de 2016.

Nos Jogos Olímpicos de Londres-1948, o atletismo feminino já contava com mais provas do que no início de sua luta pela inclusão no programa olímpico em 1928. Ao acompanhar o movimento feminino mundial na modalidade, alguns líderes esportivos brasileiros, como Silvio Guimarães, o segundo secretário da Liga Carioca de Atletismo, expressaram sua preocupação com o fracasso do Brasil em apoiar as atletas femininas (HARGREAVES, 1994; ARAUJO, 2011). Ao fazer esta observação, Guimarães declarou: “é impressionante a indiferença, até agora, em relação ao atletismo feminino. A nossa [sociedade] desconhece o papel notável que as mulheres estão mostrando nos jogos de atletismo no cenário internacional?” – se

referindo diretamente à França, à Itália, aos EUA e à Tchecoslováquia, e complementou: “as competições femininas nesses países são talvez muito mais importantes hoje do que nossas competições masculinas” (ARAUJO, 2011, p.142).

De acordo com Araujo (2011), este exemplo sugere a existência de uma pressão internacional, mesmo que de forma indireta, para incentivar a participação de meninas e mulheres brasileiras em esportes competitivos, caso a nação desejasse acompanhar a tendência internacional. Apesar desta pressão, foi apenas nos Jogos Olímpicos de Londres-1948 que mulheres brasileiras participaram das competições de atletismo.

Nesta edição olímpica, cinco atletas participaram das disputas da natação e seis no atletismo, dentre elas Benedicta de Oliveira, Elisabeth, Müller, Gertrude Morg, Helena de Menezes, Lucila Pini e Melanie Luz. Alguns jornais da época destacaram o esforço e talento das atletas após seu retorno, e durante uma das entrevistas, a atleta Benedicta de Oliveira chamou atenção para um fato que expressava a falta de incentivo do atletismo feminino no Brasil em relação à outros países, como havia pontuado Guimarães anteriormente: “Não tivemos êxito porque nossas adversárias europeias e norte-americanas são muito mais desenvolvidas tecnicamente do que nós, só por isso perdemos”⁴⁷.

De acordo com Rubio (2014a), se as décadas de 1930 e 1940 marcaram o estabelecimento e a aceleração da participação esportiva entre as mulheres no Brasil e criaram a expectativa de que a participação continuaria a expandir-se, as décadas de 1950 e 1960 marcaram a estagnação desse processo. Isto seria representado pela diminuição da delegação feminina nos Jogos Olímpicos de Helsinque-1952, com apenas quatro atletas, enquanto o número de atletas da delegação masculina crescia, principalmente pela estreia do futebol brasileiro, além da participação dos times de basquetebol e polo aquático (RUBIO, 2015). Até aquele momento, exceto a participação da esgrimista Hilda Von Puttkammer, as mulheres só haviam competido nas de provas de natação e atletismo, não sendo consideradas as modalidades coletivas, muito embora o voleibol e o basquetebol já fossem praticados em clubes e universidades. Durante a década de 1950, o programa olímpico brasileiro continuava a ignorar os esportes coletivos para as mulheres (ARAUJO, 2011).

⁴⁷ A Tribuna, 1948; Folha da Noite, 1948.

As três edições olímpicas seguintes, seguiriam por caminhos mais sombrios em relação ao progresso das mulheres atletas no Brasil, indo em sentido contrário às principais potências mundiais, que apostavam no desempenho de suas mulheres para conquistar medalhas e demonstrar sua potência enquanto nação no início da Guerra Fria. Nos Jogos Olímpicos de Melbourne-1956, Roma-1960 e Tóquio-1964, o Brasil teve apenas uma representante feminina. A atleta Mary Dalva Proença competiu nos saltos ornamentais na prova de plataforma; na edição seguinte, Wanda dos Santos, que já havia participado dos Jogos Olímpicos de Helsinque-1952, competiu novamente na prova dos 80 metros com barreiras, no atletismo; e em 1964, Aída dos Santos viajava para o Japão para competir no salto em altura. No caso de Aída, a atleta havia feito o índice olímpico durante a competição do Troféu Brasil, mas ainda assim teve que passar por mais cinco fases classificatórias para “reforçar” o índice já conquistado. Ao chegar em Tóquio para a disputa olímpica, Aída não recebeu apoio da confederação brasileira, não tinha uniforme ou sapatilhas e nem técnico. Com a ajuda de atletas estrangeiras na competição, Aída conquistou o 4º lugar, sendo a primeira brasileira a disputar uma final olímpica (RUBIO, 2014a; 2015).

As poucas atletas que competiram nas edições olímpicas nesse período e a falta de apoio ao esporte feminino, estava relacionado ao artigo 54 do Decreto-Lei nº 3.199 de 1941, já citado, e posteriormente a Deliberação nº 7 do CND. Com isso, a edição olímpica da Cidade do México-1968, contou com a participação de três atletas, Lucia Faria, a primeira amazona a competir pelo Brasil no hipismo, e Maria da Conceição Cipriano, no salto em altura, e Aída dos Santos, agora disputando a prova do pentatlo do atletismo. Nos Jogos Olímpicos de Munique-1972, as mulheres da natação voltavam as competições e o hipismo se mantinha; no total cinco atletas participaram desta edição. Para os Jogos Olímpicos de Montreal-1976, mesmo com a inclusão do basquetebol e handebol para as mulheres, como as primeiras modalidades coletivas a integrarem o programa olímpico feminino, a delegação brasileira contou com sete atletas da natação e atletismo (RUBIO, 2015).

As edições olímpicas de Moscou-1980 e Los Angeles-1984, foram marcadas pelos boicotes de países dos bloco capitalista e socialista. Por este motivo, as lacunas deixadas pelos países que não aderiram às competições deveriam ser preenchidas, dando a chance para outros países disputarem as melhores colocações (HARGREAVES, 1994). Segundo Rubio (2004), ironicamente os boicotes nestas duas edições beneficiaram as mulheres brasileiras que participavam de esportes que

não fossem natação ou atletismo. As diferenças técnicas entre as atletas brasileiras e as atletas européias ou norte-americanas perduravam, e inclusive já haviam limitado a participação das mulheres brasileiras nos esportes que exigiam a qualificação através de conquistas em competições internacionais. No entanto, com os boicotes nos Jogos Olímpicos de Moscou-1980, os padrões de qualificação foram modificados, fazendo com que as atletas brasileiras pudessem competir na ginástica, tiro com arco e, pela primeira vez, em um esporte coletivo, o voleibol. Segundo Nascimento e Batista (2011), sob uma perspectiva pragmática, a ascensão significativa no número de atletas brasileiras nesta edição se deu, principalmente, pela participação do voleibol. Nesse sentido, esta foi a oportunidade para que então 12 jogadoras debutassem nos Jogos Olímpicos e se mantivessem por todas as edições seguintes.

Em Los Angeles-1984, as mulheres brasileiras estrearam no tênis, tiro, nado sincronizado e ginástica rítmica. A partir disso, segundo Rubio (2014a), a disparidade entre a participação de atletas homens e mulheres brasileiros diminuiu constantemente. A autora, baseada nos dados do COI, afirma que a delegação brasileira em Moscou-1980 consistiu em 109 atletas, sendo 94 homens e 15 mulheres – 13,8% do total de atletas. Enquanto em Los Angeles-1984, o número de atletas aumentou para 151, sendo 129 homens e 22 mulheres – 14,5% do total de atletas. Segundo a autora, embora a porcentagem de atletas femininas tenham sido baixas, os números absolutos representaram mudanças inimagináveis em períodos anteriores. Por sua vez, isto se tornou uma fonte de inspiração das próximas gerações de meninas atletas para terem seus próprios sonhos olímpicos. E como resultado, as atletas femininas constituíram 26% da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992, sendo 51 mulheres de 197 atletas. Uma edição antes, em Seul-1988, as mulheres brasileiras eram 33 e competiram em duas modalidades que nunca haviam participado, a ginástica artística e o vela (RUBIO, 2015).

A partir do início da fase de profissionalismo, os Jogos Olímpicos se tornaram uma vitrine para marcas de roupas, equipamentos e até mesmo alimentos de se associarem com este, que era o maior evento esportivo mundial, e também com seus protagonistas, os atletas. O quadro geopolítico havia mudado bastante desde a última edição em Seul-1988, e atletas profissionais de várias modalidades compunham o espetáculo que havia se tornado os Jogos Olímpicos. O esporte, sua organização e estrutura, trariam mudanças também em relação a participação das mulheres brasileiras.

Para o Brasil, nos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992, houve, não somente, o aumento do número das atletas brasileiras, como também uma maior diversidade das modalidades disputadas. Esta edição, marcaria a inclusão das mulheres brasileiras em esportes que antes não lhe eram permitidos pela Deliberação nº 7, como foi o caso do judô. Além deste, as mulheres competiram no tênis, tênis de mesa, ciclismo e no basquetebol, sendo a segunda modalidade coletiva feminina disputada.

Com isto, as mulheres brasileiras chegariam aos Jogos Olímpicos de Atlanta-1996 para entrar para a História do esporte feminino. Após 64 anos da primeira participação olímpica feminina brasileira, as primeiras medalhas foram conquistadas. De acordo com Rubio (2007), as conquistas das mulheres se tornaram indispensáveis na busca do Brasil por um bom lugar no quadro de medalhas, considerado por alguns dirigentes esportivos como símbolo de poder da nação, bem como o sucesso da política esportiva do Brasil. Em 1996, as olímpicas brasileiras conquistaram a medalha de bronze no voleibol; as medalhas de prata no vôlei de praia e no basquete feminino; e a medalha de ouro também no vôlei de praia. Para Rubio (2014a), isto é um indicador da importância que os esportes femininos têm para a cultura esportiva do Brasil.

Os Jogos Olímpicos de Atlanta-1996, também ficaram marcados pela inclusão do futebol feminino, competição que contou com a presença das mulheres brasileiras. Somente nos Jogos Olímpicos de Sydney-2000, todas as seleções femininas das principais modalidades coletivas conseguiram se classificar para uma edição olímpica, com a estreia do handebol brasileiro. Até então o número de atletas homens e mulheres participantes era extremamente desigual, mas no entanto em Sydney as mulheres representavam 46% do total de atletas. Nesta edição, as brasileiras conquistaram a medalha de prata no vôlei de praia e as medalhas de bronze no basquetebol, voleibol e também no vôlei de praia (RUBIO, 2015).

Para os Jogos Olímpicos de Atenas-2004, pela primeira vez os atletas brasileiros obtiveram o apoio de verbas do governo, provenientes da Lei nº 10.264/2001, conhecida como Lei Piva. Esta é apontada como um fator imprescindível para o esporte brasileiro, tendo seus reflexos percebidos na competição olímpica. O futebol feminino, mesmo com pouco incentivo da CBF, mas sob o comando do técnico René Simões conquistou a medalha de prata, assim como a dupla Adriana Behar e Shelda no vôlei de praia. Ainda que conquistada duas

medalhas, outras mulheres se aproximaram do pódio no taekwondo, basquetebol, voleibol, natação e ginástica artística (RUBIO, 2015).

O fato das dez primeiras medalhas femininas terem sido conquistadas nas últimas três edições olímpicas e, sobretudo em modalidades coletivas, seria mudado nos Jogos Olímpicos de Pequim-2008, com as conquistas das medalhas pelas mulheres de esportes individuais. As medalhas de ouro foram conquistadas no atletismo por Maureen Maggi no salto em distância, e pela equipe de voleibol; a seleção de futebol repetiu a medalha de prata conquistada na edição anterior; e as medalhas de bronze foram obtidas por Ketleyn Quadros no judô, Natalia Falavigna no taekwondo e por Fernanda Oliveira e Isabel Swan na vela. Também, após a equipe da Rússia que participou da prova do atletismo dos 4x100 metros, ser pega no exame antidoping, as brasileiras Rosângela Santos, Lucimar Moura, Rosemar Coelho Neto e Thaissa Presti herdaram a medalha de bronze nove anos depois. Na edição olímpica de Pequim-2008, as mulheres representariam 48% dos 277 atletas brasileiros (RUBIO, 2015).

A edição dos Jogos Olímpicos em Londres-2012, traria um fato interessante se pensarmos sobre o esporte feminino no Brasil na metade do século XX. O boxe, considerado muito violento para ser praticado por mulheres e que estava relacionado na lista de modalidades femininas proibidas pela Deliberação nº 7, finalmente é incluído no programa olímpico, depois de muita resistência por parte do COI. Logo em sua estreia, a brasileira Adriana Araújo conquistou a medalha de bronze, quebrando preconceitos não apenas da modalidade, como também de sua versão feminina. Além do feito de Adriana, outras duas mulheres conquistaram as medalhas em esportes, uma vez considerados, masculinizados – Mayra Aguiar – bronze no judô, Yane Marques – bronze no pentatlo moderno e Sarah Menezes – ouro no judô. As atletas do vôlei de praia, Juliana e Larissa, também conquistaram a medalha de bronze, e a seleção de voleibol repetiu o resultado da última edição e se consagrou bicampeã olímpica (RUBIO, 2015).

Nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro-2016, Mayra Aguiar se tornou a primeira atleta a ganhar duas medalhas olímpicas em esporte individual ao repetir o resultado passado; além da conquista das medalhas de ouro de Rafaela Silva, também no judô, e de Martine Grael e Kahena Kunze na vela; Agatha e Bárbara manteriam o Brasil no pódio no vôlei de praia, com a prata; e Poliana Okimoto conquistou a

primeira medalha da natação feminina, após 84 anos da estreia de Maria Lenk na modalidade – bronze na maratona aquática.

Além disso, as atletas brasileiras tiveram a oportunidade de competir no polo aquático por ser o país sede – modalidade popular em meados do século XX entre os homens, no entanto pouco praticado pelas mulheres. Além de ter a inclusão do rúgbi 7 no programa olímpico, tanto para homens, como para mulheres. Dessa forma, todos os esportes presentes na Deliberação nº 7 já não são mais impedidos de serem praticados pelas mulheres, inclusive nos Jogos Olímpicos (RUBIO, 2015).

3.3.3.3 O profissionalismo e os processos migratórios

A partir de suas pesquisas envolvendo os atletas olímpicos brasileiros, Rubio (2017), afirma que o esporte no Brasil se apresenta como um fenômeno causador de deslocamentos e processos migratórios. No entanto essa temática é ainda pouco estudada no que se refere a essa população, embora tenha sido estudado em outros países em relação ao futebol masculino profissional. A autora sugere que estes deslocamentos, quando pensados a partir dos atletas olímpicos, ganham contornos específicos relacionados a sua ocorrência precoce e a intensidade, principalmente a partir do processo de profissionalização iniciado na década de 1980 (RUBIO, 2015; 2017; NUNES, 2011; PISANI, 2012).

Como citado anteriormente, o processo de profissionalização do esporte alterou radicalmente sua estrutura, bem como a posição do sujeito atleta dentro do movimento olímpico, principalmente por seus desempenhos terem ganhado um novo enfoque e importância em relação à posição que esta ocupava no início da história olímpica contemporânea. Nesse sentido:

[...] os interesses políticos latentes passaram a se somar às necessidades econômicas manifestas, tanto na manutenção do sistema esportivo geral como na realização dos Jogos Olímpicos em particular, tornando as fronteiras entre o público e privado, entre os interesses nacionais e internacionais fluídas e frágeis (RUBIO, 2017, p.57).

Para tanto, como um trabalhador em busca de disponibilizar sua mão de obra qualificada no mercado, o atleta vive intensamente, desde muito cedo, o processo de migração atrás de melhores oportunidades para desenvolver suas habilidades e fazer desta sua profissão. Muitas vezes, este deslocamento envolve experiências de perdas

de ordem familiar, social, cultural e emocional, mas também a obtenção de novos valores que reorganizam sua subjetividade (RUBIO, 2017).

De acordo com Rubio (2017), os atletas brasileiros de estados carentes de políticas para o desenvolvimento esportivo, são levados a locais específicos para a prática esportiva especializada em busca de condições de treino, principalmente nas regiões sul e sudeste. Devido às diferenças regionais, este deslocamento provocado pela necessidade de melhores condições materiais para o desenvolvimento de sua carreira, desencadeia um processo de adaptação, socialização e aculturação dentro de diferentes padrões e nem sempre de fácil assimilação. Estas diferenças, referentes à questões mais simples até as mais complexas, relacionadas a comida, o clima, as formas de linguagem de cada região, podem fazer com que o atleta, por vezes se sinta um estrangeiro dentro do próprio país, dificultando assim sua adaptação e comprometendo seu desempenho atlético.

Em relação às mulheres olímpicas brasileiras, Melo e Rubio (2017) iniciaram um estudo sobre as migrações e deslocamentos destas atletas, classificando-as em migrações nacionais e migrações internacionais e relacionando com o histórico e características de cada modalidade.

As autoras apontam que as olímpicas brasileiras são originárias de 24 estados, além do Distrito Federal, e aquelas nascidas nas regiões norte, nordeste e centro-oeste vivenciaram mais intensamente a migração nacional em busca de melhores oportunidades e infraestrutura de treinamento. As migrações nacionais têm maior ocorrência entre atletas da natação, atletismo, futebol, voleibol, triatlo, judô e ginástica rítmica – modalidades que possuem centros/clubes referenciados ou adequados para as confederações. Em relação as migrações internacionais, estas ocorrem quando as atletas estão um pouco mais estabelecidas na modalidade e aquelas de esportes coletivos como basquetebol, voleibol, handebol e futebol, vivenciam esta experiência com mais frequência. Estas atletas saem em busca de oportunidades de jogarem em times internacionais que as proporcionem melhores salários. Os destinos mais pretendidos são Estados Unidos e países do continente europeu – cada esporte tem países como principais referências. Por outro lado, as atletas de modalidades individuais partem em busca de aprimoramento esportivo ou pela oportunidade de realizar um curso superior – o destino mais procurado são os Estados Unidos (MELO; RUBIO, 2017).

Basquete

No caso específico do basquetebol, a modalidade se desenvolveu muito na cidade de São Paulo e principalmente nas cidades do interior do estado, onde se instalaram grandes times femininos e masculinos. Com isso, as medalhista olímpicas do basquetebol são todas provenientes do estado de São Paulo, com exceção de uma atleta, e as migrações nacionais ocorreram também dentro do estado.

O que se observa é o grande número de atletas naturais de cidades onde a modalidade já era consagrada, contudo, elas acolheram times que mudaram de nome durante a fase do profissionalismo, atendendo assim às demandas do mercado – com essa demanda as equipes passaram a adotar o nome de empresas e não mais o da cidade; o mesmo ocorreu com o voleibol (MELO; RUBIO, 2017).

No basquetebol observa-se o fenômeno de imigrações locais, posto que os deslocamentos ocorrem para localidades próximas e conhecidas, embora atendessem à necessidade de busca de trabalho (MELO; RUBIO, 2017).

Futebol

De acordo com Pisani (2012), o futebol praticado por mulheres permaneceu, por muito tempo, como prática desportiva amadora. Somente com a criação da Lei Pelé, que regula os desportos nacionais, é que o futebol de mulheres começou a ser, mesmo que minimamente, organizado e profissionalizado.

As migrações nacionais no futebol feminino, ocorrem principalmente para cidades da região sudeste e muitas vezes pela falta de apoio e de salários ou pelo fim das equipes. Há poucos times bem estabelecidos no Brasil e frequentemente equipes são criadas apenas para participar de determinado campeonato e depois são desfeitas, fazendo com que suas jogadoras vivam mais intensamente estas mudanças, carregada por inseguranças em relação ao próximo destino e quanto tempo ele irá durar.

Em relação às migrações internacionais, as jogadoras vão em destino aos Estados Unidos, continente europeu e alguns países asiáticos onde a modalidade tem bom apoio e prestígio.

Voleibol

A profissionalização do voleibol serviu como modelo para outras modalidades que buscaram as condições materiais para ampliar o número de praticantes e organizar campeonatos tão rentáveis. No entanto, somente na década de 1990 que as atletas

usufruíram efetivamente do profissionalismo honestamente remunerado. Isso explica a grande mobilidade vivida de atletas da modalidade que não apenas transitaram pelo país onde o mercado de trabalho apresentava oferta variada tanto na região sul, como na Sudeste, e também ampliou as fronteiras levando atletas a jogarem em países como Japão, Itália e Turquia, ampliando os horizontes das gerações posteriores (RUBIO, 2017).

Rubio (2017) ressalta que, similar ao que ocorreu com o basquetebol, ao longo da década de 1990 os times perderam a identidade com a cidade onde eles desenvolviam suas atividades e passam a depender mais e mais das empresas patrocinadoras, o que obriga os atletas a mudar de cidade sempre que assim a empresa o desejar, em função da estrutura oferecida para seu estabelecimento. Colabora para essa situação os contratos por temporada, e não anuais, obrigando os atletas a se mobilizarem em busca de novas oportunidades sempre que uma empresa desistia de manter uma equipe competitiva.

Nesse sentido, Rubio (2017) faz referência a afirmação de Briggs (1980) sobre o entendimento das motivações daqueles que migram: “[...] parece ser a resultante de uma acumulação de muitos temores e esperanças, da interação de muitas forças coletivas” (p.631).

4. ENTRE A MEMÓRIA E A RECRIAÇÃO

4.1 Apresentação das atletas e pós-atletas

Nesse tópico serão apresentadas as atletas/pós-atletas escolhidas para compor a amostra do trabalho. Como mencionado no item metodológico, as histórias a seguir foram construídas a partir da recriação das narrativas e buscou-se manter as características das colaboradoras, percebidas durante a análise da narrativa. Também será feita uma introdução à modalidade para situar as narrativas.

Em seguida a história da atleta/pós-atleta, será feita uma apresentação a partir da fala da própria participante com o intuito de oferecer ao leitor um mergulho na vida da narradora por ela mesma, formando uma imagem do que foi recriado anteriormente. Uma forma de se deixar ver...

4.1.1 Basquetebol

Embora a estreia feminina no basquetebol só tenha ocorrido em 1992, é importante ressaltar que a modalidade já era praticada no Brasil pelas mulheres desde o final do século XIX, quando o esporte foi apresentado em colégios e universidades estadunidenses existentes no estado de São Paulo. Os campeonatos brasileiros femininos passaram a ser organizados pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em 1940, e tendo a seleção paulista como a primeira campeã. De acordo com Guedes (2009), este foi um fator decisivo para a formação de uma equipe nacional e em seguida a formação da primeira seleção brasileira feminina de basquetebol. Esta participou da primeira edição do Campeonato Mundial em 1953, ficando em 4º lugar. A seleção feminina se manteve presente nas demais edições do campeonato, exceto a de 1959, demonstrando o interesse e envolvimento pela modalidade.

Desta forma, o basquetebol feminino era bastante desenvolvido, se comparado com outros esportes femininos, quando fez sua estreia nos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992. Em 1991, a equipe brasileira havia conquistado o primeiro lugar nos Jogos Pan-Americanos de Havana, recebendo a medalha de ouro das mãos de Fidel Castro, após derrotarem as cubanas na final; e em 1994, conquistaram o título do Campeonato Mundial, realizado na Austrália, ao derrotar os EUA na semifinal e a China na final (GUEDES, 2009; RUBIO, 2015).

Janeth Arcain

Janeth dos Santos Arcain nasceu em 11 de abril de 1969 na cidade de São Paulo, embora tenha sido registrada em Carapicuíba, cidade de seus avós onde passava a maior parte do tempo enquanto sua mãe ia trabalhar. Logo se mudaram para Osasco e por lá ficaram por quatro, cinco anos, até retornarem para São Paulo.

Janeth sempre foi muito moleca e quando não estava na escola, brincava bastante na rua, já que tinha a permissão de sua mãe. Durante as aulas de Educação Física aproveitava ao máximo os 45 minutos que tinha para fazer o que mais gostava, jogar todos os esportes: voleibol, handebol, futebol ou basquetebol. Em 1983, ao assistir pela televisão o Campeonato Mundial de basquetebol que estava sendo realizado ali perto, no Ginásio do Ibirapuera, Janeth começou a se empolgar e se sentiu incentivada pelo esporte. Isso a impulsionou a buscar lugares para praticar a modalidade, e foi então que sua mãe a levou para o Sport Club Corinthians. Mas lá não havia exatamente o que Janeth procurava, mesmo assim ela iniciou os treinamentos de voleibol, mas manteve seu pensamento no basquetebol. Sabendo desse desejo de Janeth, sua professora de Educação Física da escola a levou para fazer um teste na equipe de Catanduva, já que o técnico de basquetebol era seu conhecido. Convicta de sua escolha, e mesmo com todos os argumentos de seu técnico de voleibol para mantê-la na modalidade, Janeth se mudou para Catanduva.

Aos 13 anos a carreira de Janeth no basquetebol começava no Higienópolis de Catanduva. Sua mãe, mesmo receosa com a ideia de a filha ficar fora de casa, morando em uma cidade há 5 horas de viagem dali, apoiou a decisão e por muitas ligações telefônicas acolheu as saudades e incertezas da filha, incentivando-a a continuar. Janeth morava em uma república dentro do clube e passava todo tempo, quando não estava na escola, dentro das quadras. Por ter um porte físico alto e gostar muito de treinar, ela se destacou logo no primeiro jogo, apenas três meses após sua chegada ao time. Se tornou campeã mirim e eleita a melhor jogadora do campeonato. Fato que iria se repetir em todas as categorias em que Janeth passou até chegar à adulta.

Após 3 anos, aos 16 anos de idade, Janeth recebeu um convite de Maria Helena Cardoso para jogar pela equipe de Piracicaba. Na época Maria Helena era também a técnica da Seleção Brasileira feminina. Em seu primeiro ano em Piracicaba, Janeth pode experienciar o clima de treinamento da Seleção Brasileira adulta, realizando a primeira parte do seu sonho. Além disso, pode integrar também a equipe

juvenil no campeonato Sul-Americano, conquistando sua primeira medalha pela Seleção Brasileira.

O basquete estava se tornando seu modo de vida, uma maneira de superar as dificuldades que sua humilde família passou por tantos anos. Comparando sua trajetória com a de um cigano, a carreira de Janeth foi marcada por muitos deslocamentos. A cada mudança ela ia se reaproximando de sua origem. Depois de jogar três anos em Piracicaba, ela ficou dois anos em Jundiaí, e mais dois em Sorocaba, antes de ir para Santo André, onde jogou por nove anos. A cada grande equipe que passava, Janeth ia sendo valorizada enquanto atleta, tanto pelos seus resultados individuais quanto pelos resultados do grupo.

Nesse meio tempo, participou de conquistas importantes pela Seleção Brasileira. Dentre as que mais marcaram Janeth estão a medalha de ouro recebida das mãos de Fidel Castro nos Jogos Pan-Americanos de 1991, a conquista do Campeonato Mundial em 1994 e a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996. Embora o Brasil tivesse uma superioridade entre as seleções sul-americanas, o Campeonato Mundial na Austrália em 1994 seria a chance do Brasil mostrar os seus talentos para o mundo. Após duas derrotas desastrosas em amistosos com as equipes dos Estados Unidos e da Austrália, o Brasil iniciou sua jornada no campeonato. Ao derrotarem os Estados Unidos na semifinal e depois a China na final, o Brasil se tornou campeão mundial de basquetebol feminino, algo inédito. Foi nesse momento que Janeth percebeu que ela passou a ser o tripé da dupla Paula e Hortência, ajudando-as a conquistar títulos para o Brasil, sempre com uma atuação estável, com seus 15, 20 pontos por jogo.

Mesmo após a medalha de ouro e faltando pouco para os Jogos Olímpicos de Atlanta-1996, Janeth ficou sem patrocínio durante seis meses. Era-lhe dito que era preciso aguardar o resultado da competição, mesmo não dependendo inteiramente de Janeth, já que o basquetebol é um esporte coletivo. Após conquistarem a medalha de prata, em uma final épica contra a equipe dos Estados Unidos, Janeth chorava, mas não sabia se era de alegria pela medalha ou se era de tristeza por não saber se teria um patrocínio quando retornasse ao Brasil. Afinal, aos olhos dos patrocinadores a equipe brasileira poderia ter perdido a medalha de ouro e não conquistado a de prata. Para a alegria de Janeth, quando elas retornaram da competição, ela conseguiu um patrocínio.

Em 1997, se tornou a primeira brasileira a ser convidada para jogar na recém-criada WNBA, a versão feminina da liga estadunidense profissional de basquetebol. Janeth estava realizando mais uma parte do seu sonho. Para ela, o seu talento, juntamente com sua experiência de sempre ter jogado fora de casa, longe de sua família, lhe fortaleceu, permitindo que ela conseguisse superar as barreiras culturais. Afinal, basquetebol é bola na cesta, e isso ela sabia fazer muito bem. Durante as quatro primeiras temporadas, Janeth integrou o time do Houston Comets e conquistou o tetra campeonato estadunidense.

No Brasil, entre as edições olímpicas de 1996 e 2000, a Seleção Brasileira teve uma mudança de gerações, principalmente com as saídas de Paula e Hortência. Janeth se manteve na equipe e passou a ser a jogadora mais experiente. Nos Jogos Olímpicos de Sydney em 2000, Janeth foi bastante cobrada pela responsabilidade que tinha com as novas jogadoras e também pelos resultados passados. Conseguindo repartir essa responsabilidade com as demais jogadoras, Janeth ajudou a Seleção Brasileira a se manter entre as três melhores seleções do mundo ao conquistar a medalha de bronze. Após mais essa conquista, Janeth pôde realizar outra parte de seu sonho, criar um centro de formação para crianças e jovens, o Instituto Janeth Arcain localizado na cidade de Santo André, a cidade que lhe acolheu por tantos anos e se tornou seu lar.

Janeth por Janeth:

Eu sempre fui muito moleca, né? Eu brincava muito na rua, tal. Minha mãe sempre deixou, né?

E aí comecei a procurar lugares, e aí minha mãe me levou lá no Corinthians pra fazer basquetebol. Aí não tinha, aí eu comecei jogando vôlei

“Olha, desculpa. Eu gostei muito, mas não é o vôlei que eu quero. Quero jogar basquetebol!”

Então com 13 anos minha mãe me deixou lá, numa república. Que eu morava dentro do clube, de tanto que eu queria ficar.

Eu queria realmente jogar basquetebol, era o que eu queria. E foi triste porque todo dia eu pegava o telefone e ligava pra minha mãe.

E aí foi quando eu comecei realmente minha carreira.

Eu sempre gostei de treinar, então eu ficava na quadra o dia inteiro, enquanto não ia pra escola, tava dentro da quadra.

A minha carreira foi assim, que nem um cigano, né? Foi mudando, mudando e voltando pra São Paulo, mais perto de São Paulo.

Seleção Brasileira pra mim, eu acho que é o ponto máximo onde um atleta pode chegar.

E aí foi que eu percebi que a Janeth passou a ser o tripé que começou a ajudar Paula e Hortência a conseguir os títulos, né!? Então, eu sempre fui uma jogadora assim, muito estável.

Então você vê, você tem que sair pra você ter um reconhecimento. E depois você volta, tenta lutar pra ver se consegue esse patrocínio. Então assim, tem hora que isso daí se torna muito triste, né?

Olimpíadas de Sydney. O que aconteceu? Foi quando saiu Paula e Hortência, né?

Todo mundo falava, “Janeth, agora é só você! Como você vai carregar esse piano?” E eu sempre enfatizando, eu não jogo basquetebol sozinha!

Então a medalha de Sydney, ela foi assim, pra nós, pra essa geração, depois de Paula e Hortência, acredito que ela tá sendo uma das mais importantes.

Também um dos grandes sonhos meus, era jogar nos Estados Unidos, mas jogar profissionalmente.

Eu não sabia falar inglês, mas eu pensei: bom, basquetebol é o quê? Bola na cesta. E isso aí então eu sei fazer.

Por ter sido a primeira a ir pra lá, eu realmente abri as portas pra que metade da Seleção Brasileira esteja lá.

Meu outro sonho é o Centro de Formação. É esse que eu tô.

Deixa eu fazer minha parte pra comunidade, abrindo esse Centro de Formação.

Hoje assim, eu me sinto feliz por ter visto um Campeonato Mundial na televisão e por ter visto basquetebol. Ter puxado ele pra minha vida, ter feito ele o meu modo de vida.

Minha vida, realmente ela, foi feita de muitas alegrias. Então, as tristezas realmente elas acabaram sendo abafadas por esses momentos alegres que eu tive.

Se eu for contar aqui todas as dificuldades que eu passei, antes de chegar acho que onde eu tô. São coisas assim que me marcaram, mas que me fortaleceram.

Claudia Pastor

Claudia Maria Pastor nasceu em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais chamada Barão de Cocais, em 15 de julho de 1971. Claudia se apresenta como uma pessoa simples, uma atleta que pôde participar da história olímpica brasileira. Para ela o basquetebol foi uma consequência de sua vontade de ser atleta. Desde o início ela se percebia diferente dos outros, principalmente por seu porte físico

privilegiado, e logo entendeu que precisaria sair de sua cidade para poder construir sua história esportiva.

Em uma época onde o voleibol e o basquetebol estavam em ascensão no Brasil, para muitas garotas surgia a dúvida em relação a qual modalidade escolher, já que a estatura é um ponto em comum nesses dois esportes. O mesmo aconteceu com Claudia: aos 16 anos e com 1,90m se interessou pelo voleibol, mas a sua inexperiência foi vista, por dois clubes de Belo Horizonte onde tentou ingressar, como um impedimento para seguir por esse caminho. Naquela época, seu irmão mais velho havia sido contratado para jogar basquetebol em um time da capital mineira, o Minas Tênis Clube. Ele conseguiu entrar em contato com a então técnica da seleção brasileira feminina, Maria Helena Cardoso, e lhe contou tudo sobre sua irmã.

Maria Helena logo se interessou por aquela garota de 1,90m do interior de Minas Gerais. Assim, Claudia foi para Piracicaba, uma das principais cidades do basquetebol feminino na época, fazer um teste. Por ainda não ter passado pelo processo de formação esportiva, ela foi indicada para um projeto na AABB de Brasília para que pudesse desenvolver suas habilidades e aprender a modalidade. Caso aceitasse o convite, isso acarretaria uma mudança significativa na vida de Claudia, principalmente pelo distanciamento de sua família.

Receios em relação a como seria visto o fato de uma menina estar saindo de casa, principalmente por ser de uma cidade do interior, passaram pela cabeça de Claudia. Mas ela via aquilo como uma porta que se abria, uma oportunidade, e ela tinha que agarrá-la. Foi então que Claudia se mudou sozinha para Brasília, mas se viu acolhida pelo seu novo técnico, o então jovem Paulo Bassul, em sua própria casa junto a sua família. Lá ficou por um mês e meio, dois. Após esse período inicial, Claudia se mudou para um pensionato, depois para um apartamento, um apart hotel e um hotel. Ao final de dois anos, ela tinha aproveitado tudo que Brasília poderia lhe oferecer e foi então que seu técnico percebeu que estava na hora de Claudia buscar novos horizontes. Foi quando ela retornou para Piracicaba.

Diferentemente da primeira vez, ela não era mais uma adolescente comum, que levava uma vida normal, ela havia se tornado uma atleta. Em 1990 teve sua primeira oportunidade de representar o Brasil pela Seleção Juvenil no Campeonato sul-americano. Nesse meio tempo, Claudia passou por clubes pequenos e foi se destacando, mas eles não lhe davam a projeção que precisava. Quando jogava pela Associação Atlética de Guarulhos teve o reconhecimento de equipes maiores e

conseguiu ter um rendimento satisfatório dentre as atletas de alto nível. Ao integrar o time da UNIMEP de Piracicaba, ao lado de jogadoras como Paula, Branca, Adriana e Helena, Claudia consolidou a possibilidade de fazer parte da Seleção Brasileira adulta, que, em 1995, havia conquistado o título mundial. Ao final de um campeonato nesse mesmo ano, Claudia foi chamada em todas as convocações que visava a edição olímpica do ano seguinte.

Em nove anos, Claudia aprendeu a modalidade, passou por todos os estágios de clubes pequenos a clubes grandes, para conseguir chegar aos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996 e conquistar a medalha de prata. Após sete meses da conquista, já jogando por time de Campinas, Claudia se lesionou em um amistoso da Seleção Brasileira, uma semana antes de embarcar para o Campeonato sul-americano. Foram duas cirurgias no joelho e dois anos tentando a recuperação, até o ponto que Claudia optou por encerrar sua carreira no basquetebol. Nessa transição, retomou os estudos e se distanciou do esporte, se formando em Gestão Financeira e se tornando funcionária pública.

Claudia por Claudia:

Eu era de Minas, interior, de uma cidadezinha muito pequena. Não tinha investimento em esporte, não tinha possibilidade de uma menina poder construir uma história esportiva no local que eu morava.

Eu vendo também que era uma pessoa que tinha um porte físico privilegiado e eu estava ali, eu adorava esporte e não tinha como praticar, então, até que um dia eu falei pra minha mãe: “Mãe, eu quero ser atleta. Como que eu posso fazer? Eu vou ter que sair”.

No início eu tinha muito receio, família do interior, assim como seria o fato de uma menina estar saindo de casa, para uma mãe, para um pai. Eu não pensei só na Claudia, eu pensei na mãe da Claudia, no pai da Claudia. Como isso seria? E chegou uma hora que eu falei “Não, agora é a hora da Claudia”.

“A Claudia, nossa, 1,90 de altura, bacana, porte físico bom. Mas ela já joga?” Não joga, então tem gente que não tem interesse.

E a Maria Helena se interessou, “mas quem é essa menina, de 1,90 que mora no interior de Minas Gerais?”.

Fui fazer um teste. Eu precisava começar jogando e eu não jogava basquete, então, eu fui indicada pra uma equipe de Brasília.

Tinha o projeto esportivo dentro da AABB e ele (técnico Paulo Bassul) quis que eu fosse pra lá; e teve toda a paciência do mundo pra me ensinar a fazer uma bandeja, pra me ensinar a fazer um jumpinho, pra poder realmente me introduzir dentro do esporte.

Ele me colocou dentro da casa dele, depois ele me passou para um pensionato, cheguei a morar em apartamento, cheguei morar em apart hotel, cheguei a morar em hotel. Então, pra mim não importava onde eu estava, eu estava.

No final desse segundo ano, ele mesmo já achou que era hora de eu buscar outros horizontes, porque Brasília queira ou não, existia limitação.

Eu queria a porta e Brasília abriu a porta pra mim e de lá outras portas se abriram, então, assim, é a oportunidade.

Depois retornei pra São Paulo, que é onde realmente as coisas acontecem em termos de basquete feminino.

Ser atleta é isso, é acreditar, é gostar, é querer, é focar, objetivar e conseguir. É isso. Ser atleta é isso, é ser persistente. Muito persistente.

Foram nove anos entre aprender, passar pelos estágios, passar por clubes, tal, até chegar a Seleção Brasileira, que foi quando a gente foi pra Atlanta, e tivemos a felicidade de trazer a medalha de prata.

Passou a Olimpíada, joguei mais sete meses. A partir daí, já não tive mais, assim, a sorte de estar bem, de fisicamente eu ter condições mais de jogar por causa do meu joelho. A lesão foi séria e acabou comprometendo toda a história esportiva, não é?

Foram 2 anos tentando a recuperação, fiz 2 cirurgias. A primeira não teve um resultado bom.

E assim vai, até chegar a hora que você vê que, realmente, é hora de você seguir outros caminhos, seguir outros rumos.

Eu comecei a planejar o meu futuro dentro da minha realidade, da minha nova realidade e uma das possibilidades foi essa, então, eu acabei investindo nisso, deu certo. Está dando certo.

4.1.2 Futebol

‘O Brasil é o país do futebol’ masculino – as mulheres continuam em campo

O futebol, trazido para o Brasil no final do século XIX, é a modalidade esportiva considerada, pelo imaginário social, como integrante da identidade nacional. No entanto, às mulheres esta prática não era benquista, já que na Deliberação nº 7 de 1965, considerava-se o futebol como um dos esportes impróprios para a prática feminina devido ao seu caráter violento. Para além de questões que envolviam aspectos físicos, determinados pela ciência da época, as mulheres também estavam entrando em um território idealizado pelos homens como um espaço criado para a afirmação de sua masculinidade, um local onde os valores de bravura, agressividade e

força física poderiam ser exibidos livremente ao público (GOELLNER, 2005b; SILVA, 2015).

O item dois da Deliberação nº 7 dizia: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rúgbi, halterofilismo e baseball”. Silva (2015), ressalta o fato de que o futebol não poderia ser praticado em nenhuma de suas variações, sendo a posição do CND reforçada pelo posicionamento da FIFA, cuja importância naquele momento já era bastante relevante, em não incorporar a modalidade feminina em seu quadro. Ainda que o futebol feminino estivesse apresentando bom desenvolvimento no continente europeu, como na Itália e Alemanha, ainda havia uma grande oposição a sua prática – a URSS também determinou a interdição do futebol feminino, e anteriormente, em 1921 a Inglaterra também a havia feito.

Entretanto, o fato das mulheres terem sido legalmente proibidas de jogar futebol não significava que elas não o praticassem. Segundo Rubio et al. (2016), a ausência de registros não atesta a falta de prática, mas acima de tudo, o desejo de manter o futebol feminino invisível. Nos primeiros anos em que vigorou o reforço da proibição, pouca coisa mudou. De acordo com Silva (2015), as principais formas das mulheres praticarem o futebol eram nas várzeas, nos clubes beneficentes da alta sociedade e, eventualmente, nas festividades de inaugurações e aniversários de municípios do interior. A autora ressalta que partidas de futebol feminino ocorriam sob o pretexto de serem eventos beneficentes ou de entretenimento. Ao mesmo tempo, tornava-se visível que a qualificação dessas partidas fora do campo esportivo, em alguns casos, era uma maneira de ludibriar a proibição do CND, possibilitando a realização dos jogos entre equipes formadas por mulheres na categoria de atletas (SILVA, 2015). De alguma maneira, as mulheres continuavam a praticar o futebol no Brasil, ainda que de forma marginal.

Em relação aos jogos que ocorriam na várzea, estes eram vítimas de um processo de marginalização, seja geográfico, social, ou ainda no que diz respeito aos significados atribuídos a ela. Desse modo:

[...] as mulheres que jogavam futebol na várzea não representavam nenhum tipo de perigo para a moralidade, pois não pertenciam à classe daquelas que tinham de ser resguardadas e nem rivalizavam com os homens nos clubes, um espaço onde o futebol recebia seu status como “esporte”, profissional e da nação (SILVA, 2015, p.77).

A partir disso, a autora afirma que, embora houvesse um desequilíbrio grande entre o desempenho das equipes que já estavam estabelecidas com as iniciantes, o fato era que as jogadoras ocupavam este espaço com objetivo e justificativa claros: jogar futebol pelo puro gosto em fazê-lo, sem nenhum outro ganho fora do próprio sucesso esportivo (SILVA, 2015).

Com o fim da proibição da prática de futebol feminino em 1979, nos anos seguintes surgiram mais equipes e algumas competições estaduais, embora ainda com muitas limitações e dificuldades; afinal as construções sociais profundamente enraizadas não mudam rapidamente (RUBIO et al., 2016).

Desse modo, enquanto não existisse a expectativa de que os esportes femininos participassem de competições de nível mundial e projetassem internacionalmente o Brasil, não interessava às instituições normatizadoras do esporte brasileiro regulamentá-los ou incentivá-los. Portanto, embora o futebol feminino não fosse mais proibido por nenhuma lei, decreto ou deliberação de qualquer instituição governamental, por ainda não ser oficialmente gerido, no caso pela FIFA, este não era reconhecido e regulamentado pelas autoridades esportivas nacionais e, por isso, não chegava aos clubes (SILVA, 2015).

Apenas em 1983 o CND definiu regras para a prática do futebol de mulheres, reconhecendo esta como um esporte e possibilitando a formação de clubes e ligas. No entanto, o presidente da instituição, o General Montagna, esclarecia que o profissionalismo para as mulheres não estava regulamentado. E acreditava que o futebol feminino deveria “[...] seguir os caminhos do masculino, desenvolvendo-se gradativamente até atingir um grau necessário de amadurecimento para se profissionalizar.”⁴⁸

De acordo com Silva (2015), apesar da proibição do futebol ter durado de 1941 a 1983, esta não era completamente rígida e definitiva. Além do fato das mulheres não terem se ausentado totalmente da prática do futebol, principalmente nos períodos e situações em que a pressão pela interdição tenha sido mais intensa. Para a autora, pelo fato do futebol ser o esporte nacional e ocupar grande espaço de poder na sociedade brasileira, às mulheres este era um lócus negado, o que conferia à sua dinâmica grande potencial subversivo, pois poderia produzir o questionamento sobre as ideias construídas sobre o corpo feminino e a suposta masculinidade inerente ao

⁴⁸ CND libera o futebol feminino no Brasil. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 29 mar. 1983, p.07.

esporte. Ao desqualificar o futebol feminino, mantinha-se o *status quo*, no que diz respeito às normas de gênero e à leitura social do esporte masculino como modalidade viril.

Mesmo após 40 anos desde a proibição da participação desportiva feminina, o futebol feminino ainda não foi desenvolvido no Brasil nas esferas abaixo da seleção nacional. Apenas algumas equipes tiveram algum destaque, e durante períodos curtos de tempo, como a equipe do Sports Club Radar do Rio de Janeiro, que a partir de suas conquistas, levou à formação da primeira equipe nacional brasileira de futebol feminino, que em 1988 competiu no primeiro Torneio Mundial de Futebol Feminino da FIFA na China. Ademais, ainda não há um cronograma organizado de jogos, as carreiras das atletas não são profissionalizadas, há pouco envolvimento da mídia, além de não haver investimentos significativos por entidades esportivas, clubes privados ou pela própria CBF. Apesar de todas essas adversidades, a equipe nacional de futebol feminino teve conquistas importantes como: a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo-2003 e Rio de Janeiro-2007, a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas-2004 e Pequim-2008 e Jogos Pan-Americanos de Guadalajara-2011; além do vice-campeonato no Mundial de Futebol na China-2007 e terceiro lugar no Mundial de Futebol nos Estados Unidos-1999.

Com isso, considerando que o futebol é discursivamente incorporado à identidade nacional, torna-se necessário pensar, o quanto este ainda é, para as mulheres, um espaço não apenas a conquistar mas, sobretudo, a ressignificar alguns de seus sentidos, de forma a afirmar que esse espaço também lhes pertence. Para além do campo, há grandes desafios para as mulheres na gestão, treinamento, mídia ou qualquer outra forma em que elas desejem viver no futebol e através dele (GOELLNER, 2005b; RUBIO et al., 2016).

Juliana Cabral

Juliana Ribeiro Cabral nasceu na cidade de São Paulo, em 03 de outubro de 1981. A partir do momento que saiu da barriga de sua mãe, a sensação para Juliana era que ela já jogava futebol. Quando criança, Juliana e seu irmão mais velho iam para rua jogar junto com os outros meninos e foi então que ela começou a pegar gosto pelo esporte. Seu pai tinha um sonho de ter um filho jogador de futebol, mas o irmão de Juliana não quis segui-lo adiante e logo ele percebeu que sua filha levava jeito para

a coisa. No início sua mãe a proibia, principalmente por não gostar que só os meninos iam lhe chamar em casa. Ela começou a colocar todo tipo de regras e tarefas domésticas para afastar a filha de jogar. Juliana tinha que lavar toda a louça do almoço, deixar a cozinha limpa, antes que pudesse sair para rua. Seu irmão sempre a ajudava e enquanto um lavava, o outro enxugava, tudo para poderem terminar o mais rápido possível e irem para o jogo. Quando voltava suada, sua mãe ficava muito brava e questionava se ela estava jogando. Mais de uma vez, o irmão de Juliana vinha resgatá-la e dizia para mãe que ela estava apenas apitando a partida. E assim ela foi levando, até sua mãe perceber que não poderia mais proibi-la e perguntou para filha se era aquilo que ela realmente queria. Juliana fazia outros esportes em um clube perto de casa, mas nenhum lhe chamava tanto atenção como o futebol.

Aos 12 anos, sua mãe a levou para fazer um teste em um time de futebol de salão. O técnico disse aos seus pais que Juliana tinha muitas chances de se tornar uma grande jogadora, já que era nova poderia ir longe, algo ainda impensável para ela. No outro ano, surgiu a oportunidade de Juliana ir para Indaiatuba integrar uma das principais equipes e pioneira do futebol feminino, o Saad. Mas infelizmente a mãe de Juliana havia falecido um pouco antes e ela se viu dividida, pois era muito apegada a família, mas ao mesmo tempo já tinha um sonho de se tornar jogadora. Seu pai lhe deu todo o apoio e Juliana se mudou para Indaiatuba. Lá, Juliana pode conviver com muitas jogadoras que haviam acabado de voltar dos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996 e isso se tornou seu foco.

Em pouco tempo, aos 15 anos de idade, teve sua primeira oportunidade na Seleção Brasileira. Ela pode trabalhar com o técnico Zé Duarte que sugeriu que ela se tornasse zagueira, posição que Juliana não gostava muito, mas mesmo assim ela aceitou. Após retornar de uma viagem com a Seleção sub-17, Juliana recebeu a notícia que houve uma divisão no Saad e ela precisaria escolher entre ficar lá ou ir jogar pelo São Paulo. Ela optou por voltar para São Paulo, pensando principalmente na visibilidade que teria em um clube grande. Lá ficou quatro anos, por três foi reserva das duas principais zagueiras do time, que também atuavam na Seleção Brasileira, e com isso pôde aprender muito sobre o futebol.

No final desse período, no ano de 1998, Juliana recebeu mais uma notícia inesperada, que o time havia acabado. As jogadoras teriam a possibilidade de se filiarem ao time do Palestra para jogarem o Campeonato Paulista, mas não receberiam salário e teriam que treinar em São Bernardo do Campo. Por amor ao esporte, Juliana

e algumas outras jogadoras, aceitaram as condições, pois haveria a convocação para o Campeonato Sul-americano, além do Campeonato Mundial no ano seguinte. Durante a semifinal do Campeonato Mundial contra os Estados Unidos, Juliana teve a oportunidade de sair do banco para substituir uma jogadora lesionada. Superando o que ela considerava um desafio enorme, Juliana se saiu muito bem e passou a ser jogadora titular da Seleção Brasileira, integrando a equipe que iria para os Jogos Olímpicos de Sydney em 2000.

Durante a competição olímpica a equipe enfrentou alguns conflitos internos e terminou a competição em 4º lugar ao serem derrotadas pela Alemanha. Ao retornarem para o Brasil, o futebol feminino sofreu uma queda e os campeonatos praticamente acabaram, a não ser pelos Jogos Regionais e os Jogos Abertos, competições entre municípios ou regiões. Ao completar 18 anos, Juliana pôde realizar seu sonho de morar no Rio de Janeiro ao ter a oportunidade de jogar pela equipe do Vasco. Após alguns meses, desiludida com as condições de moradia, de treinamento, falta de pagamento, Juliana retornou para São Paulo e por incentivo de seu pai, se manteve no esporte.

Por dois anos jogou futebol de salão na Associação Sabesp, paralelamente com o futebol de campo. Nesse meio tempo, o futebol feminino se mantinha na luta por apoio ou apenas por bons campeonatos. Ainda assim, em 2003 a Seleção Brasileira conquistou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, tendo Juliana como capitã. Em 2004, a CBF anunciou um novo projeto com René Simões a frente da Seleção feminina para se prepararem para a próxima edição dos Jogos Olímpicos em Atenas. O técnico implantou um esquema mais profissional, algo que as jogadoras nunca haviam experienciado no futebol brasileiro.

Nesse ano, Juliana estava jogando na Suécia e voltava todo mês para participar da preparação para Atenas, junto com as demais jogadoras. Em determinado momento, o time sueco pediu exclusividade da dedicação de Juliana e ela optou por romper seu contrato para se manter na Seleção Brasileira e defender sua pátria, no que seria sua segunda participação em Jogos Olímpicos. As jogadoras treinaram forte e recebiam críticas da mídia brasileira constantemente. Isso era usado como motivação pelas atletas, pois elas entendiam que havia uma pressão enorme pela conquista da medalha para manter o futebol feminino no Brasil. Juliana se manteve como capitã nos Jogos Olímpicos e após derrotarem a equipe da Suécia por 1x0 na semifinal, a Seleção feminina estava na final olímpica contra a potência estadunidense. Em uma

partida levada para a prorrogação, o Brasil foi derrotado por 2x1, mas ainda assim a medalha de prata tinha um valor enorme. Ela seria fundamental para as jogadoras reivindicarem melhorias para o futebol feminino brasileiro.

Após se tornar medalhista olímpica, Juliana jogou pelo time de São Bernardo do Campo e depois pelo time do São Paulo; tiveram algumas poucas melhorias de campeonatos e estrutura. Juliana começou a graduação em Educação Física e mantinha bolsa na faculdade para jogar futebol de campo e futebol de salão. Durante um jogo sofreu uma lesão no pé, mas como tinha assinado um contrato de três meses para jogar em uma liga amadora nos Estados Unidos, fez um tratamento para poder jogar, embora sentisse muitas dores. Assim que retornou, no final de 2006, fez uma cirurgia e voltou a jogar pelo Saad, mas Juliana começou a pensar se isso ainda era bom para ela. Ela resolveu se manter no esporte ao receber um convite para jogar por um time de Jaguariúna que fazia parte de um projeto que visava a formação esportiva. Após dois meses Juliana sofreu uma lesão séria no joelho, impedindo-a de jogar pela Seleção Brasileira nos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro em 2007. Com isso teve seu primeiro foi convite para ser comentarista pela Rede Bandeirantes de televisão.

Em 2008, retornou ao futebol apostando novamente que as coisas poderiam melhorar. Como jogadora ou não, o sonho de Juliana é consolidar o futebol feminino no Brasil, já que muitas vezes o que as mantém é somente o amor pela modalidade.

Juliana por Juliana:

Eu comecei a jogar desde criança. Acho que como um menino eu comecei. Quando eu saí da barriga da minha mãe eu já jogava.

Os meninos me chamavam pra jogar e aí eu comecei a pegar gosto pelo futebol.

Meu pai sempre teve um sonho de ter um filho jogador de futebol, mas meu irmão, não queria. E o meu pai foi vendo que eu tinha jeito pra coisa.

Minha mãe queria me bater, porque ela falava: “Você já foi jogar bola”, aí meu irmão sempre me ajudou, falava: “Não, ela só tava apitando”.

Até aí acho que a minha maior dificuldade tinha sido a minha mãe, né!? Porque eu fiz vôlei, eu fiz basquete, eu fiz handebol num clube que tinha perto de casa, mas nenhum me chamou tanto a atenção como o futebol.

Até que um dia minha mãe achou que não ia ter como me proibir, colocar regras e ela falou, perguntou se era isso o que eu queria e eu falei que era, então ela me levou pra fazer um teste.

Quando eu entrei nesse time, o técnico que tava fazendo avaliação chamou meu pai, minha mãe e falou que eu tinha muitas chances de se tornar uma grande jogadora, que eu ainda era muito nova, que eu tinha como chegar. Mas eu nunca tinha, assim, pensado em ir tão longe.

E aí depois desse time, me veio uma oportunidade de ir pra Indaiatuba, interior de São Paulo, só que infelizmente nesse ano minha mãe veio a falecer.

Meu pai veio, conversou, falou: “Olha, se é isso mesmo o que você quer, vai. A gente vai lá de final de semana, tudo”. Bom, e eu meio que com medo, mas ao mesmo tempo já era aquilo que eu tinha dentro de querer, já começaram a aparecer os sonhos de se tornar uma jogadora.

Aí eu fiquei lá trabalhando um tempo e aí veio a minha primeira oportunidade na seleção com 15 anos de idade.

“Olha, eu acho que você tinha que ser zagueira, porque eu acho que se você fosse zagueira você ia se tornar uma das melhores zagueiras do mundo, você tem chance e tudo, mas você tem que ir pra zaga”.

Ele simplesmente chegou e falou: “Olha, a equipe não existe mais, não vai ter”. E a gente: “E agora, o que vamos fazer?”

Só que a gente não teria salário, não teria nada. A gente teria que se bancar o tempo do campeonato. Bom, nos reunimos e, mais uma vez, pelo amor ao esporte, decidimos ficar esse tempo todo.

Então acho que foi o segundo pior desafio dentro da minha carreira foi aquela Seleção de 99. Fui super bem, fui considerada a revelação e a partir dali em conquistei o meu espaço dentro da Seleção como titular.

Ali naquele momento, teve uma queda muito grande. Quando nós retornamos pro Brasil, né? Praticamente acabaram-se os campeonatos, tudo. Ficou uma coisa muito assim, não se fazia nada, a não ser Regionais e Abertos.

Eu voltei das Olimpíadas com 18 anos eu peguei as minhas coisas e fui pro Vasco.

“Se eu pudesse, eu te levava daqui agora mesmo porque não tem condições de você morar aqui de viver”.

Então, deixei de lá, voltei, assim, desiludida total, de que eu ia parar, que era melhor eu estudar, né, porque não tinha condições. E aí meu pai falava: “Não, eu vou te ajudar. Você não vai desistir, você vai continuar porque eu quero que você jogue e isso é um sonho seu. Não pára”.

Assim eu me mantive só jogando futebol de salão, né? Não existia futebol de campo, era mínimo, não tinha nada, só times de prefeitura mesmo, não existia Paulista, nada dessas coisas.

Acho que foi um marco assim dentro do futebol feminino. Acho que a gente hoje pode falar que é a fase antes de René Simões e a fase após René Simões.

“Ou você joga as Olimpíadas ou você fica aqui”. Quer dizer, nessas horas, o dinheiro, não há nada que pague a satisfação de disputar uma Olimpíada, defender a sua pátria.

Bom, tratei pra poder ir jogar, só tinha uma dor no pé que não era minha, não tinha como eu jogar, mas ao mesmo tempo eu não podia falar “Não, eu não vou” porque já tava tudo assinado. Então fui pros Estados Unidos com o pé assim.

Eu tô apostando novamente, né, porque também eu já tô desistindo, mas tô apostando novamente de que as coisas possam melhorar, né?!

No futebol feminino é o amor porque a gente não joga por dinheiro.

“Por que você não faz um contrato de 5 anos lá fora e fica lá fora?” Porque eu não quero. Eu não quero ter que fazer o que eu gosto fora do meu país. Quero poder fazer o que eu gosto dentro do meu país, perto da minha família.

A pressão lá é assim: se não ganhar um medalha acabou o futebol feminino no Brasil. Como acabou se não existe? Né?! Como é que acabou? Então a nossa pressão lá é assim: meu, a gente tem que correr, nem que saia de ambulância. Mas tem que correr porque quem tá lá no Brasil depende da gente.

Na hora que eu parar de jogar, não sei se eu vou ser técnica, se eu vou tá fora do campo, mas do meio do futebol eu não vou querer sair. Meu sonho vai continuar até eu consolidar o futebol feminino aqui.

Roseli de Belo

Roseli de Belo nasceu na cidade de São Paulo, em 07 de setembro de 1969. Na infância, Roseli começou jogando futebol em um campinho perto de sua casa, mas sua família não gostava da ideia e todo dia ela apanhava para não jogar mais. Ainda assim, isso não impedia Roseli de continuar. Sua primeira experiência em um time foi no Clube Atlético Juventus, quando recebeu um convite de uma colega para participar de uma peneira. O treinador pediu que Roseli corresse por uns 40 minutos e ela questionou, pois não estava acostumada, e não voltou mais. Isso fez com que pessoas do clube fossem até a sua casa para conversar com ela e com seus pais tentando convencê-la a voltar e ela voltou. Por lá ficou por dois, três anos.

Durante uma partida entre o Esporte Clube Radar, um dos principais times brasileiros na época, e o Juventus, Roseli se destacou e recebeu um cartão com o contato do técnico do time carioca. Aos 15 anos, Roseli se cansou da falta de apoio de sua família, encontrou em contato com o técnico do Radar e assim que recebeu sua passagem foi para o Rio de Janeiro sem avisar ninguém. Após uma semana, mandou

uma carta para sua mãe e ela logo apareceu na cidade para buscar a filha, mas Roseli resolveu ficar. Começou a jogar pelo Radar e ficou por cinco anos, participando inclusive do Mundialito, um campeonato internacional de times, em 1988 na Itália. A partir disso sua família começou a olhar para o futebol de uma maneira diferente e passaram a apoiar Roseli.

Na mesma época, o técnico do Radar, Eurico Lira, havia sido convidado para treinar a primeira Seleção Brasileira feminina que participou da primeira edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino na China em 1991, e Roseli era uma das convocadas. Entre 1991 e 1995 o futebol feminino ainda lutava por qualquer tipo de patrocínio, obrigando muitas jogadoras a praticarem o futebol de salão em paralelo ou exclusivamente. Nesse meio tempo, Roseli se afastou dos campos por um ano e meio para fazer uma cirurgia no joelho e voltou para jogar no Sport Club Corinthians, tanto futebol de campo, quanto de salão, sendo essa a modalidade principal.

Após integrar a Seleção Brasileira na segunda edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino na Suécia em 1995, Roseli foi convidada para jogar por uma equipe no Japão. Sozinha, do outro lado do mundo, Roseli demorou um mês para ter um intérprete. Por dois anos ela enfrentou não somente as dificuldades da língua, mas também dos costumes. Em 1996, fez parte da equipe que participou da primeira edição do futebol feminino nos Jogos Olímpicos em Atlanta, ficando em 4º lugar. Em 2000, na edição olímpica seguinte em Sydney, Roseli se manteve na Seleção Brasileira, sendo a jogadora mais velha. A equipe foi derrotada pela Alemanha por 2x0 na disputa pelo bronze e repetiu o 4º lugar.

No ano de 2001, recebeu outro convite para jogar fora do Brasil, dessa vez seria nos Estados Unidos pela equipe do Washington Freedom junto com sua companheira de Seleção, Pretinha. Roseli pôde experienciar as Ligas profissionais japonesa e estadunidense, muito diferente do que estava acostumada no Brasil. Em 2004, pôde mais uma vez ir a uma edição dos Jogos Olímpicos, a de Atenas. Mas essa seria a mais marcante de todas, principalmente pelo apoio do técnico René Simões. Roseli e as demais jogadoras não teriam que se preocupar com mais nada, além de jogar futebol. A estrutura montada pelo técnico se aproximava muito com o que Roseli tinha quando jogava no exterior. O enorme esforço e trabalho duro lhe renderiam a inédita medalha de prata. Essa seria a última participação de Roseli na Seleção Brasileira, a transição de gerações estava acontecendo, mas não significava o fim do futebol para ela.

Após a conquista olímpica, Roseli jogou pelo Saad e alguns outros times, até se ver sem time e treinando em casa. Tentando fazer talvez a coisa mais difícil de sua vida, parar de jogar futebol, Roseli esticou um pouco mais sua carreira como jogadora e já há dois anos, quem sabe três, joga pela equipe de São Caetano.

Roseli por Roseli:

Tinha um campinho aqui embaixo aí toda vez eu ia para lá jogar bola. A minha família não gostava muito. Todo dia era um coro, todo dia apanhava pra não jogar bola.

É o meu primeiro clube foi o Juventus. Aí quando eu recebi uma proposta bem melhor aí eu tive que ir.

Aí eu peguei e cansei. Falei “Mãe, eu estou indo embora”. Daí ela não gostou muito da ideia. Aí eu peguei e fugi. Com 15 anos. Aí fui pro Rio.

Foi uma coisa assim que, na verdade eu queria para mim, né? Não tinha como fugir daquilo. Aquilo já estava, assim, no sangue. Tinha que acontecer.

Aí, depois, a minha mãe foi pro Rio, foi me buscar. Aí eu não quis vir não. Aí fiquei lá.

Minha primeira convocação foi com 16 anos. Aí com 16 anos eu fiquei na Seleção até os 34 anos.

Que a primeira foi em Atlanta, a primeira Olimpíada. Pro futebol feminino foi ótimo essa Olimpíada porque abriu a visão do futebol feminino e tudo. Não fomos bem, mas eles falaram que iam investir. Aí depois teve já a outra, já foi melhor. E a gente espera, né, que vá melhorando a cada Olimpíada.

Eu já vim de uma outra geração, era mais complicado, bem mais. Hoje em dia já vejo assim que tá sereno, tá uma tranquilidade danada em vista de antes. Antes era horrível.

Mas a que mais marcou mesmo foi a de Atenas. Por conta do René, né? Que foi o nosso treinador, o René Simões.

Eu acho que ele puxou assim o futebol feminino para ele.

Ele colocou a gente ali e falou assim: “Vocês não vão ter preocupação com nada, vocês só vão, vieram aqui só pra jogar futebol”.

O que tirava o foco, assim da gente, era que, em relação a dinheiro.

Eles já estavam devendo um dinheiro alto pra gente e sempre vinha aquela cobrança. A gente não tava bem, porque a gente deixamos as coisas aqui no Brasil, dívida tudo e o dinheiro não vinha de jeito nenhum. Foi aí que ele prometeu pra gente que era pra gente focar só no futebol que ele resolvia. E realmente ele resolveu.

Quando eu comecei eu prometi pra minha mãe também que ia dar uma casa pra ela e consegui dar essa casa pra ela também. Pra mim eu estou assim realizada.

Hoje é Roseli no céu (*risos*). Porque a minha mãe é maravilhosa. Hoje em dia ela fala que se arrepende do que ela fez, né? Mas não tem que se arrepender, mãe é mãe.

A primeira foi no Japão. Então, foi ruim porque eu fiquei praticamente três meses sem conversar com ninguém. Com ninguém.

Parecia que eles nunca tinha visto um negro, né? Ai ia pro mercado eles ficava olhando. Não maltratava, ficavam curiosos. Tinha vezes que pegava no meu cabelo né? Foi demais! (*risos*)

Pra mim o futebol é a minha vida né? Comecei, agora que eu já estou com uma certa idade tô tentando parar e eu não consigo de jeito nenhum. Tá difícil parar viu.

4.1.3 Voleibol

O voleibol se tornou o segundo esporte mais praticado no país por gozar de popularidade, inicialmente, pelos bons resultados da seleção masculina. Após a estreia das atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos de Moscou-1980 devido ao boicote liderado pelos Estados Unidos, a equipe participou de todas as demais edições. Ao longo dos anos buscou seu espaço no cenário mundial e a partir dos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992 começou a se aproximar das melhores seleções, ao conquistar seu melhor resultado até então, o quarto lugar. A edição olímpica de Atlanta-1996 ficaria marcada pela enorme rivalidade com a equipe cubana e pela épica semifinal contra Cuba, na qual o Brasil foi derrotado no *tie break*. Ainda assim, as atletas brasileiras garantiram a medalha de bronze, a primeira do voleibol feminino. Nos Jogos Olímpicos de Sydney-2000, a seleção brasileira teria uma nova renovação de suas atletas e novamente na semifinal foi derrotada pela mesma equipe de Cuba no *tie break*, conquistando outra medalha de bronze.

Durante a década de 1990, a seleção feminina conquistava seus primeiros títulos do Gran Prix e começava a ter jogadoras de grande destaque. Estas seriam fonte de inspiração para as gerações seguintes. Nos Jogos Olímpicos de Pequim-2008 e Londres-2012, o Brasil se tornou bicampeão olímpico, repetindo a mesma final contra as estadunidenses. Além de se manter entre as melhores seleções do ranking mundial.

Leila Barros

Leila Gomes de Barros nasceu em 30 de setembro de 1971 em Brasília (DF), mas foi criada na cidade satélite de Taguatinga. Leila sempre foi uma criança

hiperativa e, sua mãe preocupada com isso a estimulou desde pequena a fazer exercícios para queimar um pouco daquela energia.

Aos 12 anos, Leila teve seu primeiro contato com o esporte ao começar a jogar handebol no colégio. O técnico de voleibol a via saltando por cima do gol de handebol e atacando a bola na rede. Logo, ele percebeu que Leila tinha talento e a convidou para fazer um teste. A princípio ela achou que não teria como praticar dois esportes e estudar, mas por um tempo manteve o treino nas duas modalidades. Em um jogo de handebol durante os Jogos Intercid, competição entre os Centros de Iniciação Desportiva do Distrito Federal, houve uma pequena briga entre os dois times e a mãe de Leila, assistindo a tudo, avisou a filha que ela teria que escolher outro esporte, pois ela era muito estressada para aquele esporte de alto contato. Mal ela sabia que Leila era quem tinha iniciado a briga.

Até os 15 anos, Leila se manteve no handebol, mas ela sabia desde o primeiro momento que havia pegado na bola de voleibol que era aquele esporte que ela queria praticar. Sem se dar conta, Leila já praticava o voleibol desde criança quando saltava e atacava a cabeça de suas bonecas por cima do varal de sua casa. De repente, aquilo era algo que Leila tinha feito durante a vida inteira. Com 14 para 15 anos, ela começou efetivamente a participar de torneios de voleibol pela escola, chamando atenção de uma freira, a irmã Stella, que lhe daria uma bolsa de estudos integral no Centro Educacional Maria Auxiliadora, que ficava no Plano Piloto.

Leila, que era filha de um mecânico e de uma dona-de-casa, teria a oportunidade de ir para um colégio melhor, com uma educação melhor, mesmo que significasse ter que pegar dois ônibus para chegar até lá. Já nas primeiras semanas Leila percebeu que essa rotina seria muito puxada, então a irmã Stella lhe arrumou um quartinho atrás do ginásio, e ainda lhe ajudava com tênis, dinheiro da passagem e com a comida que sobrava do almoço das outras freiras. Por dois anos, Leila jogou pelo colégio e também pela equipe da AABB.

Aos 17 anos, durante a Taça Belo Horizonte, um torneio juvenil, o técnico Wadson Lima lhe convidou para fazer um teste na equipe do Minas Tênis Clube, principal clube da capital mineira. Leila aceitou na hora, afinal estaria começando a realizar seu sonho de ser jogadora de voleibol. Ela passou o número de telefone do colégio e a irmã Stella, que sabia do enorme desejo de Leila, intermediou o contato. Havia certa urgência, pois a pré-seleção seria em breve e por isso Wadson Lima

enviou uma passagem de ônibus para a escola de Leila, ela só precisava conversar com seus pais.

Aquele seria o dia mais marcante da vida de Leila. Ao chegar em casa, bastante empolgada com a notícia, Leila foi conversar com sua mãe, mas não era ela quem decidiria se Leila poderia ir ou não, seria seu pai. No jantar, Leila disse ao pai que a oportunidade de sua vida havia aparecido, e ele, sem dar muita importância, negou o pedido de Leila de ir para Belo Horizonte. Ela, já determinada a ir de qualquer jeito, questionou seu pai, mas ele não aprovava a ideia de sua filha de 17 anos sair de casa e largar seus estudos para seguir um sonho no esporte. Enfurecida, Leila se levantou da mesa e foi para o quarto arrumar sua mochila, a viagem era mais tarde naquela mesma noite. Sua mãe tentou convencê-la a ficar, mas Leila estava cada vez mais determinada. Foi então que sua mãe tirou do bolso uma pequena quantia de dinheiro, era o que ela tinha, não era muito, não teria como Leila comprar uma passagem de volta. Leila entendeu isso como a benção que ela precisava para seguir. Então ela partiu.

Leila chegou na rodoviária de Belo Horizonte as cinco horas da manhã, mas no impulso se esqueceu de pegar o telefone de Celso, que era quem iria lhe buscar. Leila imaginou que como ele havia comprado a passagem, ele saberia seu horário de chegada. Então se sentou em um banquinho com sua mochila e esperou... 6, 7, 8, 9, 10, 11, meio dia... nem ao banheiro Leila foi, com medo de nesse meio tempo Celso chegar e não a encontrar. Quanto sofrimento... 13, 14, começou a rezar. Em um momento de pânico, pensando em seu pai, em sua mãe, na metade do dinheiro que ainda lhe restava, não estava acreditando no que havia feito. Até que alguém encostou em suas costas e chamou por seu nome, era Celso. Ele não estava acreditando que Leila tinha vindo e nem ao menos tinha seu telefone para avisá-lo. E assim começou a saga de Leila no voleibol.

No início ela morou em uma república, e sendo o Minas um time de formação, muitas das jogadoras já vinham desde a categoria mirim. De repente chegou uma garota nova, de fora, meio desconfiada. Por vários dias Leila pensou em desistir, pois ela demorou um pouco até se adaptar e muitas vezes ligava chorando para sua mãe. Desde quando saiu de casa, Leila queria provar para o pai que poderia dar certo e isso a manteve motivada a continuar. Diferente de muitas outras jogadoras, Leila, com 1,79m, não tinha uma estatura tão alta para o voleibol, mas o fato de ser canhota lhe

ajudou muito e sabendo de suas limitações técnicas, sempre treinou mais do que todo mundo.

Com sua determinação, logo chegou à Seleção Juvenil, se tornando vice-campeã mundial em 1991 na Tchecoslováquia, sob o comando de Wadson Lima. No final desse mesmo ano, houve uma renovação na Seleção adulta e Wadson Lima assumiu a equipe, convocando Leila e mais duas jogadoras que foram destaques no juvenil, Ana Paula e Hilma. Leila era a última jogadora, aquela que carregava as bolas, mas ela estava lá e tinha muitas expectativas de jogar sua primeira edição dos Jogos Olímpicos em 1992. Na edição anterior em 1988, enquanto tomava café-da-manhã e assistia a um jogo de voleibol do Brasil, Leila comentou com sua mãe que um dia ela veria a filha representando o país em uma competição como aquela. Mas sua mãe riu e disse para ela parar de sonhar, afinal Leila era apenas uma menina de Taguatinga, com uma realidade muito diferente daquelas jogadoras. No entanto, quatro anos depois Leila estava cumprindo sua promessa, ela estava lá.

Embora não tenha sido acionada, ela integrou a equipe que conquistou 4º lugar em Barcelona, o melhor resultado do Brasil até o momento. Em 1994, a Seleção passou por uma mudança importante quando o técnico Bernardinho assumiu, mudando a mentalidade e forma de treinar das jogadoras, priorizando a coletividade. Em 1996, nos Jogos Olímpicos de Atenas, Leila foi novamente convocada para integrar a Seleção, que contava com grandes talentos. Ela se sentia mais preparada e mais confiante como atleta, estava apenas esperando por sua oportunidade. Esta veio após a emocionante disputa na semifinal contra Cuba, onde o Brasil foi derrotado no *tie break*, deixando muitas jogadoras titulares abaladas. Com isso Bernardinho precisou das jogadoras do banco para a próxima partida e Leila era uma delas. Com uma boa atuação, o Brasil derrotou o time russo e conquistou a inédita medalha de bronze.

Esta geração contribuiu bastante para a profissionalização do voleibol feminino no Brasil. Naquele mesmo ano, Leila ganhou o prêmio de MVP⁴⁹ no Grand Prix, uma competição internacional importante, e ao retornar para casa, sua vizinhança havia feito uma grande festa para recebê-la. Nesse momento a relação de

⁴⁹ *Most valuable player (MVP)*: é um prêmio geralmente conferido ao jogador ou jogadores de melhor desempenho numa competição.

Leila com seu pai, que estava estremecida desde então, se restabeleceu quando ele lhe abraçou e pediu desculpas por não ter acreditado em seus sonhos.

Para o ciclo olímpico seguinte, a Seleção passou por mais uma renovação e Leila se viu com a grande responsabilidade de manter o nível da equipe, pois só restava ela e mais duas jogadoras daquela geração, Virna e Fofão, todas reservas em 1996. Nesse meio tempo, a mãe de Leila adoeceu, contribuindo para um ciclo bastante conturbado em sua carreira e vida pessoal. Durante os treinamentos para os Jogos Olímpicos de Sydney, Leila ficou a maior parte do tempo no banco, pois sua performance oscilava muito por tudo que estava acontecendo em sua vida. Mas no jogo de estréia, Bernardinho precisaria que Leila fosse a referência para o jovem time, já que Virna e Fofão estavam machucadas. Contra a sua vontade, Leila entrou em quadra, mas depois disso ela também não sairia mais, ela queria provar para o técnico que poderia superar tudo. Jogou o seu melhor torneio, sendo a segunda maior pontuadora do Brasil. Mas como na edição olímpica anterior, o Brasil se reencontrou com a equipe de Cuba na semifinal e novamente foram derrotadas no *tie break*. Na disputa pela medalha de bronze ganharam da equipe estadunidense, e Leila saiu com o sentimento de dever cumprido, diferentemente da frustração dos Jogos Olímpicos de Atlanta.

Em 2001, Leila foi para o vôlei de praia, também para poder ter horários mais flexíveis e poder passar mais tempo com sua mãe, que ainda lutava contra o câncer. Após dois anos sua mãe faleceu e Leila tentou resgatar algo que a confortava, então retornou ao voleibol de quadra e a Seleção Brasileira. Mas as pessoas não eram as mesmas, e ela também não era mais. Esse seria um dos arrependimentos de sua carreira. Após ser cortada da Seleção que iria para os Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, Leila foi convidada para ser comentarista de televisão e ficou nessa atividade por oito anos, paralelamente a sua carreira no voleibol na equipe do REXONA/Ades no Rio de Janeiro.

Durante algum tempo, o corpo de Leila já dava sinais de que não estava mais aguentando o ritmo de treinos e competições e após uma lesão mais séria no ombro, ela optou por não ser operada, afinal parecia que algo não fazia mais tanto sentido. Além da série de contusões, que lhe soou como um aviso, algo parecia chamar Leila de volta para Brasília. Talvez fosse aquela a hora de seguir um antigo conselho de sua mãe. Então, em 2007, Leila encerrou sua carreira no voleibol e montou o projeto social “Amigos do Vôlei” junto com sua ex-colega de Seleção e também nascida em

Taguatinga, Ricarda Lima. Leila foi se apaixonando pela área social do esporte, começou a cursar Ciências Sociais e voltou a morar em Brasília para se dedicar ao projeto. Mesmo sem as suas maiores referências, a de seus pais, Leila retomou seu vínculo com a cidade e quis retribuí-la de alguma forma. Então junto com Ricarda, montou um projeto para criar um time de voleibol em Brasília. Em pouco tempo, conseguiram o apoio e parcerias que asseguraram a estrutura da equipe.

Leila por Leila:

Eu nasci em Brasília, fui criada em Taguatinga, cidade satélite de Brasília, e sempre fui uma criança é hiperativa, sempre.

Então assim, quando eu tinha 12 anos eu comecei a ter o meu primeiro contato com o esporte, comecei a jogar handebol.

Ele sempre me via saltando por cima do gol do handebol e atacando a bola de rede. Aí ele olhou para mim é assim e falou: “Pô, essa menina tem jeito”.

E aí eu fiquei treinando handebol e voleibol por um tempo, e aí me apaixonei pelo vôlei.

Mas desde o momento em que eu peguei na bola de vôlei assim, eu sabia que era o esporte que eu iria praticar.

Quando eu toquei na bola de vôlei eu falei: “Cara, eu fiz isso a vida inteira”.

Lá tinha uma freira chamada irmã Stella, que foi a primeira pessoa assim depois do Celso, que foi técnico do SID Taguatinga, a confiar em mim, a me ver jogando e falar: “Essa menina tem futuro”.

E aí a irmã Stella arrumou quartinho para mim atrás do ginásio. Até hoje eu tenho esse laço com ela.

“Você não quer ir para Belo Horizonte não, fazer o teste? Quer jogar no juvenil do Minas, completar o adulto?” Eu falei: “Claro.” Quer dizer, eu estava começando a realizar meu sonho.

A irmã foi quem intermediou isso. Ela sabia que eu queria muito jogar vôlei. E ela sabia também que ali não era o lugar, eu não ia muito longe.

“Pai, apareceu a oportunidade da minha vida.” Aí ele olhou assim para minha cara, o pai olhando para uma menina de 17 anos: “A oportunidade da sua vida?”

Desde quando eu saí de casa e eu queria mostrar para o meu pai que eu ia dar certo.

Ela tirou do bolso cinquenta reais, sei lá... O dinheirinho que ela tinha. Não dava para voltar, eu estava com a passagem de ida. Voltar não dava.

E aí eu comecei a minha saga.

Demorei um pouco pra me adaptar, muitas vezes eu ligava para a minha mãe chorando, muitas vezes o chuveiro foi o meu amigo, muitas vezes.

Comecei completando o time, eu era a 15ª jogadora. Mas sempre era lembrada nas convocações, sempre banco.

“Mãe, um dia você vai ver jogando pelo Brasil.” Aí a minha mãe olhou assim para mim: “Ô minha filha, para de sonhar. Você está na cidade-satélite de Brasília, Taguatinga. A sua vida, sua realidade, tão diferente dessas meninas.” Eu falei: “Mãe, você vai ver. Eu quero ser grande, eu ainda vou representar o país.” “Tá bom minha filha.” Em quatro anos eu estava jogando a minha primeira Olimpíada. Quatro anos depois.

Eu era praticamente a última, carregava a bola, mas estava ali. Minha expectativa era muito grande de jogar na primeira Olimpíada, estava realizando o sonho.

O fato de ser canhota é o que sempre me ajudou na vida, eu agradeço a Deus por ser canhota porque eu com a altura que eu tenho... tudo bem que eu saltava muito bem, mas saltar. Jogadora de média altura tinham várias no Brasil.

O voleibol é o mais coletivo de todos os esportes.

Eu já estava preparada, sabe? Eu já tinha mais confiança em mim como jogadora, já sentia que as coisas poderiam acontecer pra mim. Eu estava só esperando a oportunidade.

Esse é o barato do esporte. Assim, que as coisas têm que ser na hora que tem que ser e não adianta.

O time de 2000 era um time operário.

Sozinhas realmente nós não chegaremos a lugar nenhum, a gente precisava realmente unir forças para a gente conseguir uma medalha ali.

Eu joguei o que eu joguei pela minha mãe e por aquele grupo.

E eu voltei meio que tentando resgatar uma coisa de família, sabe a coisa de colo? Porque vivi minha vida inteira, uma década na Seleção. E na hora que a minha mãe morreu eu achei que eu ia resgatar aquilo, mas as pessoas não eram mais as mesmas, e eu também não era mais...

Era um chamado. Chega. Quando eu percebi que eu estava tomando todo dia um anti-inflamatório para treinar. Eu vi que era hora de parar. E aí eu parei.

“Minha filha, porque você não vem para Brasília e faz um projeto para as crianças daqui? Dá oportunidade para as crianças, cria o modo de dar oportunidade para as crianças como você teve.” “Quem sabe num dia, não é, mãe? Vamos ver”.

Eu quero que isso aqui seja uma referência, que as pessoas da cidade tenham o maior orgulho de eu ser da cidade. E estar fazendo uma coisa bacana pela cidade.

Então a gente foi para o sacrifício, mas eu não me arrependo não, eu faria tudo de novo. Se Deus descesse e falasse: “Leila, o que você quer ser na próxima vida?” “Deus, atleta”.

Natália Zilio

Natália Zilio Pereira nasceu em 04 de abril de 1989, em Ponta Grossa (PR). Quando ainda era um bebê, sua família se mudou para uma pequena cidade de Santa Catarina, chamada Joaçaba. Lá, Natália e seus quatro irmãos puderam ter uma infância tranquila, com brincadeiras de rua, como em qualquer cidade do interior.

Desde nova, ela já se destacava das outras crianças pela sua altura. E aos nove anos, isso chamou atenção de seu professor de Educação Física da escola, que também era o técnico da equipe de voleibol da cidade. Ele a convidou para participar dos treinos e, embora Natália preferisse basquetebol, ela resolveu experimentar a modalidade. Afinal, para que ela pudesse praticar o basquetebol, ela teria que ir até a outra cidade, já que em Joaçaba não havia como praticar. Em seu primeiro treino, Natália começou a arremessar a bola de voleibol na cesta de basquetebol e logo foi repreendida pelo técnico. Após um mês de treinamento Natália se apaixonou pelo voleibol e nem se lembrava mais do basquete.

Treinou em sua cidade por seis anos e em 2003 foi convocada para a Seleção catarinense. Durante o torneio nacional, onde se tornariam campeãs, Natália se destacou, sendo observada por um dos técnicos da Seleção Brasileira. Com isso, Natália foi chamada para participar de sua primeira peneira, junto com mais 50 meninas, na inauguração do Centro de Treinamento de Voleibol em Saquarema. Ela passou no corte e Luizomar, o então técnico da Seleção de Base, e que também comandava um time no estado do Rio de Janeiro, a convidou para integrar sua equipe na próxima temporada da Superliga, o principal torneio entre clubes do Brasil. Natália terminou aquele ano escolar e aos 15 anos se mudou sozinha para Campos de Goytacazes, quase mil e quinhentos quilômetros longe de sua família, para jogar sua primeira temporada como profissional.

Os seus receios e incertezas iniciais logo diminuiriam ao se sentir acolhida pelo grupo, composto por mulheres muito mais velhas do que ela. Ao sair de casa, Natália teve certeza que estava escolhendo fazer aquilo que mais queria na vida, principalmente pelo sacrifício de estar longe de sua família. Após um ano, o time se mudou para Macaé, também no estado do Rio de Janeiro, onde Natália ficou por duas temporadas, até se mudar mais uma vez para jogar pela equipe de Osasco.

Em 2005, já integrando a Seleção Brasileira infanto juvenil, se tornou MVP do Campeonato Mundial Infantil e no mesmo ano, Natália experienciaria sua primeira convocação para a Seleção adulta ao substituir uma jogadora que havia se lesionado.

Mesmo não tendo tido uma participação muito ativa, ela pôde aprender bastante com as jogadoras mais velhas. Em 2007, Natália repetiu o feito no Campeonato Mundial Juvenil, se tornando MVP, além de ganhar mais dois prêmios, o de maior pontuadora e de melhor atacante. Essa foi uma fase da vida de Natália onde tudo era festa, principalmente por não ter tantas cobranças pelo fato de ainda ser muito nova. Mesmo sendo convocada algumas vezes para a Seleção adulta, Natália não participou da equipe que foi campeã nos Jogos Olímpicos de Pequim-2008. Mas assim que terminou essa edição olímpica, começou um novo ciclo e a partir de 2009 se tornou titular.

Neste ano, ganharam o Grand Prix, uma importante competição internacional, e se tornaram vice-campeãs mundiais em 2010. Ao retornar do Campeonato Mundial e já iniciando mais uma temporada da Superliga, Natália começou a sentir dores na canela. Após alguns meses, perto do meio do ano de 2011, Natália descobriu que estava com um pequeno tumor benigno e que teria que fazer uma cirurgia para removê-lo. Após ficar dois meses parada em recuperação, retornou às quadras, mas logo voltou a sentir as dores. Se afastou do voleibol por mais seis semanas e no seu retorno não aguentou e teve que fazer sua segunda cirurgia, dessa vez mais agressiva. Natália ficou sem jogar um jogo completo por um ano e três meses, colocando em dúvida sua participação na edição olímpica seguinte.

Conseguindo se recuperar a tempo, mas não estando 100% fisicamente, o técnico José Roberto convocou Natália para os Jogos Olímpicos de Londres-2012. Essa seria a coroação de todo seu esforço para se recuperar e poder ajudar a Seleção a conquistar o bicampeonato olímpico. No mesmo ano, conquistou o título da Superliga jogando pelo time do Rio de Janeiro Unilever. Após atuar nesse time por duas temporadas, se mudou para Campinas para jogar sua décima edição da Superliga pelo Vôlei Amil.

Natália por Natália:

Eu cresci no interior, sempre fui de brincar em cima de árvore, de correr descalça pela rua, e assim foi minha infância.

E na minha cidade não tinha, é o basquete, não é? Treino pra jogar basquete. Então eu falei: “Ah, vou pro vôlei mesmo”.

Imagina, você novinha com nove anos. Você não sabe nem o que você quer comer no dia. Você é muito novinha. Então eu comecei a jogar, eu gostava de basquete, não gostava nem de vôlei.

“Aqui não é treino, a gente não está treinando basquete. Se você quiser basquete, você vai lá pra outra cidade.” Eu falei: “Tá bom”.

O técnico da Seleção Brasileira estava olhando porque ia ter peneira em, no ano seguinte. E eu fui pra Seleção.

Fui pra Campos no final de 2004. Ai foi a minha primeira Superliga com 15 anos.

“O que eu estou fazendo aqui?” Eu não entendia, eu chorava, eu falava: “Quero minha mãe”.

Então uma semaninha assim, duas, eu já estava bem acolhida ali, bem já acostumada, não é? Ambientada, então assim, eu consegui tirar de letra assim, e os próximos anos também.

Nós somos praticamente umas ciganas assim, não é? Porque a gente não para em lugar nenhum.

Mas de saber mesmo assim: “É isso que eu quero pra minha vida”, eu acho que foi o momento que eu saí de casa mesmo, e eu vi o tanto que assim, que eu estava sacrificando de ficar longe da minha família.

Então nessa hora foi que eu descobri assim, que seria isso que eu queria pro resto da minha vida.

Foi minha primeira convocação, a gente foi campeã da Copa dos Campeões. Eu não participei muito, não é? Não fui muito ativa, até porque eu era novinha, então estava ali pra aprender bastante ainda.

Ai em 2009 começou um novo ciclo, não é? Primeiro ano fui titular quase o ano inteiro. Ai ganhamos vários campeonatos, ganhamos Grand Prix, uns outros campeonatos não tão importantes.

Fui descobrir só no final de maio que eu estava com um tumorzinho na canela. Um tumor benigno na canela. E então assim, joguei a Superliga praticamente inteira com dor.

Eu fiquei sem jogar mesmo, 1 ano e 3 meses.

Então foi uma coisa assim, bastante sofrida que eu passei, mas dei a volta por cima e consegui dar a volta por cima. É, a gente sempre fala, não é? Altos e baixos, derrotas e vitórias, mas a gente sempre contando com tudo.

Ainda não estava 100% fisicamente, sentia muita dor, mas eu me sacrifiquei. Eu tive que me esforçar muito, senão com certeza o Zé Roberto não teria me levado. Então assim, eu tive minhas qualidades pra tá lá.

Tem muita coisa ainda pra crescer, ainda estou nova, não é? Estou com 24 anos, mas assim, não tenho dúvida que foi a escolha certa pra mim.

Então assim, o esporte me deu muitas oportunidades na minha vida. Então isso aí, muitas vezes é só o esporte que dá esse privilégio pra gente, não é?

4.2 Kairós entre as olímpicas

A partir dos primeiros contatos com o esporte, seja na escola, na rua ou pela televisão, nestas atletas foi despertado algo que lhes impulsionaram para uma mudança significativa em sua história de vida. Conforme apontado por Rubio (2017), o esporte no Brasil se apresenta como um fenômeno causador de deslocamentos e processos migratórios, com uma ocorrência precoce e intensa. Nesse sentido, nas narrativas biográficas dessas atletas consta a marca do distanciamento de seu núcleo familiar em busca de acesso à infraestrutura e material humano qualificado para sua formação esportiva.

Rubio (2001), faz a comparação do mito do herói com a trajetória dos atletas, dada a semelhança que estes guardam com as figuras míticas na realização de seus feitos incomuns. A jornada do herói, conforme Campbell (1997), se inicia com “o chamado”, que retrata o herói à beira de uma grande mudança por se sentir compelido por algo para seguir em frente, já que sua vida parece incompleta – é a passagem por um limiar.

O início esportivo das mulheres olímpicas se deu de forma semelhante e em suas narrativas elas contam sobre sua proximidade à atividades que são, muitas vezes associadas à meninos, como brincadeiras de rua ou com bola. E, principalmente, se percebem diferentes dos outros pelo seu porte físico e habilidades incomuns. Desta forma, durante a infância as olímpicas começaram a se envolver com esportes na escola ou clubes e logo foram vistas por professores ou técnicos como possíveis atletas, aguçando essa vontade inicial. Em cada modalidade existem características específicas relacionadas a especialização esportiva, principalmente pela história de cada uma, a forma como foram desenvolvidas e em quais regiões estão os centros de treinamento. Isto está entrelaçado diretamente com as histórias de vida de cada atleta.

Em suas narrativas biográficas, as olímpicas descrevem esse momento como uma oportunidade que lhes surgiu para que pudessem se desenvolver na modalidade esportiva, se aproximando de seu desejo ou ideia inicial de se tornarem atletas. Relacionamos isso a *kairós*, entendido como uma experiência, um momento breve e decisivo, que marca um ponto de mudança na vida dos seres humanos (KELMAN, 1962; PANOFISKY, 1962). Segundo Smith (1969), *kairós* aponta para um caráter qualitativo do tempo, a um evento ou temporada em que algo apropriado pode acontecer. Mas o autor ressalta que não se trata de algo que acontece em “qualquer

momento”, mas somente “naquele momento”, um tempo que marca uma oportunidade e que pode não se repetir.

Frente ao encontro com Kairós, estas mulheres narram momentos de conflitos em relação ao distanciamento familiar com o desejo de se tornarem futuras atletas. Como relacionado por Smith (2013), esse momento conflituoso propõe um problema que precisa de uma decisão naquele momento; para tanto *kairós* é o momento quando a oportunidade de realização de algum propósito abre como resultado do problema que levou a crise. Esse momento pode ser entendido como marcado por ser um momento decisivo na história de vida dessas mulheres atletas.

As atletas se percebem como em constante mudança, como Hermes – algo que está relacionado a dinâmica do esporte olímpico brasileiro. A falta de apoio em determinados esportes, como o futebol, promove essa incessante mudança de cidade em busca de condições para apenas jogar. Diferentemente do voleibol que a mudança está relacionada a oportunidades da própria jogadora de se destacar em outros times – parece mais uma opção do que uma necessidade, como o futebol. O basquetebol sugere que durante as décadas de 1970 a 2000 a modalidade estava fortemente enraizada no estado de São Paulo. E isso é ilustrado pelo fato de todas as medalhistas olímpicas brasileiras do basquetebol serem do estado de São Paulo, com exceção de uma. As migrações ocorreram dentro do estado, principalmente nas cidades do interior onde a modalidade estava vinculada com a própria cidade e os times faziam parte da cidade. As migrações muitas vezes eram influenciadas por outras jogadoras de destaque que jogavam em determinado time/cidade. Isso era um caminho para se chegar a Seleção e consequentemente aos Jogos Olímpicos.

Hermes, que segundo Kast (2016), por estar sempre em movimento, só pode ser vislumbrado por um instante. Mas nesse encontro momentâneo, a vida daqueles que o encontram é transformada. Nesse sentido, Kairós e Hermes formam um par. Enquanto Kairós é responsável pelo bom momento, pelo feliz acaso, Hermes é responsável pelo espaço de vida mais abrangente, que possibilita esses felizes acasos.

O esporte olímpico brasileiro necessita que as atletas incorporem o Hermes e encontre os momentos de Kairós para conseguirem alcançarem a condição heróica enquanto atletas. A relação com o mito do herói se dá com esse impulso para a aventura no mundo desconhecido, mas podemos pensar que esse se dá com o encontro com Kairós. Há pessoas que aparecem na vida das atletas e notam algo especial, mas também há aquelas atletas que precisam seguir a própria intuição e partir sem esse

apoio. É interessante notar como após o desenrolar dessa aventura os pais (que não deram o apoio no momento da partida) reconhecem que a decisão da filha naquele momento foi o início de uma história de sucesso, e que mesmo sem seu apoio elas tiveram sucesso.

A partir das narrativas das atletas, percebemos que para elas a oportunidade está bastante relacionada ao seu início no esporte. No entanto, é importante ressaltar que esta oportunidade se fez com uma série de eventos em uma trama complexa e que teve desdobramentos ao longo de suas carreiras, percebidas e relatadas a partir de um certo distanciamento.

5. DE KAIRÓS A CHRONOS: A NECESSIDADE DO TEMPO DA REALIZAÇÃO

Aaslid (200-), reflete sobre a ironia da tecnologia que proporciona rapidez quanto ao fluxo de informações e, ao mesmo tempo, nos brinda com uma sensação de que não há tempo suficiente. A autora prossegue introduzindo uma explicação deste fenômeno, elencando quatro aspectos sobre a atual percepção de tempo a partir de Christie e Bruun (2003): o tempo está padronizado e mecanizado, ao invés de estar baseado nos sinais da natureza, como a maré e a lua; o tempo está segmentado – anteriormente, a divisão entre manhã e tarde seriam suficientes, mas, hoje, os dias precisam ser meticulosamente medidos em horas, minutos e segundos; o tempo tornou-se perturbador – no século XVI havia um único relógio para lembrar toda a comunidade do horário de despertar, ir à igreja e dormir – hoje, é impossível escapar do tempo, pois o “tique-taque” de tantos relógios não pára; houve uma mudança no caráter do tempo: de subjetivo, sutil e com fluxo sazonal, tornou-se onipresente, objetivo e linear, com uma construção cronológica, diminuindo a cada segundo que passa.

Conforme Smith (2013), é interessante notar que, embora a palavra de ordem da ética pré-socrática fosse “conhecer a oportunidade” no contexto da ação humana, os pitagóricos consideravam os *kairós* como “uma das leis do universo”. Esta dimensão cosmológica dos *kairós* não deve ser perdida, como poderia ser se supusesse que o aspecto cronológico do tempo é físico e metafísico na importação, enquanto os *kairós* são principalmente antropológicos ou práticos. Esta divisão pura não fará; ambos os aspectos do tempo são ingredientes na natureza das coisas e ambos têm importação prática.

Para tanto, este desejo de se ter total controle sobre o tempo, nos faz ter a ilusão de que podemos prever os bons momentos ou as oportunidades para nosso benefício, sem, no entanto respeitar o tempo próprio de cada coisa. A perda do conceito de *kairós* é duplamente lamentável, por um lado, a idéia tem sido de enorme importância no passado, calculando essencialmente, por exemplo, nas tradições religiosas do Ocidente e, por outro lado, expressa uma característica mais importante do processo temporal que, apesar das exceções aqui e aí, não é expressa no conceito de *chronos* (SMITH, 1989).

REFERÊNCIAS

- AASLID, F. S. **Chronos and Kairos: Intoxication and the quest for transcendence.** (200-) Disponível em:
http://www.academia.edu/4896617/Chronos_and_Kairos_Intoxication_and_the_quest_for_transcendence
- ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Estudos Feministas**. Florianópolis: 11(2), 445-465, jul/dez, 2003.
- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ALMEIDA, B.S.; VLASTUIN J.; MARCHI JR, W.; BRAVO, G. O “país do futebol” que joga com as mãos: a gestão esportiva da confederação brasileira de voleibol. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**. 2012; 2(2): 144-162.
- ALVARENGA, M. Z. O herói e a emergência da consciência psíquica. **Revista Junguiana**, 17. Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, 1999. p.47-56.
- AMATO, J. F.; GONÇALVES, G.; SILVA, B. **Deusas, heroínas e Jogos Heranos**. In: RUBIO, K. (org.) **Esporte e Mito**. São Paulo: Laços, 2017.
- ANDERSON, B.; ZINSSER, J. **A History of their Own**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ARAUJO, S. E. C. **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro entre as décadas de 1930 a 1960** – as políticas públicas do esporte e da educação física. In: Katia Rubio. (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 119-146.
- BAUMLIN, J. S. **Ciceronian Decorum and the Temporalities of Renaissance Rhetoric**. In: **Rhetoric and Kairos: Essays in History, Theory and Praxis**. Ed. Sipiora, P.; Baumlín, J. S. State University of New York Press, 138-64, 2013.
- BENEDIKT, A. F. **On Doing the Right thing at the right time**. **Rhetoric and Kairos: Essays in History, Theory and Praxis**. Eds. Sipiora P.; Baumlín, J. S. State University of New York Press, 2013.
- BENITO JUNIOR, E. A ética, o caos e a felicidade. **Ide** (São Paulo), São Paulo, v. 35, n. 54, p. 39-54, jul. 2012. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062012000100006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 04 out. 2017.
- BENNETT, C. Arsinoe and Berenice at the Olympics. **Zeitschrift Für Papyrologie Und Epigraphik**, vol. 154, 2005, pp. 91–96.
- BERGVALL, E. **The Official Report of the Olympic Games of Stockholm 1912**. Stockholm: Wahlström & Widstrand, 1912.
- BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- BORISH, L.J. Women at the modern olympic games: an interdisciplinary look at american culture. **QUEST**, 48, 43-56, 1996.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOULOGNE, Y. P. Pierre de Coubertin et le sport féminin. **Revue Olympique**, p. 23-26, fév./mars 2000.
- BRANDÃO, J. S. **Helena: o eterno feminino**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BRANDÃO, J.S. **Mitologia grega**. v. 1. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- BRANDÃO, J.S. **Mitologia grega**. v. 2. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- BRANDÃO, J.S. **Mitologia grega**. v. 3. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BRANDÃO, J. S. **Dicionário Mítico Etimológico da Mitologia e da Religião Grega**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRIGG, P. H. **As migrações para as áreas urbanas**. In: Moura HA. Editor. Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; 1980. p. 611-690.
- BRIGHTON, D. The Brighton declaration on women and sport. In: **First World Conference on Women: Women, Sport, and the Challenge of Change**. 1994.
- CABRAL, L. A. M. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Odysseus, 2004.
- CALLISTRATUS. **Elder Philostratus, Younger Philostratus**, Translated by Fairbanks, Arthur. Loeb Classical Library Volume 256. London: William Heinemann, 1931.
- CAMPBELL, J. **O poder do mito**. 19. ed. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. 6. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1997.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 2007.
- CHATZIEFSTATHIOU, D. Reading Baron Pierre de Coubertin: issues of gender and race. **Aethlon: The Journal of Sport Literature**, v. 25, n. 2, p. 95-115, 2008.
- CHRISTOPOULOS, G. A. **The Olympic Games in Ancient Greece**. Athens, Ekdotike Athenon, 2003.
- COUBERTIN, P. **Lês femmes aux Jeux Olympiques - Juillet 1912 - Revue Olympique**. In: MÜLLER, N. (Ed.) Pierre de Coubertin (1863 - 1937): Olympism: selected writings. Lausanne, International Olympic Committee, 2000.
- COUBERTIN, P. **The modern Olympic games**. In: MÜLLER, N. (Ed.) Pierre de Coubertin (1863 - 1937): Olympism: selected writings. Lausanne, International Olympic Committee, 2000.

- COUBERTIN, P. **Notes on public education** - 1901 - Hachette § XVII - Textes choisis I. In: MÜLLER, N. (Ed.) Pierre de Coubertin (1863 - 1937): Olympism: selected writings. Lausanne, International Olympic Committee, 2000.
- COUBERTIN, P. **Olympic Review - September 1913 - Textes choisis III**. In: MÜLLER, N. (Ed.) Pierre de Coubertin (1863 - 1937): Olympism: selected writings. Lausanne, International Olympic Committee, 2000.
- CORBETT, D. R. Sport and Physical Activity. **Olympic Review**. Ano XXVI, n. 15, p. 31-37, 1997.
- COSTA, D.M.; GUTHRIE, S.R. **Women and sport: interdisciplinary perspectives**. Champaign: Human Kinetics, 1994.
- COSTA, D. M.; WELCH, P. A Century of Olympic Competition. In.: COSTA, D. M.; GUTHRIE, S. R. (eds.). **Women and Sport: Interdisciplinary Perspectives**. Champaign. Human Kinetics. p. 123-138, 1994.
- CRYSTAL, D. **The Cambridge encyclopedia of the English language**. Ernst Klett Sprachen, 2004.
- CROWTHER, N. B. **Sport in ancient times**. Westport: Praeger, 2007.
- CRUZ, I.; SILVA, P.; GOMES, P.B. **Deusas e guerreiras dos Jogos Olímpicos**. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.
- DA SILVA FRANCISCO, G. Mulheres atletas no mundo antigo e o discurso sobre a participação feminina nos jogos olímpicos modernos. **Métis: história & cultura**, v. 9, n. 18, 2012.
- DeFRANTZ, A. L. 100th Years of Women's participation in the Olympic Games And Still They Came. **2nd IOC World Conference on Women and Sport**. Paris: International Olympic Committee, 2000.
- DeFRANTZ, A. et al. The changing role of women in the Olympic Games. **Olympic Review**, v. 26, n. 15, p. 18-21, 1997.
- DEVIDE, F. P. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos**. Editora Unijuí, 2005.
- DICTIONARY, Oxford English. **Oxford English dictionary online**. 2007.
- DIEL, P. **O simbolismo na mitologia grega**. São Paulo: Attar, 1991.
- DILLON, M. Did parthenoi attend the Olympic Games? Girls and women competing, spectating, and carrying out cult roles at Greek religious festivals. **Hermes**, p. 457-480, 2000.
- DREVON, A. **Les Jeux Olympiques Oubliés Paris 1900**. Paris: CNRS Editions, 2000.
- DREVON, A. **Alice Milliat La Passionaria du Sport Féminin**. Paris: Vuibert, 2005.

- DROZDEK-MALOLEPSZA, T. Women's World Games (1922–1934). **Prace Naukowe Akademii im. Jana Długosza w Częstochowie. Kultura Fizyczna**, v. 13, n. 1, 2014.
- DUNNING, E; MAGUIRE, J. **As relações entre os sexos no esporte**. Estudos Feministas, IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 321-348, 1997.
- DURANTEZ, C. **Olímpia y los juegos olímpicos antiguos**. Burlada-Pamplona: San Blas, 1992.
- ELIADE, M. **O mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- ELIADE, M. **Aspectos do Mito**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ELSHTAIN, J. **Women and War**. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1987.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em Duelo, **Cadernos Pagu**, v. 17-8. Campinas, 2001-2002, pp. 9-79.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade v. 1: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- FREIER, M. **Time measured by Kairos and Kronos**. Disponível em <http://www.whatifenterprises.com/whatif/whatiskairos.pdf>
- FREYRE, G. **Tempo de Aprendiz**. São Paulo: Ibrasa, 1979.
- GERBER, E. The Controlled Development of Collegiate Sport for Women, 1929–1936, **Journal of Sport History**, Vol. 2, No. 1:1–28, 1975.
- GERBER, E. **The American Woman in Sport**, New York: Addison Wesley, 1974.
- GOELLNER, S. V. **O método francês e militarização da educação física na escola brasileira**. In: A. Ferreira Neto (Org.), Pesquisa histórica na Educação Física brasileira. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1996.
- GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**. Goiânia. Vol. 8, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 85-100, 2005a.
- GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005b.
- GOELLNER, S.V. **A produção cultural do corpo** In. LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. (org.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOELLNER, S. V. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. **Revista USP**, n. 108, p. 29-38, 2016.
- GOLDEN, M. **Sport In The Ancient World: From A To Z**. London: Routledge, 2004.

- GOMES, A. M. C. et al. **Sociedade e política**: (1930-1964) 9ª ed. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- GONÇALVES, G.; AMATO, J. F. **Um olhar da psicologia sobre as narrativas biográficas de Atletas Olímpicos Brasileiros**. In: RUBIO, K. (org.) Narrativas biográficas: da busca à construção de um método. São Paulo: Laços, 2016.
- GREENE, E. (ed.) **Women poets in ancient Greece and Rome**. University of Oklahoma Press, 2005.
- GUEDES, C.M. **Mulheres à cesta**: o basquetebol feminino no brasil (1892-1971). São Paulo: Miss Lily, 2009.
- GUTTMANN, A. **Women's Sports**. A History. New York: Columbia University Press, 1991.
- HALL, M. A. How Should We Theorize Gender in the Contexto f Sport? In: MESSNER, M. A.; SABO, D. F. (ed.). **Sport, Men and Gender Order**: critical feminist perspectives. Champaign: Human Kinetics, 1990. p. 223-239.
- HAHNER, J.E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: EDUNISC, 2003.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARGREAVES, J. A. Gender on the sports agenda. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 25, n. 4, p. 287-307, 1990.
- HEARGREAVES, J. A. Gender on the Sport Agenda: INGHAM, A. G.; LOY, J. W. (ed.). **Sport in social Development**: traditions, transitions and transformations. Champaign: Human Kinetics, 1993. p. 167-185.
- HARGREAVES, J. **Sporting females**: Critical issues in the history and sociology of women's sports. 1994.
- HARGREAVES, J. Taking men on at their games. **Sport: Sport and power relations**, v. 3, p. 147, 2003.
- HENDERSON, J. L. **Os mitos antigos e o homem moderno** In: JUNG, C. G.; FRANZ, M. V. O homem e seus símbolos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995.
- HOFMANN, A. R. The 'floating baroness' and the 'queen of the skis'. **The International Journal of the History of Sport**, v. 29, n. 2, p. 247-258, 2012.

HOFMANN, A.; PREUß, A. Female Eagles of the Air: developments in women's ski-jumping. **New Aspects of Sport History**, p. 303-309, 2005.

HOMERO. **Odisséia**. Lisboa: Livros Cotovia, 2005.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução: Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2008.

HULT, J. Women's Struggle for Governance in US Amateur Athletics, **International Review for the Sociology of Sport**, Vol. 24, No. 3: 249–64, 1989.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Olympic Charter**. Lausanne: IOC, 1997. p. 9-10.

KAST, V. **A alma precisa de tempo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

KELMAN, H. Kairos: The auspicious moment. **The American Journal of Psychoanalysis**, v. 29, n. 1, p. 59-83, 1969.

KENNARD, J. The History of Physical Education, **Signs: Journal for Women in Culture and Society**, Vol. 2, Pt 4: 835–42, 1977.

KERÉNYI, K. **Os deuses gregos**. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

KERMODE, F. **The sense of an ending**: Studies in the theory of fiction with a new epilogue. Oxford University Press, 2000.

KINNEAVY, J. L. Kairos: a neglected concept in classical rhetoric. In. MOSS, J. D. (ed.) **Rhetoric and praxis: the contribution of classical rhetoric to practical reasoning** (p.79-105). Washington, DC: The Catholic University of American Press, 1986.

KRÜGER, A. Forgotten decisions: the IOC on the eve of World War I. **Olympika: The International Journal of Olympic Studies**, Vol. VI, pp. 85-98, 1997.

KYLE, D. G. "The Only Woman in All Greece": Kyniska, Agesilaus, Alcibiades and Olympia. **Journal of Sport History**. 30.2 , 2003 p.183-203.

LAOS, N. K. **Kairological Economics**: an anthropocentric and creative theory of political. Nova York, Algora Publishing, 1974.

LAURENDEAU, J. "Jumping like a Girl" Women's Ski-jumping, Risk Discourses and Discursive Silence. In: Proceedings of the Pathways: Critiques and Discourse in Olympic Research, **Ninth International symposium for Olympic Research**, Beijing. 2008. p. 382-390.

LEDER, J.; DRUMMOND, S.; RATHBURN, E. **Grace & Glory**: A Century of Women in the Olympics. Chicago: Triumph Books, 1996.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEIGH, M. **The Evolution of women's participation in the Summer Olympic Games, 1900-1948**, Unpublished doctoral dissertation, Ohio State University, Columbus, Ohio, United States of America, 1974.

- LEIGH, M. Women's entry into the Olympic Games in the 20th century. **North American Society for Sport History Proceedings and Newsletter**, pp.12-13, 1976.
- LEIGH, M. H.; BONIN, T. M. The pioneering role of Madame Alice Milliat and the FSFI in establishing international trade and field competition for women. **Journal of Sport History**, v. 4, n. 1, p. 72-83, 1977.
- LENK, M. **Braçadas e Abraços**. Rio de Janeiro: Grupo Atlântica-Boa Vista, 1982.
- LENSKYJ, H. **Physical activity for Canadian women, 1890-1930**: media views. In Mangan, J. & Park, R. From 'Fair Sex' to Feminism. Sport and the Socialization of Women in the Industrial and Post-industrial Eras. London: Frank Cass, 1987.
- LERNER, G. **The Creation of Patriarchy**. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- LESSA, P.; VOTRE, S. J. Carteira Rosa: A tecnofabricação dos corpos sexados nos testes de feminilidade na Olimpíada de 1968. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 2, 2013.
- LEVI, D. **Kairos in Greek Literature**. Rendiconti della Reale Accademia Nazionale dei Lincei Classe di scienze moralia RV 32, p.260-81, 1923.
- LIMA, D.A. **Técnico-mestre e o atleta-herói: leitura simbólica dos mitos de Quíron e do herói entre técnicos de voleibol**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LIRA, L.R.; MENDOZA, M.R. **Historia oral y psicologia**. In: LOZANO, J.A. (org.) Historia oral: ensayos y aportes de investigación. 2. ed. México: Ciesas, 2000.
- LUCAS, J. **Future of the Olympic Games**. Champaign: Human Kinetics, 1992.
- LUCAS, J. A.; JOBLING, I. Troubled Waters: Fanny Durack's 1919 Swimming Tour of America Amid Transnational Amateur Athletic Prudery and Bureaucracy. **Olympika-London Ontario**, v. 4, p. 93-112, 1995.
- MACHADO, R. P. T. **Entre o mito e a história: gênese e desenvolvimento das manifestações atléticas na Grécia antiga**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.
- MacALOON, J.J. **This great symbol: Pierre de Coubertin and the origins of the modern Olympic Games**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- MALLON, B. **The 1900 Olympic Games**. Results for All Competitors in All Events, with Commentary. Jefferson: McFarland, 1998.
- MALLON, B. **The 1904 Olympic Games**. Results for All Competitors in All Events, with Commentary. Jefferson: McFarland, 1999a.
- MALLON, B. **The 1906 Olympic Games**. Results for All Competitors in All Events, with Commentary. Jefferson: McFarland, 1999b.
- MALLON, B.; WIDLUND, T. **The 1896 Olympic Games**. Results for All Competitors in All Events, with Commentary. Jefferson: McFarland, 1998.

- MALLON, B.; WIDLUND, T. **The 1912 Olympic Games**. Results for All Competitors in All Events, with Commentary. Jefferson: McFarland, 2002.
- MARSH, I. T.; EHRE, E. (ed.). **Best Sports Stories 1978**. Dutton Books, 1978.
- MARTINS, J. C. O. et al. De Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 219-228, 2012.
- MATHIAS, M. B. **As mulheres e as práticas corporais em clubes da cidade de São Paulo no início do século XX**. In: RUBIO, K. (org.) *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 103-118
- MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELO, G. F.; RUBIO, K. Mulheres Atletas Olímpicas Brasileiras: início e final de carreira por modalidade esportiva. **Revista Brasileira De Ciência e Movimento**, v. 25, p. x, 2017.
- MESQUITA, A.; NASCIMENTO, I. S. **A participação da mulher brasileira no esporte a partir dos anos 1980**: o que de fato mudou? In: RUBIO, K. (org.) *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p.167-181.
- MESSNER, M. A. Sports and male domination: The female athlete as contested ideological terrain. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (ed.) **Women, Sport, and Culture**. Champaign: Human Kinetics, 1994. p. 65-80.
- METHENY, E. Sports and the Feminine Image. **Report of the Fourth Summer Session of the International Olympic Academy**. Atenas: Nellenic Olympic Committee, 1964, p. 90-104.
- MIRAGAYA, A. A mulher olímpica: tradição versus inovação na busca pela inclusão. **DA COSTA, LP; TURINI, M. Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, v. 1, 2002.
- MIRAGAYA, A. **The process of inclusion of women in the Olympic Games**. Ph. D. Dissertation, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, Brazil., v. 12700, 2006.
- MITCHELL, S. **Women's participation in the Olympic Games 1900 – 1926**. Journal of Sport History, Vol. 4 No. 2; pp. 208 – 228, 1977.
- MOURÃO, L. **A representação social da mulher brasileira na atividade fisiodesportiva**: da segregação à democratização. Unpublished Doctoral Thesis. Universidade Gama Filho, 1998.
- MOUTSOPOULOS, E. La fonction du kairós selon Aristote. **Revue philosophique de la France et de l'étranger** 223–26, 1985.

MÜLLER, W.; PLATZER, D.; SCHMÖLZER, B. Dynamics of Human Flight on Skis: Improvements in Safety and Fairness in Ski Jumping, **Journal of Biomechanics** 29, n. 8, 1996.

MUNGUÍA, S. S. **Els Jocs Olímpics a la Grècia Antiga**. Barcelona: Barcanova, 1992.

MYERS, Kelly A. **Changes of mind and heart: Navigating emotion in an expanded theory of kairos**. The University of Arizona, 2008.

NASCIMENTO, P.; BATISTA, T. F. “**Crimes, espaçonaves, guerrilhas**”: uma história das brasileiras olímpicas entre as décadas de 60 e 80 do século XX. In: RUBIO, K. (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, v. 1, p. 147-166.

NUNES, A. V. **A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro**: Uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais. Tese de doutorado. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, F.P. A gênese social das identidades sexuais divergentes como problema social e de pesquisa. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais** da UNIFAP, 7(1), 01-13, 2014.

PALEOLOGOS, C. The Olympiad of 512 B.C. International Olympic Academy; **Selected 1970s Proceedings**, No. 7255-64, 2005. Disponível em: <http://library.la84.org/OlympicInformationCenter/OlympicReview/1972/ore60/ore60n.pdf>

PANOFSKY, E. **Studies in Iconology**: humanistic themes in the Art of Renaissance. Harper and Row, Nova York, 1962.

PARKER, C. The rise of competitive swimming. **The Sports Historian**, Vol. 21, No. 2 p. 58-72, 2001.

PAUSANIAS **Description of Greece**, trad. W. H. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1935; London: William Heineman Ltd. Vol. 2, Elis. 1, XIV, 7–10, 463.

PEDRONI, F. Chronos e Kairós: determinações poéticas para o tempo vivido. **Revista do Colóquio**, v. 3, n. 6, p. 245-254, 2014.

PIKE, E. The Social Responsibility Of The Olympics Games: Olympic Women. **Olimpianos - Journal of Olympic Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2017.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISANI, M. S. **Poderosas do Foz**: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, n.3, p.3-15, 1989.

- POMEROY, S. B. **Spartan women**. Oxford University Press, USA, 2002.
- QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais**: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org.) Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice, 1988.
- QUINTILLAN, Ghislaine. Alice Milliat and the women’s games. **Olympic Review**, v. 26, n. 2-3, p. 27-28, 2000.
- RAIL, G. Women’s Sport in the Post-War Period. Report of the **Thirtieth Session of the International Olympic Academy: Women in the Olympic Movement**. Ancient Olympia. I.O.C. p. 111-123, 1990.
- RANK, O. **The myth of the birth of the hero**: a psychological exploration of myth. JHU Press, (1914) 2015.
- RASCHKE, W. **Female charioteers in Greek antiquity**: image or reality? Olympic Perspectives: Third International Symposium for Olympic Research. October, 1996, p. 13-30.
- RASZEJA, V. A decent and proper exertion. **ASSH Studies in Sports History**, No.9, 1992.
- REES, R. The Olympic festivals of mid-Victorian England. **Olympic Review**, No.111, pp. 21-23, 1977.
- REESE, A.; VALLERA-RICKERSON, I. **Athletries**: The Untold History of Ancient Greek Women Athletes. Costa Mesa: Nightowl Publications, 2002.
- REMPEL, B. Women’s Ski Jumping Takes Aim at the Winter Olympics. **Journal of The International Skiing History Association**, v. 21, n. 1, p. 16-21, 2009.
- RIBEIRO, J. C. **Vocabulário e fabulário da mitologia**. São Paulo: Martins, 1962.
- RIORDAN, J. Some Comparisons of Women’s Sport in East and West, **International Review for the Sociology of Sport**, Vol. 20, Nos 1–2: 117–26, 1985.
- RIORDAN, J. State and Sport in Developing Societies, **International Review for Sociology of Sport**, Vol. 21, No. 4: 287–303, 1986.
- ROCHA, R. **Nicolau tinha uma idéia**. 3. ed. Il. Mariana Massarani. São Paulo: Quinteto Editorial, 1998
- RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. 4ª Ed., Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1979.
- RUBIO, K. **O atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- RUBIO, K. A história de vida como método e instrumento para apreensão do imaginário esportivo contemporâneo. **Motus Corporis**, v. 11, p. 9-21, 2003.
- RUBIO, K. **Heróis Olímpicos Brasileiros**. São Paulo: Zouk, 2004.
- RUBIO, K. **Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

- RUBIO, K. **Gênero e participação olímpica**. In: RUBIO, K. (org.) Educação Olímpica e Responsabilidade Social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p.131-148
- RUBIO, K. **A cordialidade feminina no esporte brasileiro**. In: RUBIO, K. (org.) As Mulheres e o Esporte Olímpico Brasileiro. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- RUBIO, K. **The participation of women in brazilian olympic sport**. In. HARGREAVES, J.; ANDERSON, E. (org.) Routledge handbook of sport, gender and sexuality. Oxon (UK): Routledge, 2014a.
- RUBIO, K. **Memórias e narrativas biográficas de atletas olímpicos brasileiros**. In.: RUBIO, K. (org.) Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos. São Paulo: Képos, 2014b.
- RUBIO, K. A experiência da pesquisa “Memórias olímpicas por atletas olímpicos brasileiros”. **Acervo**, v. 27, n. 2 jul-dez, p. 93-105, 2014c.
- RUBIO, K. **Atletas olímpicos brasileiros**. Editora SESI-Serviço Social da Indústria, 2015.
- RUBIO, K. **Memória, esquecimento e meta-história: entre Mnemosine e Letho**. In: RUBIO, K. (ed.) Narrativas biográficas: da busca à construção de um método. São Paulo: Laços; 2016. p. 39-56.
- RUBIO, K. Processos Migratórios E Deslocamentos: Caminhos Que Levaram Atletas De Modalidades Coletivas Aos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992. **Olimpianos – Journal of Olympic Studies**, v. 1, n. 1, p. 53-67, 2017.
- RUBIO, K.; ALTMAN, H. ; MOURÃO, L. ; GOELLNER, S. V.. Women and sports in Brazil. In: Rosa López de D'Amico; Tansin Benn; Gertrud Pfister. (Org.). Women and Sports in Latin America. 1ed.Oxon, UK; New York, USA: Routledge, 2016, v. 1, p. 69-78.
- RUBIO, K.; CARVALHO, A. L. Areté, fair play e o movimento olímpico contemporâneo. **Revista Portuguesa de Ciências do desporto**, v. 5, n. 3, p. 350-357, 2005.
- SILVA, G. C. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2015
- SIPIORA, P. **Introduction: the Ancient Concept of Kairos** In: The Ancient Concept of Kairos. Rhetoric and Kairos: Essays in History, Theory and Praxis. (Ed.) SIPIORA, P.; BAUMLIN, J. S. State University of New York Press, 2013.
- SCANLON, T. **Ancient Olympics Guide in Archaeology**, 2004. Disponível em: <http://www.archaeology.org/online/features/olympics/girls.html>
- SCHPUN, M. R. **Códigos sexuais e vida urbana em São Paulo: as práticas esportivas da oligarquia nos anos vinte**. In: SCHPUN, M. R. (org.). Gênero sem fronteiras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SENN, A. **Power, Politics and the Olympic Games**. Champaign: Human Kinetics, 1999.

SILVEIRA, V. T.; VAZ, A. F. Doping e Controle de Feminilidade no Esporte, **Cadernos Pagu**, v. 42, jan.-jun./2014, pp. 447-75.

SIMRI, U. **Women at the Olympic Games**, Wingate Monograph Series No. 7, Netanya (Israel): Wingate Institute for Physical Education and Sport, 1979.

SMITH, J. E. Time, Times, and The right Time: Chronos and Kairos. **The Monist**, v.53, n. 1, p. 1-13, 1969.

SMITH, J. E. **Time and Qualitative Time**. Rhetoric and Kairos: Essays in History, Theory and Praxis. Ed. Sipiora P.; Baumlin, J. S. State University of New York Press, 2013.

SPEARS, B. A perspective of the history of women's sport in ancient Greece. **Journal of Sport History**, v. 11, n. 2, p. 32-47, 1984.

SWEET, W. **Sport and Recreation in Ancient Greece**: a sourcebook with translations. Oxford: Oxford University Press, 1987.

SWADDLING, J. **The Ancient Olympic Games**. University of Texas Press, 2000.

TARASSOULEAS, T. **The Annals of the Pre-Olympic Period Athens 1895-1896**. Athens: Chrysoula Kapioldasi-Sotiropoulou, 1997.

TAVARES, O.; PORTELA, F. **Jogos Femininos do Estado de São Paulo (1935)**: a primeira “olimpíada” feminina do Brasil. In: Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 6, 1998, Rio de Janeiro, Anais ... Rio de Janeiro: Gama Filho, 1998, p.74.

THEBERGE, N. **Women and the Olympic Games**: a consideration of gender, sport and social change. In: LANDRY, F.; LANDRY, M.; YERLÈS, M. (ed.) Sport... The Third Millenium, Les Presses de l' Université Laval, Sainte-Foy, p.385-396, 1991.

THEBERGE, N. **Toward a Feminist Alternative to Sport as a Male Preserve**. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (ed.) Women, Sport, and Culture. Champaign: Human Kinetics, p. 181-192, 1994.

THEBERGE, N.; BIRRELL, S. The sociological study of women and sport. In: COSTA, D. M.; GUTHRIE, S. R. (ed.). Women and sport: Interdisciplinary perspectives. Champaign: Human Kinetics, p. 323-330, 1994.

TILLICH, P. **The Protestant Era**. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

TRALCI FILHO, M. A. **A identidade da atleta brasileira**: os “pontos de apegos temporários” da mulher na vida esportiva. In: Katia Rubio. (Org.). As mulheres e o esporte olímpico brasileiro. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 69-84.

- TRALCI FILHO, M.A.; ARAÚJO, S.E.C. **As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas**. In: RUBIO, K. (org.) *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- TOMLINSON, A. **A dictionary of sports studies**. Oxford University Press, 2010.
- TUBINO, M.J.G. **O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1996.
- VERNANT, J. P. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VERNANT, J. P. **O universo, os deuses, os homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VERTINSKY, P.; JETTE, S.; HOFMANN, A. Gender Justice and Gender Politics at the Local, National and International Level over the Challenge of Women's Ski Jumping. **Olympika**, v. 18, p. 43-74, 2009.
- WILLIAMS, J. **A Beautiful Game: Internaitonal Perspectives on Women's Football**. A&C Black, 2007.
- WILLIS, P. Women in sport in ideology. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (ed.) **Women, Sport, and Culture**. Champaign: Human Kinetics, 1994. p. 31-45
- WHITE, Eric Charles. **Kaironomia**: on the will-to-invent. Cornell University Press, 1987.
- WITHERSPOON, Kevin B. **Before the eyes of the world: Mexico and the 1968 Olympic Games**. Northern Illinois University Press, 2008.

Legislação

- Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm>> Acesso em: 26 jun. 2016.
- Regulamento nº 7 de educação física. (1934). Disponível em:
<<http://virtuallivros.com.br/modules/catalogo/public-photo.php?photoId=5>> Acesso em: 26 jun. 2016.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS

Pesquisador Responsável: Profa. Dra. Katia Rubio

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: EEFÉ-USP

Telefones para contato: (11) 3091-3181 – (11) 3091-3151 – (11) 99138-7466

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ R.G. _____

Responsável legal (quando for o caso): _____

R.G. Responsável legal: _____

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS”, de responsabilidade da Profa. Dra. Katia Rubio.

O presente projeto tem como objetivo recuperar a memória dos atletas olímpicos que representaram o Brasil em várias edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e por meio dessas histórias individuais discutir a formação da identidade do atleta, a importância desse ator social no cenário brasileiro e o movimento de construção e manutenção do imaginário esportivo brasileiro.

Com o consentimento do atleta as entrevistas são registradas em vídeo e posteriormente transcritas para análise.

A pesquisa não oferece risco ao participante e espera-se com essa pesquisa fazer um levantamento das modalidades medalhistas, da trajetória de seus atletas no cenário nacional – e o reconhecimento por parte da população de seus feitos – e analisar a política das Federações e Confederações Esportivas naquilo que se refere à influência desse procedimento na formação de novos atletas. Montar um banco de dados – em forma de imagem e de textos – com a memória do esporte nacional e a partir desses dados construir uma Enciclopédia dos atletas olímpicos brasileiros.

As informações coletadas serão publicadas com o consentimento do participante.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

São Paulo, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do participante

Testemunha

Informações relevantes ao pesquisador responsável:

Res. 196/96 – item IV.2: O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.